



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

CÁSSIA NÚBIA DE CARVALHO

A CONSTITUIÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO FEMININO:
PRÁTICAS DE PODER E DE RESISTÊNCIA

CATALÃO (GO)
2021

**UFG**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE
TESES****E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico☒ Dissertação ☐ Tese**2. Nome completo do autor**

Cássia Núbia de Carvalho

3. Título do trabalho

A constituição de um dispositivo de empoderamento feminino: práticas de poder e de resistência

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

CÁSSIA NÚBIA DE CARVALHO

A CONSTITUIÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO FEMININO:
PRÁTICAS DE PODER E DE RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Linguagem, Cultura e Identidade. Linha de pesquisa: Discurso, Sujeito e Identidade.

Orientador: Professor Doutor Bruno Franceschini

CATALÃO (GO)
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Carvalho, Cássia Núbia de
A CONSTITUIÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO
FEMININO: PRÁTICAS DE PODER E DE RESISTÊNCIA / Cássia Núbia
de Carvalho. - 2021. 145, CXLV f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Franceschini.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de
Estudos da Linguagem, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da
Linguagem, Catalão, 2021.
Bibliografia.

1. Estudos Discursivos Foucaultianos. 2. Empoderamento feminino. 3.
Dispositivos de Poder. 4. Gênero e sexualidade. I. Franceschini, Bruno ,
orient. II. Título.

CDU 81



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA

ATA UAELL-RC 24/2021

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS E LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO.

Defesa: nº 151/2021

Às quatorze horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Banca Examinadora à distância, Via Videoconferência - designada pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, área de concentração: Linguagem, cultura e identidade, composta pelas docentes: Prof. Dr. Bruno Franceschini (Orientador), da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Vinícius Durval Dorne, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU; Prof. Dr. Guilherme Figueira Borges, da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC, para proceder à Defesa Pública de Dissertação intitulada **EMPODERAMENTO FEMININO: UMA ANÁLISE ARQUEGENEALÓGICA DA CONSTITUIÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE PODER E RESISTÊNCIA**, de autoria da mestranda **Cássia Núbia de Carvalho**, matrícula 2019101131. Iniciando os trabalhos, o Presidente da sessão apresentou a Banca e a candidata ao título de Mestra. Em seguida, agradeceu a presença do público e passou a palavra à mestranda para a apresentação do trabalho. A seguir, o Presidente concedeu a palavra aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. A duração da apresentação da discente e a arguição dos examinadores aconteceram conforme regulamento do Programa. Ao término da arguição, a Banca Examinadora se reuniu em sessão secreta para atribuir os conceitos finais da Dissertação. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata: **aprovada**, estando **apta** a fazer jus ao Título de Mestra em Estudos da Linguagem. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um. Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra. O diploma correspondente será emitido após cumprimento dos demais trâmites, conforme normas do Programa e legislação da Universidade Federal de Goiás, especialmente o Artigo 62 da Resolução CEPEC 1403/2016.

"O PPG encontra-se vinculado à UFG, pois não houve ainda migração pela CAPES à UFCAT (criada pela Lei 13.634 de 20 de março de 2018, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG)"

Observações:

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA:

A constituição de um dispositivo de empoderamento feminino: práticas de poder e de resistência



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Franceschini, Orientador**, em 31/08/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Figueira Borges, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Durval Dorne, Usuário Externo**, em 02/09/2021, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2316848** e o código CRC **07734116**.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Franceschini, Orientador**, em 30/09/2021, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIA NUBIA DE CARVALHO, Discente**, em 30/09/2021, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2384775** e o código CRC **65AB6553**.

DEDICATÓRIA

À minha mãe e aos meus filhos,
dispositivos de produção e
manutenção de minha existência.

AGRADECIMENTOS

A produção desta dissertação coincidiu com momentos muito especiais em minha vida, alguns extremamente difíceis, mas penso que, justamente por isso, a escrita deste texto foi tão significativa. Além da (re)construção de saberes que o próprio processo de mestrado impõe, os acontecimentos que emergiram durante esta jornada foram determinantes para a produção de sentidos e ressignificações que transformaram de forma decisiva minha existência, principalmente porque, como sujeitos, somos continuamente (re)constituídos pelos jogos de poder e saber dos discursos que nos cercam.

À minha mãe Irany (*in memoriam*), a quem devo tudo que aprendi sobre empoderamento feminino e despertou em mim não apenas o interesse de investigar o tema, mas, principalmente, o desejo de lutar por espaços livres de preconceitos e possíveis para se viver com dignidade e respeito. Batalhadora, empreendedora, decidida e firme, jamais permitiu que as limitações do mundo machista a impedissem de conquistar sonhos e objetivos. Sua ausência é algo que jamais conseguirei superar, apesar da fé de que um dia estaremos juntas novamente. Você é, para mim, aprendizado concreto de amor incondicional com pitadas de transgressão e resistência. Sempre muito além do seu tempo, foi uma vanguardista.

Ao lar onde nasci e cresci, cercado de mulheres fortes e ativas. Sempre fomos nós, 5 mulheres: minha mãe, eu e 3 irmãs mais novas, a descobrir e reinventar novas formas de vivência, pois conhecíamos as limitações do universo feminino, mas não conhecíamos barreiras que fossem intransponíveis, e devo a cada uma destas mulheres experiências únicas de aprendizagem. Keila, grande administradora, me ensinou a planejar e organizar metas e sonhos. As gêmeas Gleice e Gleide, tão semelhantes fisicamente, mas tão diferentes na vida. Gleice, grata pelo acolhimento nos momentos mais críticos e por ser dentre nós a mais resiliente, pois sempre enfrentou as batalhas mais árduas. Gleide, a mais pura expressão do completo amor, vive várias vidas além da própria com paciência e fé inabalável, e mesmo enfrentando angústias constantes jamais deixou de ter o conselho certo no momento exato. Meu profundo respeito e gratidão pelos sorrisos de alegria e pelos choros de tristeza que (com)partilhamos.

Discutir o empoderamento feminino sempre foi, para mim, um caminho natural....

Agradeço ainda...

Aos meus filhos, Osvaldo Neto e Maria Eduarda, com quem aprendo todos os dias, e são motivos de minha felicidade absoluta. A certeza de que sempre caminharemos juntos faz com que nossa jornada seja abençoada. Tenho muito orgulho das conquistas de vocês. São meus amores eternos.

Ao meu pai José (Zico), que sempre me colhe nas horas difíceis com carinho destemido.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Bruno Franceschini, obrigada pela paciência, compreensão e solicitude nos momentos de crise. Especialmente pelos ensinamentos oferecidos durante todo esse percurso e pelas valiosas contribuições dadas a esta pesquisa. Minha eterna gratidão.

À Universidade Federal de Catalão, que me acolheu com tanto carinho e zelo. Obrigada a todos os professores, coordenadores e amigos que tornaram esse sonho possível.

A querida amiga e professora Dra. Cida Conti, que me apresentou a Análise do Discurso, sempre me incentivou a buscar novos conhecimentos e a enfrentar os obstáculos que me trouxeram até aqui. Seu exemplo de superação foi determinante para me manter nesta trajetória.

Aos amigos da Análise do discurso, Guilherme Dias e Janice Aparecida Silva, que desde o início comemoraram e se desesperaram comigo. Serão sempre referências de profissionalismo e companheirismo. Que possamos continuar nossa caminhada sempre juntos, para além das salas de aula.

*“Em mim
eu vejo o outro
e outro
e outro
enfim dezenas
trens passando
vagões cheios de gente
centenas*

*o outro
que há em mim
é você
você
e você*

*assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que estejamos a sós”*

Paulo Leminski

RESUMO

Através da língua, em seu funcionamento discursivo, é possível categorizar o mundo, produzir diferentes discursividades e novas formas de subjetividade em determinado momento histórico. Assim, dentro desta perspectiva, esta pesquisa se detém na materialidade discursiva dos enunciados de empoderamento feminino para promover as análises das relações de poder/saber que possibilitaram emergir os discursos sobre igualdade e diversidade de gêneros difundidos desde o início do século XXI. Sob a ótica foucaultiana, determinar o empoderamento como um dispositivo de poder que possibilitou o discurso feminista de emancipação da mulher e que foi, pelas práticas de objetivação e subjetivação dos corpos marginalizados, no escopo dos discursos sobre diversidade de gêneros. O empoderamento como dispositivo é uma possibilidade que se vislumbra como analista do discurso e parte do pressuposto que a emergência desse enunciado e sua constituição, enquanto dispositivo de poder, produz formas outras de subjetividade, possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade pela ética e pelo cuidado de si, ao mesmo tempo que materializam um processo de resistência aos discursos hetero(cis)normativos sobre sexualidade, sexo e gênero. Neste cenário, tem-se como objetivo geral verificar o enunciado de empoderamento como um dispositivo de poder-saber e sua relação com a emergência dos discursos de resistência que possibilitaram a produção de novas identidades. Além dos objetivos específicos: i) descrever as condições de possibilidade de emergência dos discursos de empoderamento e interpretar os efeitos de poder e resistência produzidos por esses enunciados no escopo de um dispositivo de poder/saber; ii) analisar a produção de novas formas de subjetividade através do enunciado de empoderamento nos grupos marginalizados; iii) expor os modos pelos quais os sujeitos transgridam as normas hetero(cis)normativas e, pelo dispositivo de empoderamento, exercem práticas de liberdade de suas existências. Desta forma, como hipótese foi delineado o empoderamento enquanto dispositivo de poder, uma vez que promove a constituição de sujeitos ativos/reativos de si mesmo, e no qual é possível identificar uma produção da subjetividade nestes corpos, impondo disciplinas e normas de condutas, ao mesmo tempo que se produz e se conduz. Como ferramenta metodológica será utilizado o referencial teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, Gilles Deleuze (1992), dentre outros, e sob os preceitos destes autores refletir como estas relações complexas de poder constituíram o sujeito feminista e possibilitaram a emergência dos enunciados de luta pela igualdade e pela diversidade de gêneros nos dias atuais. O empoderamento se constitui como um dispositivo de poder à medida que possibilita a emergência de novas formas de existência e subjetividade, possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade pela ética e pelo cuidado de si, ao mesmo tempo que materializam enunciados de resistência aos discursos hetero(cis)normativos sobre sexualidade, sexo e gênero, e que foram, pelos discursos de resistência, ressignificados pelo movimento LGBTQIAP+ e possibilitaram condições de produção dos enunciados sobre igualdade e diversidade. Para a pesquisa nos propomos a analisar outro conjunto de *corpus* retirados dos enunciados midiáticos e disponibilizados nas redes sociais, os enunciados institucionais da ONU e ONU Mulheres, as leis da Constituição Federal do Brasil de 1988, além de artigos científicos que contribuam para o apoio referencial e metodológico.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos. Empoderamento feminino. Dispositivos de Poder. Gênero e sexualidade.

ABSTRACT

Through language, in its discursive functioning, it is possible to categorize the world, produce different discourses and new forms of subjectivity in a given historical moment. Thus, within this perspective, this research focuses on the discursive materiality of the statements of female empowerment to promote the analysis of power/knowledge relations that allowed the emergence of discourses on equality and diversity of genders disseminated since the beginning of the 21st century. From a Foucaultian perspective, determining empowerment as a power device that enabled the feminist discourse of women's emancipation and which was, through the practices of objectification and subjectivation of marginalized bodies, in the scope of discourses on gender diversity. Empowerment as a device is a possibility that is seen as a discourse analyst and assumes that the emergence of this statement and its constitution, as a device of power, produces other forms of subjectivity, enabling subjects to exercise freedom practices through ethics and for self-care, while materializing a process of resistance to hetero(cis) normative discourses on sexuality, sex and gender. In this scenario, the general objective is to verify the statement of empowerment as a power-knowledge device and its relationship with the emergence of resistance discourses that enabled the production of new identities. In addition to the specific objectives: i) describe the conditions for the possibility of emergence of discourses of empowerment and interpret the effects of power and resistance produced by these statements within the scope of a device of power/knowledge; ii) analyze the production of new forms of subjectivity through the statement of empowerment in marginalized groups; iii) expose the ways in which subjects transgress hetero(cis)normative norms and, through the device of empowerment, exercise practices of freedom of their existence. Thus, as a hypothesis, empowerment was outlined as a device of power, since it promotes the constitution of active/reactive subjects of themselves, and in which it is possible to identify a production of subjectivity in these bodies, imposing disciplines and standards of conduct, to the at the same time that it is produced and conducted. As a methodological tool will be used the theoretical framework of Discursive Studies Foucaultians, Gilles Deleuze (1992), among others, and under the precepts of these authors reflect how these complex relations of power constituted the feminist subject and enabled the emergence of statements of struggle for equality and by the diversity of genres nowadays. Empowerment is constituted as a power device as it enables the emergence of new forms of existence and subjectivity, enabling subjects to exercise freedom practices through ethics and self-care, while materializing statements of resistance to discourses hetero(cis)normatives on sexuality, sex and gender, which were, by resistance discourses, re-signified by the LGBTQIAP+ movement and enabled conditions for the production of statements about equality and diversity. For the research, we propose to analyze another set of corpuses taken from media statements and made available on social networks, the institutional statements of the UN and UN Women, the laws of the Federal Constitution of Brazil of 1988, as well as scientific articles that contribute to referential support and methodological.

Keywords: Foucaultian Discursive Studies. Female empowerment. Devices of Power. gender and sexuality

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
 1- DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DOS DISCURSOS SOBRE FEMINISMO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL	
1.1-Empoderamento é empoderar-se	31
1.2-Historicidade e emergência dos discursos sobre igualdade e diversidade de gêneros	37
1.3-Gênero e diversidade sexual	58
 2-O EMPODERAMENTO COMO DISPOSITIVO DE PODER E RESISTÊNCIA DOS DISCURSOS FEMINISTAS	
2.1-A concepção de dispositivo em Foucault e Deleuze	71
2.2-Curvas de visibilidade e regime de dizibilidade dos discursos de empoderamento	76
2.3-Relações de poder e subjetivação na constituição do dispositivo de empoderamento	83
2.4- O dispositivo de empoderamento e a emergência dos discursos de diversidade de gênero.....	94
 3-CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE GÊNEROS	
3.1-Práticas de objetivação e de subjetivação dos sujeitos feministas	107
3.2- A genealogia da ética, o cuidado de si e a sociedade de controle	119
3.3- Práticas de normatização do corpo feminino e construções identitárias LGBTQIAP+...	127
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
 REFERÊNCIAS	142

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente, a sociedade e seus sujeitos estabeleceram suas relações pela intermediação de conceitos arraigados, apoiando-se, principalmente, na dualidade de elementos presumidamente opostos, distintos ou conflituosos, como por exemplo, bem/mal, certo/errado, homem/mulher. Tais conceitos possibilitaram a disseminação de relações partidárias, como pertencimento ou exclusão, ampliando os campos de violência, preconceitos e, não raro, de ódio, além de eliminar a infinita multiplicidade que compõe a humanidade e sua heterogeneidade. A partir desta classificação, de igualdade e diferença, constituem-se os processos de normalização e normatização dos sujeitos categorizados e agrupados, assim como também determinam suas relações de poder.

Segundo Hall (2003, p. 60), “Trata-se de um paradoxo da globalização contemporânea o fato de que, naturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si [...]. Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das “diferenças”.” Assim, como produto cultural e social, essas relações de poder são resultado das práticas discursivas que produzem os saberes que permeiam as condições de produção de uma determinada materialidade discursiva e a emergência de novas identidades. Ainda em Hall (2003, p. 82), “A dupla demanda por igualdade e diferença parece exceder os limites dos nossos atuais vocabulários políticos”.

Através da língua, em seu funcionamento discursivo, categorizamos o mundo e produzimos novas discursividades e novas formas de subjetividade em determinado momento histórico. Dentro desta perspectiva, deteremos nos na materialidade discursiva dos enunciados de empoderamento para promover as análises das relações de poder/saber que fizeram emergir os discursos sobre igualdade e diversidade de gêneros no início do século XXI. Sob a ótica foucaultiana, determinar o empoderamento como um dispositivo de poder que possibilitou o discurso feminista para emancipação da mulher e que foi, pelas práticas de objetivação e subjetivação dos corpos marginalizados, no escopo dos discursos sobre diversidade de gêneros.

No entanto, o sujeito, constituído no/pelo discurso, resultado de práticas discursivas que agenciam saberes e poderes e possibilitam a produção de discursos a partir de condições específicas, está inscrito em um jogo enunciativo que mobiliza a ordem do discurso. Desta forma, o dispositivo de empoderamento, autorizando voz(es) às classes silenciadas, possibilitou a ruptura e a emergência dos discursos de resistência, transformando, assim, a sociedade conservadora binária, em espaço de pluralidade e diversidade, produzindo subjetividades outras e possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade de suas existências.

Nesta pesquisa buscamos determinar as esferas de poder que permeiam essas novas relações discursivas que constituíram o empoderamento feminino como objeto e identificar os procedimentos de objetivação e subjetivação dos corpos que circulam neste decurso histórico. Para os aspectos metodológicos da Análise do Discurso utilizaremos, em um primeiro momento, *corpus* selecionados nos discursos sobre identidade e igualdade de gêneros enunciados nos sites oficiais da ONU Mulheres e da ONU Mulheres Brasil, em especial os enunciados sobre políticas públicas e governamentalidade, de onde se procederá os trabalhos analíticos sobre as condições de possibilidades dos novos enunciados, assim como também, investigar os regimes de urgência que possibilitaram a emergência do dispositivo de empoderamento que legitimaram os discursos identitários sobre gêneros, tanto nos movimentos feministas quanto nos movimentos de diversidade sexual, como o atual LGBTQIAP+¹, (Lésbicas, Gay, Bissexual, Transgênero, Transexual, Two Spirit, Queer, Questionando, Intersex, Assexual, Aliado e Pansexual).

Assim como as lutas feministas, os movimentos políticos e sociais para garantir a inclusão da diversidade sexual e da identidade de gênero, fora do discurso hetero(cis)normativo vigente, sofreram grandes transformações ao longo de suas reivindicações. Conforme nos apresenta Camilloto (2019), nascido sob a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) o movimento se modificou para incluir os sujeitos não heterossexuais e não cisgêneros e incorporou diversas nomenclaturas para garantir direitos básicos às Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. A sigla foi atualizada para GLBT para incluir os sujeitos bissexuais e transexuais e a letra “S” foi retirada por se compreender que o protagonismo do movimento deve ser de seus próprios agentes. Nos anos 1990, a sigla se modificou para LGBT com o intuito de acentuar a necessidade de equidade de gênero dentro do movimento. No entanto, a terminologia “gay” não representava toda a comunidade LGBT e algumas variantes da sigla surgiram ao longo dos anos para atender quaisquer outras pessoas que não se sintam incluídas em nenhuma das identidades cobertas pela sigla inicial. Dessa forma, atualmente, a maneira mais utilizada de se fazer referência à comunidade é o termo LGBTQIAP+.

¹ LGBTQIAP+ Sigla usada para se referir a Lésbicas, Gay, Bissexual, Transgênero, Transexual, Two Spirit, Queer, Questionando, Intersex, Assexual, Aliado e Pansexual, mas que aqui é utilizada para se referir a qualquer sujeito que não é heterossexual ou não é cisgênero, ou seja, qualquer pessoa cujo gênero designado ao nascimento é parcialmente ou completamente diferente do gênero que possui, ou cujo gênero não pode ser traduzido adequadamente para a nossa sociedade como homem ou como mulher. Disponível em <https://queer.ig.com.br/2021-02-11/veja-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqiap.html>. Acesso 09/04/2021.

A emergência do termo empoderamento, com sua ampla significação semântica, possibilitou o surgimento de novas possibilidades enunciativas, principalmente como ferramenta de legitimação discursiva para vários setores da sociedade. Permitindo não somente uma tomada de decisão coletiva que assegurou a ruptura do poder tradicionalmente amparado por uma classe social privilegiada, mas um movimento de resistência no funcionamento desse jogo de poder. Empoderar é, acima de tudo, um tratado de condutas e práticas sobre determinados sujeitos que se reconhecem e se objetivam numa multiplicidade estratégica, ou seja, “efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamento e de reutilização de fórmulas idênticas para objetivos opostos.” (FOUCAULT, 1998, p. 95).

O discurso de empoderamento foi resgatado pela ONU durante a divulgação e criação da ONU Mulheres, com o objetivo principal de acelerar o progresso de novas demandas das mulheres em todo o mundo e a promoção da igualdade de gêneros. Segundo documento oficial (2010), a ONU Mulheres é uma criação da Entidade das Nações Unidas para a “Igualdade de Gênero e o **Empoderamento** das Mulheres.” (grifo nosso). Desde então, a promoção das políticas promovidas pela ONU Mulheres entre seus países membros, dentre eles o Brasil, possibilitaram ampla circulação dos enunciados de empoderamento, especialmente pelas redes sociais, associando-o às mais diversas significações e sendo extensivamente enunciado tanto para discursos de promoção da igualdade de gêneros quanto para apoio aos Movimentos LGBTQIAP+, principalmente como instrumento de reconhecimento e valorização identitária desses grupos.

A difusão do termo empoderamento no Brasil está intrinsecamente associado aos movimentos feministas devido, principalmente, à ONU Mulheres, entidade agregada às Nações Unidas desde 2010, cujo objetivo é promover a igualdade entre homens e mulheres em todos os segmentos da sociedade, através de políticas de conscientização sobre gênero. Neste ínterim, diversos movimentos para emancipação de grupos vulneráveis e periféricos têm utilizado o discurso de empoderamento para fortalecimento e ampliação da ação política destes sujeitos no espaço histórico-social no qual estão inseridos, em especial nesta análise os movimentos LGBTQIAP+.

A sociedade do século XXI emergiu desta pluralidade de enunciados que possibilitaram a ruptura das antigas práticas discursivas sobre identidade de gêneros atribuídas socialmente desde o século XVIII. Os novos discursos sobre diversidade de gêneros circulam abundantemente por todas as esferas sociais, num regime de urgência até então inexplorado,

principalmente, sobre diferença, tolerância e equidade, trazendo a necessidade de se criar políticas inéditas para combater as desigualdades e proporcionar oportunidades aos grupos periféricos. Tais discursos, no entanto, reforçam a diferença conceitual sobre igualdade de gênero, diversidade e sexualidade, bem como, a importância dos direitos humanos para legitimação dos tipos de violência que incidem sobre esses sujeitos desviantes.

A priori, os enunciados sobre grupos marginalizados se referem, social e historicamente, aos sujeitos que se encontram numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo e, em geral, recebem tratamento discriminatório de uma classe social dominante que de modo arbitrário e hierarquizante normatiza o padrão de comportamento vigente. Desta forma, diferentes contextos sociais, históricos e regionais podem delimitar o que se entende por vulnerabilidade em cada lugar, dependendo dos grupos que dominam as instituições locais e, embora as características variem para cada grupo, alguns elementos são comuns, como a indefensabilidade, a falta de oportunidades e a busca por identidade.²

No entanto, na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os sujeitos são constituídos a partir de condições de possibilidade de saberes que privilegiam o homem como sujeito de conhecimento que se estabelece numa rede de relações resultantes de um jogo de poder articulados pelas práticas sociais. Ou seja, “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. [...] é uma prática social e como tal constituída historicamente”. (FOUCAULT, 2019, p. 12). Assim, diante do propósito desta pesquisa de se realizar uma arqueologia dos movimentos feministas, e sua relação com as manifestações homossexuais, se admite como grupo marginalizado os de gênero e de sexualidade, pois diante de tais considerações, são sujeitos discriminados e tratados de modo desigual pela classe hetero(cis)normativa

Contudo, considerando a dispersão inerente à constituição dos discursos, observamos, dada a multiplicidade de enunciados e de sujeitos constituídos por essas novas práticas, a regularidade do enunciado empoderamento nas práticas discursivas de resistência e, também, em como o movimento feminista possibilitou condições de emergência dos movimentos LGBTQIAP+ e a produção de novas formas de subjetividade, sendo para ambos os movimentos, exercício das práticas de liberdade.

É, portanto, dentro destas regularidades que buscaremos determinar como o objeto empoderamento feminino possibilitou a ruptura dos discursos de dependência da mulher e a

² Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso 20/06/2020

emergência dos discursos sobre igualdade de gênero, além de aproximar o movimento feminista dos movimentos LGBTQIAP+ e sua relação com o surgimento de “novas identidades”, pois o termo empoderamento é contíguo aos discursos dos grupos que defendem tanto a igualdade de gêneros quanto a diversidade de gêneros, construindo um sistema de cultura e crenças que possibilitaram a produção de novas formas de existência.

Buscamos em Foucault (1999) apontar como os discursos sobre repressão sexual que circularam no século XVIII produziram a sexualidade do sujeito moderno, assim como os enunciados de interdição e produção de verdade enredados neste dispositivo da sexualidade, atrelada a ordem da dominação burguesa, passou a ser administrado como um sistema que garantisse utilidade ao sexo e legitimasse o Estado para governar às práticas sexuais dos indivíduos. Conforme aponta Foucault (1999, p. 81), uma “lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido”.

Desta forma, segundo o autor, a “hipótese repressiva do sexo” possibilitou e classificou os enunciados em vários suportes materiais como leis, normas, condutas e saberes científicos que fizeram proliferar os discursos dos diversos tipos de sexualidade, conduzindo sujeitos que através das confissões de suas práticas sexuais eram levados a conhecer a verdade sobre o sexo, ao mesmo tempo em que se objetivavam e subjetivavam pelos efeitos de verdade que possibilitaram que os enunciados sobre identidade estivesse inevitavelmente atrelada aos da sexualidade.

Para Foucault (1988), a opressão sexual é uma forma automática de discurso sobre a libertação sexual, pois falar sobre sexo enquanto forma de produção de verdade do sujeito legitima a relação de poder-saber que possibilita a emergência dos discursos de resistência. No entanto, os discursos sobre a sexualidade reforçaram, também, o modelo de normalidade heterossexual, avançando para uma ciência da sexualidade que normatizava a perversão e a delinquência das sexualidades periféricas. “Deve-se, portanto, considerar, não o limiar de uma nova racionalidade, [...], mas a formação progressiva (e também as transformações) desse ‘jogo da verdade e do sexo’, que o século XIX nos legou” (FOUCAULT, 1988, p. 56).

Assim, coube ao século XX a emergência dos movimentos de lutas por direitos que possibilitaram as condições discursivas sobre identidade dos grupos marginalizados, como o feminismo e o homossexual. Mas, por fim, foi no século XXI, com o dispositivo de empoderamento feminino, objeto central de investigação dessa dissertação e sobre o qual versaremos com mais profundidade a seguir, que esses movimentos se consolidaram,

legitimados pelas práticas discursivas que possibilitaram os enunciados sobre igualdade e diversidade de gêneros, subjetivando e objetivando os sujeitos pelas práticas de poder/saber que os atravessavam e os delimitavam, pois o contexto histórico no qual esse sujeito está inserido é solo para produção de novas tecnologias que categorizavam e normatizavam estes corpos, principalmente em relação a produção desta subjetividade.

O empoderamento como dispositivo é uma possibilidade que vislumbro como analista do discurso, ele ainda não está dado, parte do pressuposto que a emergência desse enunciado e sua constituição, enquanto dispositivo de poder, produz formas outras de subjetividade, possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade pela ética e pelo cuidado de si, ao mesmo tempo que materializam um processo de resistência aos discursos hetero(cis)normativos sobre sexualidade, sexo e gênero. Para Foucault (2019), o processo de subjetivação do sujeito move-se na direção de uma estética da existência, uma liberdade de dizer a verdade de si próprio, constituindo-se ética e moralmente. Um sujeito passível de transformação que se inventa e se organiza em torno da capacidade de modificar sua realidade, num processo de modificação de si, ou seja, *ascese*.

O empoderamento defende um conjunto de ações e relações para consigo e para com o outro, em que o sujeito se subjetiva à prática do cuidado de si como um dever elaborado de *askesis* (exercícios) para conquista da liberdade, assim como uma prática para superar as desigualdades que imperam nos grupos periféricos, exercendo a *enkrateia* que se caracteriza pelo domínio de si, através da luta e da moderação. A ética do cuidado de si é uma estética de vida que não se baseia em códigos morais, mas que se fundamenta em práticas de reflexão, autoconhecimento e transformação de si mesmo.³

Por fim, impõe um regime de verdade ao enunciado de empoderamento que produz efeitos de poder que se conduz e se reproduz ao mesmo tempo, pois segundo Foucault (2014, p. 54), entende-se por verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”, ligados a um regime político, econômico e institucional de produção de verdade desvinculado das formas hegemônicas das quais está em funcionamento no momento.

Neste cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar o enunciado de empoderamento como um dispositivo de poder-saber e sua relação com a emergência dos discursos de resistência que possibilitaram a produção de novas práticas de existência e identidades. Além dos objetivos específicos:

³ Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5579/1/arquivototal.pdf>. Acesso 02/10/2020

i) descrever as condições de possibilidade de emergência dos discursos de empoderamento e interpretar os efeitos de poder e resistência produzidos por esses enunciados no escopo de um dispositivo de poder/saber;

ii) analisar a produção de novas formas de subjetividade através do enunciado de empoderamento nos grupos marginalizados;

iii) expor os modos pelos quais os sujeitos transgridam as normas hetero(cis)normativas e, pelo dispositivo de empoderamento, exercem práticas de liberdade de suas existências.

Desta forma elaboramos como hipótese desta pesquisa que o empoderamento, enquanto dispositivo de poder, promove a constituição de sujeitos ativos/reativos de si mesmo, e no qual se identifica uma produção da subjetividade nestes corpos, impondo disciplinas e normas de condutas, ao mesmo tempo que se produz e se conduz.

Como ferramenta metodológica, utilizaremos o referencial teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, embasando-nos, especialmente, em revisões bibliográficas de autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, dentre outros, de onde procederemos a uma análise discursiva dos acontecimentos baseados na arqueologia de Foucault (2008, p. 32), com a máxima “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?”. Sob os conceitos da Análise do Discurso, nos propomos a refletir sobre como estas relações complexas de poder constituíram o sujeito feminista, assim como, analisar a materialização dos discursos dos saberes jurídicos, econômicos, religiosos, pedagógicos, científicos inscritos nos enunciados de luta pela igualdade e diversidade de gêneros nos dias atuais. A discussão da relação de poder manifestada nos enunciados aponta para ‘posições-sujeitos’, e refletem os lugares desses sujeitos e a construção de sua identidade, pontuados pelo saber que o permite identificar o que dizer e como dizer.

Ainda mobilizaremos os conceitos foucaultianos sobre enunciado, arquivo, acontecimento, dispositivo, objetivação, subjetivação e resistência para se proceder às análises discursivas que implicaram a ressignificação dos discursos gerados pelos novos enunciados do dispositivo de empoderamento e as possibilidades de produção dos discursos sobre igualdade e diversidade de gêneros dos grupos periféricos. Assim, num segundo momento da análise dos conceitos sobre dispositivo, apresentados pela metodologia de Foucault (1999) e Deleuze (1996), nos propomos a analisar outro conjunto de *corpus*, retirados dos enunciados midiáticos e disponibilizados nas redes sociais, enunciados institucionais da ONU e ONU Mulheres, lei da Constituição Federal do Brasil de 1988, além de artigos científicos que contribuam para o apoio referencial e metodológico.

Uma vez que dentro do movimento feminista emergiram outras identidades que também lutam por reconhecimento e direitos, como por exemplo a luta das mulheres negras, indígenas e transexuais, a pesquisa também buscará analisar como esses movimentos feministas possibilitaram condições de produção dos enunciados de identidade de gênero dos movimentos LGBTQIAP+, tomando como acontecimento discursivo as diretrizes da ONU Mulheres para promoção da igualdade de gêneros, que a partir de outros acontecimentos escalonados, representaram a emancipação de categorias identitárias específicas de gêneros e constituíram, sob vários aspectos, uma ressignificação dos enunciados dos movimentos feministas produzidos pelo dispositivos de poder/saber, em especial os discursos de empoderamento.

Os enunciados de empoderamento possibilitaram, ainda, reconhecer a formação discursiva sobre gênero que nos permitem identificar o objeto e sua relação entre os movimentos feminista, suas variações com os movimentos LGBTQIAP+, a constituição dos sujeitos feministas e homossexuais e a própria rede enunciativa onde o discurso está materializado. Segundo Fernandes (2007, p. 24) “Em uma concepção Foucaultiana, todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem e caracteriza-se pela contradição. Uma formação discursiva implica regras e regularidades (...)”.

Na análise genealógica proposta por Foucault (2019) é possível perceber as relações de poder, que não é repressivo, mas produtivo, e as relações de saber através das práticas de corpo disciplinado, vigiado e controlado. As materialidades discursivas enunciadas nas plataformas digitais sobre empoderamento e identidade constroem estes sujeitos do individual para o coletivo, normatizando e normalizando práticas de condutas e saberes para conduzir os sujeitos a agir sobre si e sobre o outro, identificando a violência, normas de governamentalidade dos corpos violentados e as formas de enfrentamento.

Com efeito, as relações de poder que engendraram a complexidade dessa rede de enunciados executaram mudanças profundas no comportamento dos sujeitos que nela se encontram entrelaçados, produzindo subjetivação e objetivação, principalmente, pelo controle, vigilância e confinamento dos corpos. O regime de visibilidade do dispositivo de empoderamento alcança larga escala de enunciados, produzindo sujeitos constantemente modificados, possibilitando um espaço de reconhecimento de condutas e identidades, de questionamentos das relações de poder, de identificação das diferenças e de produção de discursos sobre desigualdades.

Assim a pesquisa procederá a construção da análise do discurso baseada em três (03) grandes conceitos foucaultianos: o primeiro capítulo, nos concentraremos na pesquisa

arqueológica dos fatos históricos que constituíram os discursos que permitiram a emergência dos enunciados sobre igualdade e diversidade de gêneros. No segundo capítulo, a nossa busca visará estabelecer as linhas de forças e resistência que constituem o discurso de empoderamento como um dispositivo, onde se faz necessário responder a qual urgência histórica este dispositivo atende, pois segundo Foucault (1998) um dispositivo possibilita a emergência de um conjunto articulado de enunciados para atender às novas demandas sociais, econômicas ou políticas num dado contexto e está profundamente associado à necessidade de reparar o desequilíbrio de diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade. Por fim, no terceiro capítulo, caberá a análise discursiva que buscará demonstrar como esse dispositivo, operando dentro dos movimentos feministas e LGBTQIAP+, produz sujeitos constantemente modificados, possibilitando um espaço de reconhecimento identitário que operam as técnicas da ética e do cuidado de si.

O empoderamento feminino, enquanto objeto desta análise, percorrerá os 3 grandes eixos proposto pelo método de pesquisa de Michel Foucault (2008), iniciando se pela escavação histórica da emergência dos enunciados e da produção do conhecimento na arqueologia do saber, passando pelo genealogia da investigação do poder/saber que constituem os sujeitos em/nas suas relações discursivas e por último pela arqueogenealogia, onde procederemos a investigação da constituição de um sujeito ético a partir de uma determinada relação consigo e com o outro, do cuidado e da produção de si, como prática de objetivação e subjetivação de uma nova ordem do discurso.

1-CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES DOS DISCURSOS SOBRE FEMINISMO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Neste capítulo, buscaremos, no escopo da arqueologia foucaultiana, desvendar o percurso histórico dos discursos feministas que atravessaram o século XX e, em meio às relações de poder, produziram enunciados de resistência que constituíram novas condutas de comportamento para as mulheres do século XXI. Neste decurso histórico, os discursos dos movimentos feministas fizeram emergir enunciados que modificaram as práticas discursivas sobre a normatividade do corpo da mulher, especialmente em como esses sujeitos conduzem sua existência consigo e com os outros, construindo sua identidade através das lutas por igualdade e liberdade. Conforme Foucault (1999) aponta, os discursos emanam das relações de poder-saber e das forças que atravessam os enunciados num dado contexto histórico/social.

As ‘distribuições de poder’, e as ‘apropriações de poder’ não representam mais do que cortes instantâneos em processos, seja de reforço acumulado do elemento mais forte, seja de inversão da relação, seja de acúmulo simultâneo dos dois termos. As relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são ‘matrizes de transformações’ (FOUCAULT, 1999, p. 93).

Desta forma, as condições históricas advindas com o fim da Segunda Guerra Mundial proporcionaram cortes nas relações de poder que permitiram as transformações nos discursos de dominação, principalmente nas formas de exercício dos saberes e nos regimes de produção de verdade. O pós-guerra mundial possibilitou a produção de discursos inclusivos para as classes marginalizadas, a emergência dos enunciados sobre desenvolvimento humano igualitário sem distinção de cor, raça ou gênero e asseguraram garantias e proteção dos direitos fundamentais universais. Os discursos sobre direitos humanos passaram a reger todas as esferas da vida do sujeito contemporâneo, atestados pelos enunciados das práticas de transição epistemológica da modernidade à pós-modernidade, do positivismo ao pós-positivismo⁴.

Os discursos sobre verdade religiosa, o progresso, a liberdade e a luta do homem por uma comunidade nacional, genérica e universal se transformaram em discursos da emancipação e do progresso humano, focado principalmente no sujeito. Como podemos observar no enunciado de Giner e Scartezzini (1996, p. 24):

⁴ O pós-positivismo tenta restabelecer as relações entre o direito e a ética ao materializar a vinculação entre valores, princípios e regras à teoria dos direitos fundamentais. Surgiu no pós-guerras para fazer frente às atrocidades cometidas e justificadas pela aplicação estrita da legalidade, mas afastada dos aspectos morais.

O universalismo moderno não se conota como promoção universal das totalidades, mas sim de indivíduos concretos. Com efeito, diferentemente dos universalismos clássicos e monoteístas, o universalismo moderno fomenta o individual, o singular, a diferença.

Diante de tais demandas sócio/históricas, em 1945, surgiu a ONU (Organização das Nações Unidas), com a finalidade de manter a paz e a segurança internacional, bem como desenvolver a cooperação entre os povos, na busca por soluções dos problemas sociais, humanitários, culturais e econômicos que promovessem o respeito às diferenças culturais e humanas a todos os indivíduos⁵. Com o intuito de proteger a vida e garantir dignidade humana em todos os continentes, o órgão tem, desde então, promovido políticas públicas específicas, atendendo principalmente grupos mais vulneráveis. Este momento histórico possibilitou a produção de enunciados inscritos em um regime discursivo que apontava para a construção de uma sociedade ao mesmo tempo global, garantindo a igualdade de direitos fundamentais a todos, e local, preservando a diversidade individual e cultural.

Como podemos verificar no 2º artigo da Declaração Universal dos Direitos humanos (DUDH), publicada em 1948⁶:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Entre agências especializadas (fundadas ou agregadas a ONU) e entidades, a instituição possui atualmente amplo sistema de políticas voltadas aos mais diversos ramos da sociedade para promover a igualdade e liberdade de todas as pessoas e garantir a efetivação das normas relacionadas à criação da DUDH. E foi por esse viés político/jurídico/institucional que instituiu-se em 2010 a ONU Mulheres, Órgão das Nações Unidas para prover mulheres e meninas ao redor do mundo, através do empoderamento, o direito a uma vida livre da discriminação, da violência e da pobreza, tendo a igualdade de gênero como requisito central para se alcançar o desenvolvimento humano e a paz mundial. A constituição da ONU Mulheres representa: “A

⁵ Disponível em: <https://unric.org/pt/historia-da-onu/>

⁶ Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf

agência é uma instância forte e dinâmica voltada para as mulheres e meninas, proporcionando-lhes uma voz poderosa a nível global, regional e local.”⁷

Esse discurso de empoderamento para as mulheres é legitimado, principalmente, pelas relações de poder-saber instituídos pelas Declarações Universais dos Direitos Humanos de 1948 e pela Declaração das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero de 2008, que foram assinadas em termos de cooperação entre os 196 países membros associados a instituição, dentre deles o Brasil desde a sua fundação. No entanto, entre os dois acordos mundiais e a criação da ONU Mulheres, vários foram os eventos históricos que possibilitaram a demanda de políticas públicas que garantissem os direitos das mulheres, embora já houvesse previsão legal de proteção, fez-se necessário a previsibilidade de efetivação.

Sem dúvida, os movimentos feministas que se consolidaram no decorrer do século XX foram os grandes responsáveis pela produção dos enunciados sobre igualdade de gêneros que possibilitaram a produção dos novos discursos que ressignificaram a existência socialmente atribuída à mulher. E, neste ponto, nossa pesquisa se utilizará do método arqueológico foucaultiano para promover a análise da emergência dos enunciados que constituíram os discursos de empoderamento feminino e as relações de poder/saber que produziram identidades outras e suas práticas enunciativas, tendo como fundamentação teórica a construção de gênero proposta por Simone de Beauvoir e a problemática de gênero defendida por Judith Butler.

As discussões propostas por essas duas autoras serão apresentadas como acontecimentos que possibilitaram os enunciados de empoderamento das mulheres e das classes marginalizadas. Para tanto, busca-se (FOUCAULT 2008) compreender os enunciados em sua singularidade de existência, estabelecer relações entre os demais acontecimentos discursivos escalonados e suas regularidades dentro deste sistema de dispersão que possibilitaram a proliferaram dos discursos de gênero, que culminaram na criação da ONU Mulheres, tomando como condição de emergência dos discursos de autonomia e liberdade de gênero as lutas travadas dentro dos movimentos feministas que surgiram antes, durante e depois das referidas autoras.

Para Foucault (2008), o método de investigação do discurso enquanto construção histórica dos sujeitos se estabelece pela articulação do pensamento em determinada época. A arqueologia enquanto método propõe uma escavação dos discursos daquilo que pode ser dito, por quem e como, em determinado momento histórico. No entanto, como nos apresenta

⁷Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/>

Foucault (2014, p. 10), “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar”. Assim, o método arqueológico foucaultiano analisa o discurso pelo viés histórico alicerçado por um determinado acontecimento e por um domínio do ‘saber-ser’, onde o sujeito assume uma posição na ordem do discurso, e dele se apodera para falar do objeto sob determinadas possibilidades de produção do enunciado. Para Foucault (2008), é no campo dos enunciados que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam, pois elas são apropriações inerentes ao próprio discurso.

Deste modo, buscamos analisar, em meio as dispersões e regularidades, a relação dos enunciados de empoderamento nos discursos feministas, segundo as concepções foucaultianas “de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites” (FOUCAULT, 2008, p. 31), para estabelecermos suas correlações com os outros enunciados e suas modalidades enunciativas. Principalmente as estratégias que permitiram aos sujeitos feministas e LGBTQIAP+ novas práticas discursivas, identificando a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos pelo “sistema que rege sua aparição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição” (FOUCAULT, 2008, p. 39).

Desta forma, serão identificadas as possibilidades estratégicas diversas que autorizaram a emergência do enunciado de empoderamento em um conjunto discursivo diferente e que permitiram uma tomada de decisão sobre a vida e a conduta destes sujeitos. Não mais subordinados ao domínio globalizante, mas que pautados pelas novas relações de poder/saber e constituídos por uma recém-adquirida autonomia e autoridade, reivindicaram territórios de supremacia da classe social dominante.

Segundo Foucault (2008, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma formação discursiva — evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciências’, ou ‘ideologia’ ou ‘teoria’ ou ‘domínio de objetividade.

As séries enunciativas selecionadas para as análises desta pesquisa, detalhadas nos tópicos deste capítulo, visam responder às questões sobre como os enunciados que apontam

para as regularidades discursivas que se encontram dispersas nos discursos sobre o empoderamento de mulheres escapam para os discursos homossexuais, em especial onde estes movimentos se assemelham e se diferenciam, constituindo as condições de possibilidade dos discursos de diversidade e igualdade de gênero. O empoderamento enquanto formação discursiva se estabelece pelos enunciados de resistência e transgressão ao domínio hetero(cis)normativo historicamente estabelecido nas sociedades patriarcais, como nos aponta Foucault a formação discursiva (2008, p. 50) “é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificações”.

Portanto, a compreensão de como essas regularidades discursivas se estabeleceram nos permite identificar as coerções e técnicas disciplinares que emergiram do acontecimento enunciativo dos discursos de empoderamento promovidos pela criação da ONU Mulheres, assim como as políticas públicas que dela surgiram para (re)significarem a constituição da identidade de gênero da sociedade contemporânea.

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais. (FOUCAULT, 2008, p. 88)

Deste modo, é possível considerar os discursos sobre empoderamento feminino como uma rede discursiva que constituíram a formação dos enunciados sobre igualdade e diversidade de gêneros e permitiram a emergência dos discursos de resistência contra o poder patriarcal instituído, possibilitando, às classes marginalizadas que pudessem adentrar à ordem do discurso e, também, um resgate instituído pelas lutas de saber/poder para legitimação de direitos e oportunidades iguais. Para Foucault (2008):

O campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, consequentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica). (p. 64)

As conquistas femininas que percorreram todo o século XX constituíram um domínio de memória discursiva de empoderamento, enquanto dispositivo de poder, que autorizaram a produção de outras existências e promoveram mudanças na tomada de decisão dos discursos

sobre igualdade de gêneros e, como linha de escape, possibilitaram a emergência dos enunciados sobre diversidade de gêneros dos movimentos LGBTQIAP+, permitindo, assim, que esses enunciados fossem ressignificados. Trata-se, pois, de pensar o enunciado em relação ao arquivo e ao exercício da função enunciativa, uma vez que os enunciados são produtores da formação da identidade e da igualdade de gêneros. Para Foucault (2008, p. 168),

Todo o campo enunciativo é, ao mesmo tempo, regular e vigilante: é insone; o menor enunciado - o mais discreto ou banal - coloca em prática todo o jogo das regras segundo as quais são formados seu objeto, sua modalidade, os conceitos que utiliza e a estratégia de que faz parte.

Desta forma, ambos os movimentos, feministas e LGBTQIAP+, surgiram e se consolidaram pelos enunciados sobre igualdade e diversidade de gêneros, objetivando e subjetivando os sujeitos femininos e homossexuais pelas práticas de poder/saber que atravessaram e delimitaram outras identidades e transformaram a estrutura social vigente. Para Foucault (2019), o poder é uma relação, onde as lutas não podem ser travadas de outro lugar senão dentro do próprio poder, pois nada é isento de poder. Como determina Foucault (2019, p. 18):

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

Portanto, é possível analisar historicamente como as relações de poder envolvidas nos discursos de igualdade e diversidade de gêneros possibilitaram aos enunciados dos movimentos feministas e LGBTQIAP+ a inscrição em um domínio de visibilidade, em especial os produzidos pelos enunciados de empoderamento que advém da interação de diferentes discursos e das condições específicas que possibilitaram a produção de outros discursos. A legitimação dos discursos sobre misoginia e homofobia emergiram, ambos, como resistência aos enunciados da supremacia masculina que rejeitam e inferiorizam todos os sujeitos que se encontram às margens de uma categorização machista e capitalista.

Portanto, o preconceito contra mulheres e homossexuais tem como fundamentação teórica⁸ a mesma concepção patriarcal dominante e se tornou ponto de convergência entre as

⁸ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/17-de-maio-a-homofobia-como-produto-do-machismo/>. Acesso em 03/04/2020

lutas feministas e os movimentos LGBTQIAP+, pois possui como referência a construção de identidade do homem, tomando tudo que é diferente dele inferior, desigual e desvalorizado. Para Foucault (2019), o poder atua nas relações humanas como forma de determinar seu agir, catalisar suas práticas, para, assim, confiná-los a categorizações sociais, marcando suas diferenças e delimitando condutas para o exercício de controle de uma categoria sobre a outra. Essas práticas discursivas de poder que constituem a hegemonia do homem, o modo como esses mecanismos atuam e os efeitos de verdade que produzem, submetem todo os sujeitos ao comportamento hetero(cis)normativo ao mesmo tempo que marginaliza e exclui as demais formas de relações sociais.

Sob este aspecto, é possível identificar as transformações discursivas que emergiram nos movimentos feministas a partir do século XX. As discussões de gêneros e de diversidade sexual possibilitaram o descentramento dos sujeitos feministas e alicerçaram os discursos de não fixação de identidades binárias, pois essa se encontra em constante processo de mutação, além de produzirem condições de emergência dos enunciados sobre gêneros e identidade como construção social. Nesta nova ordem do discurso, é possível identificar como esses sujeitos, alicerçados pelos efeitos de verdade constituído pelo próprio discurso, fizeram circular os enunciados de empoderamento para afirmar sua identidade, ressignificar suas condutas e promover, a partir deles, a emergência de forças que legitimaram novas práticas de existência.

Nos movimentos feministas a posição ocupada pelos sujeitos inscritos na ordem do discurso de empoderamento nos permite entender as mudanças decorridas neste espaço social/histórico de embates, de enfrentamento e de poder. Principalmente, neste caso, como os discursos sobre gênero estão relacionados às práticas sociais e a um conjunto de saberes que autorizam o que pode ser dito, o domínio do objeto, a circulação dos enunciados, a posição do sujeito e sua apropriação do discurso, como nos define Foucault (2008, p. 189), “O campo de relações que caracteriza uma formação discursiva é o lugar de onde as simbolizações e os efeitos podem ser percebidos, situados e determinados”

Assim, o discurso de empoderamento feminino, objeto de investigação desta pesquisa, são analisados a partir dos enunciados sobre igualdade e diversidade de gêneros, considerando as transformações discursivas e ressignificações pelos quais o discurso passou em suas diversas formas de manifestação, assim como os diferentes grupos sobre os quais atua. A análise da acontecimentalização e os escalonamento propostos nos tópicos das próximas sessões se apoiam em Foucault (2008), para quem o acontecimento não é estrutura, não é fixo, mas é aquilo que remete a um momento anterior à delimitação do objeto e emerge pelas formações

discursivas, ou seja, o acontecimento discursivo como condição de existência do discurso e das regras de formação das práticas discursivas. O acontecimento muda, transforma e possibilita condição para uma nova forma de enunciado, ou seja, o acontecimento discursivo compreende um momento anterior ao enunciado, um momento de possibilidade das condições de emergência do enunciado. Para Foucault, o acontecimento:

[...] inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (2008, p. 32).

Desta maneira, os movimentos feministas que surgiram ao longo do século passado e as relações discursivas que emergiram a partir deles em diferentes campos do saber forneceram condições de possibilidade dos discursos de empoderamento feminino, produzindo subjetivações, constituindo identidades e marcando diferenças entre os sujeitos discursivos. Assim, o empoderamento feminino, objeto desta pesquisa, se constituiu por uma série de discursos atravessados por relações de poder em um processo de constante formação e transformação, marcados pela descontinuidade histórica e pela possibilidade de resignificação deste objeto que desmantelaram a estrutura binária de gênero e constituíram novas práticas de existência.

No entanto, antes de nos atermos às análises dos enunciados que possibilitaram a emergência dos discursos de empoderamento feminino e suas relações de poder, nos deteremos nas transformações conceituais que resignificaram e modificaram os sentidos dos enunciados de empoderamento e suas práticas discursivas.

1.1-Empoderamento é empoderar-se

Para esta pesquisa, o discurso sobre empoderamento feminino será abordado como acontecimento enunciativo na sua imanência histórica, a partir das dispersões e da descontinuidade intrínsecas ao próprio discurso, tomando como princípio o conceito de arquivo, (FOUCAULT, 2008), não como um conjunto de documentos, mas um sistema de discursividade que transforma enunciados em acontecimentos, é a lei do que pode ou não ser dito, de acordo com suas próprias regras, e regula tanto a formação quando a transformação

desses enunciados. A noção de empoderamento como acontecimento será colocada como ruptura das regularidades discursivas, produzido num dado momento histórico, constituído de novas modalidades enunciativas e das condições de possibilidade de emergência dos discursos de resistência capazes de romperem com o patriarcado e a hetero(cis)normatividade.

O discurso de empoderamento feminino está relacionado às práticas de promoção da autonomia e da melhoria de vida para grupos e/ou comunidades vulneráveis, em especial no âmbito das políticas públicas que buscavam, através de normas e condutas, dotar cidadãos de uma visão crítica sobre sua realidade social e assim poder agir de forma proativa sobre ela. No entanto, é a partir de 2010, com a criação da ONU MULHERES, órgão vinculado a Entidade Internacional da Organização das Nações Unidas, que o enunciado ganhou enorme repercussão, não somente no Brasil, mas em todo o mundo ao articular as questões sobre o combate da desigualdade de gênero a partir do empoderamento de mulheres e meninas em vários continentes. E em 2015, a ONU propôs aos seus países membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, que conforme define a entidade “é um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil, [...] [que] buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas...”. Possibilitando assim, a emergências de movimentos emancipatórios das mulheres pelas práticas dos discursos de empoderamento e instituindo condições de possibilidades do que pode ser dito sobre a diversidade de gêneros no início do século XXI. Para Fernandes (2007, p. 62):

As alterações políticas-ideológicas nos discursos decorrem da mudança de sujeitos em cena, ou da transformação dos sujeitos na linha do tempo, o que implica mudanças no espaço social. Na verdade, novas perspectivas políticas e ideológicas, que provocam o surgimento de um novo cenário sociocultural, são aspectos inerentes à formação de um discurso.

As políticas públicas desenvolvidas pelas entidades integradas a ONU legitimaram e transformaram os sujeitos envolvidos, modificando o espaço de enfrentamento e de emergência dos discursos sobre igualdade de gênero e eliminação da discriminação e violência contra as mulheres. Portanto, buscaremos evidenciar como os enunciados de empoderamento constituíram determinadas práticas discursivas sobre o sexo e o gênero em determinado momento, objetivando e subjetivando esses corpos e lhes fixando uma identidade. A formação discursiva dos enunciados sobre empoderamento são constituídas pelo mesmo sistema de formação, tendo como princípio a dispersão e a regularidade destes discursos em diversas instituições do saber e constituíram os enunciados sobre igualdade e diversidade de gêneros.

Pois só podemos chamar de discurso “um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 43). Assim, trataremos neste tópico das possibilidades de emergência e visibilidade dos discursos de empoderamento feminino através do seu percurso histórico e das (re)significações que atravessaram os enunciados dos movimentos feministas.

A globalização possibilitou uma ampla introdução de estrangeirismo na língua portuguesa, como é o caso do anglicismo *empowerment*, aportuguesado para empoderamento. Esse empréstimo linguístico é atualmente empregado no país em vários discursos, uma vez que a palavra foi largamente adotada por múltiplos movimentos sociais na busca por igualdade e identidade. Segundo Berth (2019), o conceito de *empowerment* emergiu em 1977 pelo psicólogo estadunidense Julian Rappaport a partir da palavra *power* (literalmente poder na língua portuguesa) para defender a importância de fornecer ferramentas aos grupos oprimidos para que tivessem condições e autonomia para se desenvolverem. Neste sentido, o conceito de *empowerment* criado por Rappaport consiste literalmente em ‘dar poder’ a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas, no entanto o educador brasileiro Paulo Freire produz uma ressignificação desta materialidade discursiva para debater a proposta de Rappaport.

Para Freire (1979) eram os próprios grupos desfavorecidos que deveriam empoderar-se a si próprios, uma noção que se tornou popular entre educadores e sociólogos nos anos 70 e 80 e ecoou para dentro dos movimentos sociais que buscavam maior participação e oportunidades para as classes marginalizadas. Conforme Schiavo e Moreira (2005) observam, o empoderamento implica na superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência, como denota o termo inglês *empowerment* que apenas transforma o sujeito em objeto passivo; colaborando com Freire (1992), no âmbito da filosofia e da educação, que o empoderamento não é um movimento de fora para dentro, mas produzido pela interferência do sujeito em sua realidade.

Os discursos de resistência produzidos pelos enunciados de empoderamento não se restringem apenas ao critério cronológico, pois se (re)constituem pela historicidade nas relações de poder que regem o funcionamento discursivo heterogêneo dos sujeitos inseridos num mesmo momento histórico, mas que vivem diferentes temporalidades, pois compreende a concepção de história descontínua proposta por Foucault (2008), que rejeita a ideia de causalidade linear a favor de uma histórica de múltiplas causalidades, ou seja, dos espaços de dispersão da materialidade discursiva. Como podemos observar nas séries enunciativas abaixo, o enunciado

de empoderamento foi constantemente utilizado em várias esferas do conhecimento contemporâneo:

1. **Empoderamento** jurídico é a possibilidade efetiva de fazer valer os próprios direitos. Tal possibilidade depende de consciência de cidadania, informação e meios de atuação, não necessariamente judiciais⁹ (**grifo nosso**)
2. Para se ter uma ideia sobre como essa lógica de **empoderamento** na ciência e fortalecimento das narrativas do progresso possuem uma dinâmica particularmente complexa, no Brasil dos anos setenta, em plena ditadura militar, tivemos importantes programas nacionais de investimento em pesquisa em saúde pública, dirigidos ao estudo de doenças tropicais e negligenciadas¹⁰ (**grifo nosso**)
3. **Empoderamento** é a ação social coletiva de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis. Esta consciência possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política¹¹ (**grifo nosso**)
4. Para nós, feministas, o **empoderamento** de mulheres é o processo da conquista da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.¹² (**grifo nosso**)

Tendo esta série enunciativa como um primeiro gesto de análise, observamos como, em meio à dispersão, podemos traçar uma regularidade dos discursos de empoderamento produzindo sentidos de autopoder, especialmente com relação ao exercício do poder, da superação das desigualdades e para legitimação de direitos, advindos de vários campos do saber que localizam o objeto em seu ‘frescor de acontecimento’, pois como todo discurso sofreu inúmeras transformações no decorrer das relações de poder-saber que são inerentes ao próprio discurso. Para Baquero (2012, p. 181), o empoderamento:

é um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder.

Os debates de empoderamento que emergiram dentro dos movimentos feministas envolveram as relações de gênero e reivindicaram o acesso ao poder político para que as mulheres pudessem participar da tomada de decisões sobre identidade e igualdade, propondo mudanças nas relações de poder em diversos aspectos da vida social, em especial para a

⁹ BARROSO, Luís Roberto. **Justiça, empoderamento jurídico e direitos fundamentais**. Disponível em: http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2014/06/ONU_Justica-Empoderamento-legal-e-direitos-fundamentais_versao-em-portugues.pdf. Acesso 19/04/21.

¹⁰ SILVA, Renan Gonçalves Leonel. **Desestabilização da rede e empoderamento científico na crise do coronavírus no Brasil**. Disponível em: [www. https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/v7a1-desestabiliza%C3%A7%C3%A3o-da-rede-e-empoderamento-cient%C3%ADfico-na-cri-se-do-coronav%C3%ADrus-no-brasil](https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/v7a1-desestabiliza%C3%A7%C3%A3o-da-rede-e-empoderamento-cient%C3%ADfico-na-cri-se-do-coronav%C3%ADrus-no-brasil). Acesso 19/04/2021.

¹¹ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=empoderamento+social+significado>. Acesso 19/04/2021

¹² SARDENBERG, M. B. Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. 2006. 12 f. Artigo – NEIM/UFBA, Bahia, 2006. (p. 2).

conquista da liberdade sobre seus corpos e a diversidade de gêneros. Para Foucault (2019, p. 28) “Não há saber neutro. Todo saber é político”, pois os saberes não remetem a um sujeito do conhecimento em sua origem, mas são constituídos por essas relações de poder e pelas estratégias de poder que são utilizadas dentro de todos os níveis sociais nos quais os sujeitos estão envolvidos em dado momento histórico.

Para Costa (2000, p. 7), o empoderamento: “é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”. Ou seja, a visibilidade do poder são as instituições e a disposição das máquinas que controlam e disciplinam os corpos, o invisível está no interior das relações horizontais, onde circulam novas intensidades de poder que produzem outros discursos, possibilitando a produção de novos enunciados que rompem com o saber dominante e instauraram regras de interdição e resistência que modificam comportamentos e deslocam condutas.

Nas lutas do movimento feminista o empoderamento incide sobre as práticas de poder dos corpos femininos, na formação de identidades sexuais diversificadas e na produção de saberes que buscavam ressignificar os discursos conservadores da condição social da mulher, da dominação patriarcal, e da problematização da vitimização feminina. Os discursos produzidos nos movimentos de luta pelos direitos dos homossexuais são constituídos da mesma materialidade discursiva da igualdade gênero, mas em campo de saber próprio, como a diversidade e suas especificidades. No entanto os enunciados são articulados com questões igualmente reivindicadas pelos discursos de resistência feministas, como criminalização do preconceito, liberdade do corpo, eliminação da violência de gênero, além da promoção de políticas públicas voltadas para a legitimação de direitos. Para Foucault (2019, p. 39), não se trata de saber qual é o poder que age sobre o discurso, ‘mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime de poder, como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global’. Como podemos observar:

Quadro 1- Diferentes sujeitos que produzem discursos sobre o objeto empoderamento:



Contudo, tomando como objeto de análise o termo empoderamento, faz-se necessário entender, também, a materialização do enunciado, uma vez que ele é imprescindível ao discurso e possui particularidades importantes para a própria ideia de poder que envolve sua prática, pois se constitui de elementos que participam ativamente da força que envolve sua enunciação. Como Foucault nos determina (2008), as materializações discursivas não são internas ao discurso e não estão ligadas entre si por conceitos ou signos e nem são externas para lhes imponham limites ou determinadas formas, pois elas estão no limite do discurso, oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes supõe que os objetos sejam formados pelo próprio discurso ao mesmo tempo que “determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los” (FOUCAULT, 2008, p. 51).

Assim, mesmo utilizado dentro de um cenário polissêmico, o discurso de em(**poder**)amento está inscrito em uma relação de poder em sua própria materialização discursiva, assim como também em sua constituição linguística, desvencilhando-se tanto do significado denotativo quanto conotativo, produzindo, independentemente da forma de uso, o sentido de autonomia, produzindo efeitos de verdade como autoridade, controle, domínio, comando, capacidade, competência e habilidade para lidar com a adversidade e solucionar os problemas que dela advém. Ou seja, é a própria prática discursiva, segundo a definição de Foucault (2008, p. 52) como “unidade do discurso junto aos próprios objetos, à sua distribuição, ao jogo de suas diferenças, de sua proximidade ou de seu afastamento - em resumo, junto ao que é dado ao sujeito falante”, que materializa a noção de poder na própria palavra, trazendo uma fusão emblemática das distinções conceituais foucaultianas entre a análise do discurso e sua materialização discursiva, justificando, não somente a extensa utilização do enunciado, como também sua ampla resignificação e adequação às mais variadas condições de produção discursiva. Essa relação de poder constituída pelos discursos de empoderamento, conforme preconiza Foucault (2019), pode ser observada como uma relação de força que se estabelece entre os sujeitos envolvidos, que reprime, mas também produz efeitos de saber e verdades. Como observamos a seguir:

Quadro 2 – Saberes e poderes do objeto empoderamento feminino:



Contribuindo com os efeitos de sentido do discurso de empoderamento enquanto ato de tomar o poder para si, é comum nestas práticas discursivas observarmos a construção do verbo empoderar em sua forma reflexiva, empoderar-se. Constituindo o sujeito como detentor de sua própria atividade, indicando assim que ele recebe e pratica a ação de empoderamento simultaneamente.

A análise dos conteúdos léxicos define tanto os elementos de significação de que dispõem os sujeitos falantes, em uma dada época, como a estrutura semântica que aparece na superfície dos discursos já pronunciados; ela não se refere à prática discursiva como lugar onde se forma ou se deforma, onde aparece e se apaga uma pluralidade emaranhada – ao mesmo tempo superposta e lacunar - de objetos. (FOUCAULT, 2008, p. 54)

Disposto em sua forma reflexiva, pelo acréscimo da partícula (se), o enunciado empoderar produz no sujeito efeitos de sentidos que remetem a conduta, ao comportamento, ao desempenho, a atitude ou a intervenção sobre determinadas situações, que vão deste o aspecto social e pessoal ao profissional, isto é, envolve todas as áreas de gerenciamento da vida humana. Nesta construção discursiva do enunciado de empoderamento constitui-se a produção da subjetividade do sujeito empoderado e a relação que ele estabelece com seu processo de ressignificação dos espaços sociais e políticos, promovendo a superação de conflitos e contribuindo para uma revisão dos papéis culturalmente atribuídos.

1.2-Historicidade e emergência dos discursos sobre igualdade e diversidade de Gêneros

Para se compreender a constituição dos sujeitos em um dado momento, Foucault (2008) traz a história como um “*a priori*” das possibilidades discursivas, assim como o arquivo como um sistema geral da formação e transformação dos enunciados, não como validade para um juízo, mas para dar condição de possibilidade destes enunciados neste momento histórico. As possibilidades de produção de um discurso deslocam as condições de emergência dos enunciados e da coexistência, segundo as práticas de poder que os transformam ou os fazem desaparecer e são instituídos pelos saberes que regem as condições de produção dos sujeitos discursivos e suas dispersões.

O “*a priori*” histórico são condições de possibilidades e de existência que definem a experiência e o saber das práticas discursivas, mas não estão acima da historicidade, pois é transformável pelas formações discursivas e pelos acontecimentos —condições e domínio de aparecimento— que materializam os enunciados de acordo com os diferentes sujeitos. Para Foucault (2008), o “*a priori*” histórico é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência

um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem e define as condições em que se pode sustentar um discurso reconhecido como verdadeiro. Assim, o arquivo, segundo Foucault, é um sistema de enunciabilidade do enunciado-acontecimento para a atualização do enunciado-coisa, é um sistema de funcionamento que faz emergir os enunciados e os acontecimentos que transformam esses enunciados, a partir da análise do pesquisador que os recolhe e os armazena. Pois, para Foucault (2008. p. 147-148):

Entre a língua que define o sistema de construção das frases possíveis e o corpus que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. (FOUCAULT, 2008, p. 147-148)

Desta forma, buscaremos a partir da análise foucaultiana compreender como a sociedade moderna burguesa enclausura as questões ligadas ao sexo, introduzindo o conceito de dispositivo e sua função de encarcerar a sexualidade, conforme Foucault (1999, p. 8-9):

A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito falar, reservando-se o princípio do segredo.

Deste então, o poder sobre o sexo e o prazer são normatizados sobre os papéis de feminino e masculino para procriação de famílias e bens de capital, reversado a uma determinada classe social. A idade da repressão, conforme Foucault (1999), se inicia no século XVII e serve a uma nova ordem burguesa para promover o capitalismo em que o sexo é reprimido por ser incompatível com a força de trabalho que esse novo ditame necessitava para se consolidar. Embora o estudo de gênero não seja o foco direto dos estudos foucaultianos, fica claro, no entanto, em suas contribuições teóricas, que as relações de poder sobre o corpo feminino, dentro dessa lógica da sexualidade, produziram a submissão da mulher em relação ao homem. Ratificadas através das práticas de confinamento e controle do corpo da mulher, constituíram as relações de gêneros a partir do masculino e do feminino, e validaram a superioridade masculina, não somente sobre a mulher, mas sobre todas as classes não condizentes a categoria burguesa dominante, ou seja, do homem branco e heterossexual.

No entanto, esta forma de negação e opressão sobre o sexo reforça ainda mais a ideia sobre ele, pois falar o que é negado mostra o que escondemos e diz o que calamos, pois, a repressão é explícita através de palavras. Como afirma Foucault (1999, p. 12):

A ideia de sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como a ideia de sexo reprimido na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro. O enunciado da opressão e a forma de pregação referem-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril.

No entanto, ainda em Foucault (1999), a repressão do sexo é uma ilusão, pois a restrição da sexualidade produziu um processo constante de vontade de saber e técnicas de poder que implantaram e disseminaram as “sexualidades polimorfos” que possibilitaram as condições de produção dos discursos sobre a própria sexualidade num regime de visibilidade constante. No final do século XVIII, consolidaram-se os códigos explícitos que regiam as práticas sexuais, dentre eles o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, fixando conforme suas peculiaridades o que era lícito e ilícito, mas todas centradas nas relações matrimoniais heterossexuais em que o sexo dos cônjuges era regulado com normas e recomendações.

Romper as leis do casamento ou procurar ‘prazeres estranhos’ mereciam condenações por tribunais legítimos que podiam penalizar desde a infidelidade (da mulher) até a homossexualidade, pois eram percebidos como forma extrema do ‘contra-a-lei’. No entanto, ao mesmo tempo que o casal legítimo funcionava como discurso da norma passou a ser, também, o mais silenciado, conforme Foucault (1999), o que se interroga agora é a sexualidade das crianças, dos loucos e dos outros que não amam o mesmo sexo. Desta forma:

Todas essas figuras, outrora entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas, e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo. (FOUCAULT, 1999, p. 38)

As regras de condutas e interdições adotadas pela prática sexual hetero(cis)normativa provocaram efeito contrário, ou seja, possibilitaram condições de multiplicação dos discursos sobre o indecente, sobre o exame minucioso do ato sexual, para falar-se sobre sexo cada vez mais. Para Foucault (1999, p. 25), “focalizou-se o discurso no sexo, através de dispositivo

completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição”.

Deste então, o discurso da sexualidade produziu muitos enunciados e em diferentes instituições, principalmente a partir do século XIX, com os discursos sobre a sexualidade na Medicina e na Psiquiatria a respeito das “doenças” e das “perversões sexuais”, além da justiça penal que, em forma de jurisdição, se ocupou dos crimes da sexualidade para proteger e prevenir a instituição familiar dos perigos a incitação do sexo não normatizado. Para Foucault (1999), esses enunciados, instituiu o aparato de saberes que legalizaram o poder, legitimando quem, onde, como e o que se pode falar sobre o sexo, os discursos autorizados solicitando relatórios, diagnósticos e terapias para compor as intervenções médicas e judiciais que fizeram da sexualidade objeto de saber do mundo científico.

Foucault (1999), denominou de “ciência da sexualidade”, ou *scientia sexualis*, os saberes que a sociedade desenvolveu para dizer a “verdade sobre o sexo”, assim como os procedimentos de poder-saber que ordenaram a prática sexual. Para Foucault (1999, p. 36), é;

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto? (FOUCAULT, 1999, p. 36).

Essa dispersão sobre o domínio da sexualidade, no século XIX, foi iniciadora da heterogeneidade sexual moderna, regido pelo direito canônico e pela lei civil, os tribunais podiam condenar “as perversões sexuais”, onde se puniam desde a homossexualidade, a bestialidade até a infidelidade (da mulher) no casamento. Através dos aparatos disciplinares como casas de correção, penitenciárias, tribunais e asilos, atribuíam aos sujeitos delinquentes, sob o estigma do delito ou da loucura, aberrações genéticas ou psíquicas. Tais práticas reduziram a família a uma célula monogâmica e conjugal, pois o sexo era somente aceitável ao casal heterossexual e legítimo, no entanto, as práticas discursivas de interdição possibilitaram a emergência dos discursos de transgressão, visto que na materialização dos enunciados fez-se necessário categorizar as confissões da sexualidade não regular, ou seja, a sexualidade periférica que provocou a incorporação das perversões a uma nova especificação dos indivíduos, como a homossexualidade. Como demonstra Foucault (1999, p. 45):

As instituições escolares ou psiquiátricas com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres; porém, também indicam regiões de alta saturação sexual com espaços ou ritos privilegiados, como a sala de aula, o dormitório, a visita ou a consulta. Nelas são solicitadas e implantadas as formas de uma sexualidade não conjugal, não heterossexual, não monogâmica.

A homossexualidade se constituiu a partir da categorização dos saberes médicos, psicológicos e psiquiátricos sobre ela, assim “A homossexualidade apareceu como umas das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo de alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie”. (FOUCAULT, 1999, p. 42-43).

O poder repressivo atribuiu, então, espécies “perversas” da prática sexual com o propósito de suprimi-las, mas, ao contrário, estas disseminações específicas da sexualidade periférica possibilitaram que fossem difundidas e incorporadas aos sujeitos. As práticas discursivas da confissão foram e ainda são condições de produção dos enunciados de verdade sobre o sexo. Desta forma, segundo Foucault (1999), a questão de “quem somos nós hoje”. sempre esbarra na relação que temos com o sexo, uma “lógica do sexo” para decifrar como poder e desejo se articulam nesse processo de repressão, interdição e censura, sustentado pelo regime binário de lícito/ilícito e permitido/proibido, em oposição a uma sexualidade histórica-social, constitui não o sujeito sexo-natureza, mas sexo-história, sexo-significação e sexo-discurso.

Neste ponto, para Foucault (1999), o dispositivo da sexualidade exerce 3 funções distintas: i) agrupar elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, ii) marcar uma linha entre saber sobre a sexualidade e as ciências biológicas que serviram de princípio da normalidade sexual humana e, iii) reverter as relações entre poder e sexualidade que permitiram pensar o “poder” apenas como lei ou interdição. Desde então, estes saberes de controle sobre o corpo e o desejo ditam modelos de normalidade e comportamento sexual que são, ou não, aceitáveis socialmente.

Assim como a sexualidade, as questões de gênero, a partir do século XVIII, foram subvertidas pela cultura patriarcal e burguesa, uma vez que o modelo de família heterossexual garantia privilégios às classes detentoras do capital e da produção. Os discursos das ciências iluministas, amparados pelos interesses burgueses, pelas relações de poder/saber constituídos pelos discursos nacionalistas que derrubaram o absolutismo e criaram as cidades-estados europeias, institucionalizaram os papéis sociais de homem, mulher e criança e legalizaram os enunciados de normatividade do gênero e do sexo como núcleo central da sociedade

conservadora e produtiva. Neste contexto histórico, surge a família tradicional como modelo social aceitável, constituída legitimamente em matrimônio por homens e mulheres, tendo como objetivo a procriação e a monogamia para protegerem o acúmulo de capital e as posses hereditárias da propriedade privada, além de atender a manutenção da ordem social dominante de uma única célula de controle. Para Trevisan (2004, p. 19):

Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir). [...] o vácuo político-ideológico, a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados criaram terreno fértil para as execrações morais, insufladas agora por um milenarismo de olho no capital.

Sob esta vertente discursiva do exercício do poder patriarcal era imprescindível o controle sobre o sexo e principalmente sobre o corpo da mulher, uma vez que esse controle somente se efetivaria se garantisse, também, o controle reprodutivo da mulher. Sexo e gênero se tornaram ferramentas poderosas de controle social, pois através da disciplinarização dos corpos os dispositivos da sexualidade e do patriarcalismo atuaram como forças de poder que atravessaram e constituíram estes sujeitos, objetivando e subjetivando suas condutas e comportamentos.

Desde o fim do século XVIII, a natureza feminina era associada gradativamente aos órgãos reprodutivos. Essa associação referendava o discurso médico e de autoridades acerca das limitações dos papéis das mulheres (sociais e econômicos). A divisão sexual do trabalho, reforçada por meio do capitalismo industrial urbano, restringia as atividades femininas ao espaço doméstico. As descrições médicas dos corpos de homens e mulheres, em que a diferença era salientada, aliavam-se a evidências de que a sexualidade feminina também associava-se às funções de mãe e esposa, e que o desejo sexual das mulheres era, por natureza, menor do que o dos homens. Com base nos papéis diferenciados na reprodução, são prescritos papéis sociais distintos para homens e mulheres: aos primeiros destinam-se atividades do mundo público, do trabalho, da política e do comércio e, às últimas, atividades na esfera privada da família, desempenhando funções de mães e esposas (COSTA et al, 2006, p. 3)

Para Bourdieu (2002), a dominação masculina se faz presente em todas as sociedades porque todas se legitimaram e se constituíram pela perspectiva do androcentrismo, pois pressupõem a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). No entanto, esta dominação do poder masculino é simbólica, exercida sem haver necessidade de força física, um ato engenhoso que se estende da relação de gêneros a toda a estrutura social.

Para o sociólogo americano Lester F. Ward, que, em 1903, cunha o conceito de androcentrismo, o termo está ligado à noção de patriarcado, mas não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também a forma como as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos, concebida como uma norma universal tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina.

Assim, a sociedade europeia polarizada (produção), binária (sexo), branca (raça) e burguesa (classe) dos séculos XVIII e XIX naturalizou os conceitos de identidade e diferença, além de instituir uma identidade hegemônica que exclui e marginaliza os sujeitos que não se encaixam na ordem social pós revolução francesa. Sob os pilares da “igualdade, liberdade e fraternidade” floresceram os mais cruéis regimes totalitários do século XX. O poder materializado nos discursos de hegemonia do homem branco burguês, estabelece (e reforça) não somente as desigualdades de gênero, mas também, de sexo, raça e classes, constituindo (e mantendo) uma sociedade de privilégios, dividida e injusta.

Os movimentos feministas, precursores dos discursos sobre gêneros, têm características bastante particulares, tanto em sua constituição enquanto movimento quanto nas relações de poder que possibilitaram às mulheres lutarem por reconhecimento enquanto sujeitos de identidade e de direitos, pois é um movimento que produz sua própria reflexão crítica e sua própria teoria. Os discursos produzidos pelos movimentos feministas a partir da história do feminismo, da ação do movimento feminista e da produção teórica feminista em várias áreas do conhecimento, proporcionaram visibilidade aos enunciados sobre a repressão sexual de forma generalizada e sobre a produção de uma identidade que é socialmente construída. Foi através dos movimentos feministas que a mulher se afirmou enquanto sujeito social e possibilitou condição de produção dos enunciados de gêneros enquanto resistência ao domínio masculino. Os discursos sobre as relações culturais entre os sexos constituíram uma perspectiva de análise de gêneros baseadas nas relações sociais que se tornaram cruciais para a sociedade do século XXI.

Historicamente, é possível perceber vários enunciados isolados de insurgência do discurso feminista, às vezes de transgressão outros de resistência, contra o domínio do androcentrismo vigente deste a mais tenra constituição da sociedade ocidental, e que definitivamente se consolidaram durante o século XVIII, legitimado pelas práticas de confinamento e de controle do corpo da mulher como formas de garantir a sucessão patrimonial e o acúmulo de capital burguês. A tecnologia da norma e da política que surgiram no século

XIX proliferaram a vontade de saber sobre o corpo, a saúde e as condições de vida reguladas pelas leis e pelo sistema corretivo que tornaram aceitáveis um poder essencialmente normalizador do corpo da mulher e da emergência de funções essencialmente femininas, como cuidar dos filhos, da família, do marido e da casa.

No entanto, para Foucault (2019, p. 53), existe um embate ‘pela verdade’ ou pelo menos, ‘em torno da verdade’ que o autor denomina de verdade/poder, ou seja, um “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Assim emergiu no século XX, o desejo por mudanças das práticas discursivas do comportamento imposto à mulher e que, por meio dos discursos de empoderamento e dos movimentos feministas, constituíram uma poderosa estratégia para desconstrução da estrutura patriarcal vigente, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos reguladores de poder.” (FOUCAULT, 2019, p. 52).

Os movimentos pelos direitos das mulheres e as lutas de gêneros, em geral, estão entrelaçados, pois gênero é uma construção social que regula a identidade de homens e mulheres enquanto categorias do sexo. O feminismo, enquanto corrente intelectual, denuncia essas desigualdades, pois os discursos sobre diversidade de gêneros constituem importante apelo para a evolução das sociedades contemporâneas. Para Gregori (2017, p. 49.), “Assim, o feminismo, nos seus aspectos basilares, caracteriza-se através de um processo constante de ações coletivas que se referem à emancipação política e conquista de direitos que refletem no **empoderamento** das mulheres”. (grifo nosso)

Os últimos 70 anos, principalmente depois do lançamento da obra “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir em 1949, foram extremamente decisivos para as transformações sociais, culturais e econômicas que a sociedade contemporânea vem consolidando. As questões de gêneros abordadas atualmente são fortemente solidificadas no empoderamento da mulher, edificado, principalmente, nos discursos do feminismo e constituídos pela nova posição de grupos sociais que reivindicam direitos e oportunidades iguais dentro do cenário mundial. Nesta obra em questão, Beauvoir examina a condição feminina em todas as suas dimensões e propõe caminhos para a sua libertação.

Para Beauvoir (1980, p. 9), “Se a função de fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também explicá-lo pelo ‘eterno feminino’ e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na terra, teremos que formular a pergunta: que é uma mulher?”. A investigação proposta pela obra, em que a autora parte das indagações para a

argumentação do chamado “eterno feminino”, é a de que a mulher não é o “segundo sexo” ou o “outro” por razões naturais e imutáveis, mas sim por constantes processos sociais e históricos que a fixa a um conjunto específico de características e limitações. Ainda em Beauvoir (1980, p. 7), “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher, cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que a feminilidade”.

A autora oferece extensos registros históricos sobre a constituição dos discursos patriarcais e das práticas de dominação socialmente institucionalizadas que possibilitaram a produção dos embates de enfrentamento e de poder dos enunciados que emergiram nas lutas feministas e que modificaram o contexto social e cultural dos discursos feministas e de gêneros. A obra de Beauvoir produziu acontecimentos que possibilitaram condições de produção dos discursos sobre gênero e diversidade, ao demonstrar que a noção de feminilidade era forjada pela sociedade machista e tinha, como estratégia de poder, a autolimitação da mulher, cujo enunciado celebrado na frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980b, p. 9), buscava sob uma ótica biológica e orgânica naturalizar a construção da feminilidade e, também, demonstrar que a questão de gênero é uma construção social.

Segundo Beauvoir (1980b, p. 9), “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade”. À época do lançamento da obra não havia a materialização dos discursos de empoderamento feminino, tal como conhecemos hoje em dia, mas o texto inaugura o debate da situação da mulher dentro de um contexto histórico e social. “Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se cumpre o seu papel de outro.” (BEAUVOIR, 1980, p. 15).

O livro “O Segundo Sexo” emergiu como um enunciado em meio às condições de possibilidade do discurso feminista, entrando no regime de enunciabilidade das lutas por igualdade de gênero. Contribuiu de forma decisiva para os enunciados de gênero que emergiram na segunda onda do movimento feminista, iniciada os anos de 1960, e foi de extrema importância para a visibilidade das lutas feministas, pois possibilitou trazer para a sociedade os primeiros embates discursivos sobre igualdade de direitos, diversidade e construção identitária. A obra de Beauvoir é o acontecimento principal para as condições de possibilidade dos discursos políticos dos movimentos feminista que culminaram nos discursos de gêneros proposta por Butler nos anos 1990.

Para os efeitos dessa análise discursiva e a emergência do objeto de empoderamento feminino, utilizaremos, nesta pesquisa, as ondas dos movimentos feministas que surgiram e se modificaram ao longo do século XX, e constituem aqui como dispersão dos discursos sobre gênero e diversidade, possibilitando a emergência de enunciados sobre liberdade, igualdade e diversidade para as classes ‘outras’, conforme Beauvoir¹³, fora do sistema patriarcal. Para Foucault (2008, p. 43), é necessário “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade”.

Assim, as “ondas feministas” são movimentos históricos que mantêm a regularidade dos temas e dos enunciados que estabelecem os enunciados de empoderamento feminino como discurso relevante na militância das mulheres por igualdade de gênero, possibilitando (in)surgir dentro da sociedade o debate sobre autonomia de acordo com suas demandas. As ondas feministas funcionam aqui como acontecimentos escalonados a partir da obra de Beauvoir, embora para Foucault a história não seja linear, se fazendo necessário uma leitura interpretativa, uma vez que a prática da leitura literal se mostra insuficiente para a produção de sentidos entre a sociedade e a sua própria memória histórica, elas serão expostas na ordem que surgiram, pois são campos de documentos pertinentes às condições de possibilidade de produção dos enunciados feministas de empoderamento.

De acordo com Orlandi (2010, p. 51), é “[...] na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura ‘espontânea’ reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras”. É portanto, na materialidade discursiva destes acontecimentos, que através dos discursos de poder e resistência, constituem a historicidade dos sujeitos e suas enunciabilidades, produzindo a regularização, as condições de produção e a circulação dos discursos feministas. Ainda em Orlandi (2010, p. 52):

[...] o acontecimento discursivo, provocando interrupções, pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir, respectivamente uma outra série sob a primeira, desmarcar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

¹³ O *Outro* beauvoriano (1980) é a relação que os homens mantêm com as mulheres de submissão e dominação, onde a veem como um objeto, aparece como o negativo, de modo que, toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. A visão machista encara a mulher como “outro” em sentido negativo (com relação ao masculino), não reconhecida como alteridade positiva, com características próprias e independentes das imposições masculinas

A primeira onda, que ocorreu entre o fim do século XIX até meados do século XX, foi caracterizada pela reivindicação das mulheres pelos diversos direitos políticos já conquistados pelos homens de seu tempo. As feministas da primeira onda questionavam a imposição de papéis submissos e passivos às mulheres e o direito ao voto—se denominavam as *suffragettes*—apesar de na prática serem subordinadas a seus maridos ou pais, não eram suas propriedades institucionais ou jurídicas. O empoderamento das mulheres, proporcionado pelas *suffragettes*, possibilitaram a conquista dos primeiros direitos políticos e a busca por representatividade para as lutas femininas. No Brasil, a primeira onda do feminismo se manifestou também através do direito ao sufrágio e possibilitou às mulheres espaço de lutas para adquirir direitos políticos de votar e ser votada. Como podemos observar na série enunciativa abaixo:

1. “Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça a metade da população”¹⁴
2. “Mais Luz sobre a trajetória de Antoniete de Barros: personagem fundamental da educação, da política, do feminismo e do movimento negro volta a ganhar visibilidade em Santa Catarina na semana de seu aniversário de nascimento”¹⁵
3. “Assim, neste ambiente de liberdade e trabalho, de patriotismo e de tolerância, tornou-se em realidade o nosso sonho de igualdade política. A prova eloquente de reconstrução político-social, caracteriza-se pela minha eleição ao posto de prefeita deste município”¹⁶
4. “Celina Guimarães Viana é a primeira mulher a se alistar para votar, em 1927” oglobo.globo.com.br, em 08/03/2018¹⁷
5. “Erundina é a nova prefeita de S. Paulo” capa da Folha de São Paulo, 16/11/1988
6. “Uma Mulher no Planalto: Dilma é eleita presidente” veja.abril.com.br/, 31/10/2010.

Bertha Lutz¹⁸, ativista feminista, cientista e bióloga de formação no exterior, onde conhece o movimento das *suffragettes*, traz essa iniciativa para o país e inicia a luta pelo voto da mulher no cenário nacional. Fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, elaborou, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado solicitando a aprovação do Projeto de Lei que dava o direito de voto às mulheres, mas foi somente em 1934 que as restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral e em 1946, a obrigatoriedade

¹⁴Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) bióloga, cientista, foi grande defensora da igualdade de gênero e da melhoria da educação.

¹⁵Antoniete de Barros (1901-1952) professora, filha de ex-escrava, foi a primeira mulher negra a conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, exercendo o cargo de deputada por duas legislaturas (1935 e 1947). Foi também a primeira negra a ser eleita para um mandato popular no Brasil.

¹⁶Luiza Alzira Teixeira Soriano (1897-1963), professora, política e primeira mulher a ser eleita, em 1928, prefeita, de um município brasileira e na América Latina

¹⁷Celina Guimarães Viana (1890-1972), foi professora e primeira eleitora do Brasil, ao votar em 1928 na cidade de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte, primeiro Estado que estabeleceu que não haveria mais “distinção de sexo” para o exercício do sufrágio.

¹⁸Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/bertha-lutz.html>. Acesso em 20/08/2021

do voto foi estendida às mulheres. Todas essas mulheres têm em comum, além da representatividade, a luta pela igualdade de direitos e pela educação.

A conquista de direitos civis proporcionou representatividade junto ao poder público que possibilitaram condições de existência dos enunciados de resistência, a partir da década de 1960. Marcando profundamente pelos conceitos teóricos do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, as mulheres instituíram uma luta política para desconstrução dos papéis impostos socialmente, questionando a organização da família tradicional do homem provedor e da mulher submissa, amparadas por sua inserção no mercado de trabalho buscaram reconfigurar a noção arraigada de dependência e fragilidade da mulher para exercer postos de trabalhos destinados exclusivamente aos homens.

Segundo Foucault (2008), os enunciados são produzidos considerando a heterogeneidade constitutiva dos discursos e da dispersão dos sujeitos que falam em determinado espaço social, produzindo o que Foucault denomina de “descontinuidade enunciativa”, assim o feminismo inicial perde força a partir da década de 1930 e aparecerá novamente, com relevância, na década de 1960, marcado profundamente pelos conceitos teóricos do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir.

Conforme Foucault:

[...] para considerá-los em sua descontinuidade [os enunciados], sem ter de relacioná-los, por um desses deslocamentos que os põem fora de circuito e os tornam inessenciais, a uma abertura ou a uma diferença mais fundamental; para apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu; para reencontrar sua incidência de acontecimento” (2008 p. 137-138)

A segunda onda feminista inicia-se em meados dos anos 1950 e se estende até meados dos anos 1990 do século XX, mais especificamente o feminismo radical, que teve seu início, em sua fase mais ativa, nas décadas de 60 e de 70 e se caracterizava pela luta pelos direitos reprodutivos da mulher e pelas discussões acerca da sexualidade e opressão com base no sexo. Os anos 60 são especialmente emblemáticos para as lutas feministas, pois se caracterizaram pela busca de libertação do corpo da mulher, dentro de um momento histórico marcado pela grande efervescência cultural que estabeleceu novas práticas de poder e saber nas relações sociais em vários segmentos da sociedade. Nesta época o movimento *hippie*, teve grande alcance entre os jovens, pois nasceu da contracultura¹⁹ e propunha mudanças no

¹⁹ Contracultura simboliza uma postura radicalmente crítica à cultura vigente. Representou um movimento de rebeldia e insatisfação que rompeu com diversos padrões, ao contestar de forma radical comportamentos da cultura

comportamento social vigente, em especial os valores morais e o rompimento das formas tradicionais de organizar a vida.

O movimento *hippie* trouxe importantes contribuições para fortalecer as lutas feministas. A resistência contra a ordem discursiva dominante possibilitou os discursos de transgressão dos enunciados que instauraram as mudanças culturais do comportamento da mulher em relação ao seu papel diante da sociedade. Surgiram os protestos contra as limitações impostas ao seu corpo e aos comportamentos sexuais a que era submetida pelos padrões tradicionais da cultura patriarcal. Surgiram os primeiros questionamentos sobre sua submissão em relação ao homem e os protestos contra sua condição de cuidadora dos afazeres domésticos. Assim, o movimento feminista ganhou as ruas para dizer não ao machismo, notadamente, o acontecimento da queima de sutiãs para demonstrarem que as mulheres não eram apenas um objeto sexual, proporcionando uma tomada de consciência pela luta de espaços para reivindicarem direito a igualdade de gêneros.

A série enunciativa, abaixo, amplamente divulgada nas redes sociais como campanhas de empoderamento feminino, demonstra como uma tomada de consciência das imposições socialmente atribuídas a condição da mulher, preconceituosas e limitantes, promoveram importantes ressignificação aos discursos feministas que foram decisivas para as discussões sobre liberdade, igualdade, sexualidade e gênero e contribuíram significativamente para estabelecer o empoderamento feminino como condição de luta para a conquista da liberdade de novas formas de existência:

1. Meu decote não é um convite²⁰
2. Caminhar por um espaço público não torna meu corpo público²¹
3. Para nós, a rua é um corpo de batalha²²
4. Lugar de mulher é onde ela quiser²³

Vários acontecimentos que emergiram durante a segunda onda do feminismo foram determinantes para as movimentações nas relações de poder e de resistência com relação ao controle da sexualidade e do corpo da mulher. A minissaia foi um dos primeiros símbolos de

dominante, principalmente através de manifestações culturais marginais, contestadoras, representando formas não tradicionais de oposição. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/capoeira_artigo.pdf.

²⁰ <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/vadia-eu>

²¹ <https://f5.folha.uol.com.br/humanos/2014/03/1423020-mulheres-se-impoem-contras-cantadas-de-rua-e-criam-grupos-para-entender-feminismo.shtml>

²² Chega de Fiu Fiu é uma campanha de combate ao assédio sexual em espaços públicos lançada pela Think Olga em 2013

²³ LAGES, Patrícia. Lugar de Mulher é onde ela quiser. São Paulo: Vida Melhor, 2016.

resistência das feministas para vencer o conservadorismo e a objetivação machista do corpo feminino. O direito de poder e autonomia sobre seus corpos levaram o movimento feminista a defender o uso indiscriminado de contraceptivos a partir de 1962, pois entendia-se que a igualdade entre homens e mulheres somente se efetivaria se possuísem liberdade sexual. Princípios como ‘Paz e Amor’, ‘amor livre’ e ‘revolução sexual’ buscavam abolir as convenções sociais acerca da monogamia, do sexo pré-nupcial, do tabu da virgindade e as discriminações quanto à opção sexual.

O reconhecimento que as desigualdades eram provenientes de problemas culturais e políticos encorajaram as mulheres desta época a combaterem as estruturas sexistas de poder. Em 1964, nos Estados Unidos, o surgimento do enunciado “Liberação das Mulheres”, foi fundamental para todo movimento feminista, pois passou a criticar a ideia de que as mulheres teriam satisfação em apenas cuidar dos filhos e do lar, colaborando com escritora francesa Betty Friedan, que em 1963 publicou a obra “A Mística Feminista”, retomando as ideias de Beauvoir, ao demonstrar que as mulheres chamadas de ‘rainhas do lar’ estavam descontentes com a própria identidade e acabou por desmistificar o papel da mulher na sociedade da época, contribuindo para que elas revivessem a luta por seus direitos. Como podemos observar nos aportes teóricos de Foucault (1995), não há uma dissociação entre poder e conhecimento, uma vez que o saber se produz na luta pelo próprio poder, onde grupos sociais buscam mecanismos para garantir sua legitimidade e assegurar seu espaço.

Desta forma, esses acontecimentos possibilitaram maior visibilidade e circulação dos discursos de empoderamento feminino, promovendo novos processos de subjetivação destes sujeitos frente ao movimento feminista. Como podemos observar no movimento “o pessoal é político”²⁴ que possibilitou que as desigualdades domésticas, até então silenciadas pelas condutas machistas, se tornassem públicas, para, então, se tornarem objeto de tutela do Estado, abrindo espaços de reivindicações para importantes conquistas do movimento feminista desta época e constituem outro acontecimento discursivo relevante na legitimação de direitos das mulheres.

Esse processo de subjetivação pelo empoderamento possibilitou ao sujeito feminista dizer a verdade de si, e emergiu de forma contundente no histórico discurso da estudante Bettina Aptheker, aluna da Universidade de Berkeley e membro do Free Speech Movement, após um

²⁴ Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico (COSTA, 2005, p. 02).

ato de protesto, “foi um momento de grande libertação pessoal para mim. Ele me deu um gosto de poder – não no sentido de poder em si, mas no sentido de **auto-empoderamento**” (BROWN, 2014, p. 183. Grifo nosso). Os discursos de resistência sobre igualdade de gêneros e diversidade sexual que surgiram nos anos 60 possibilitaram a existência dos enunciados que promoveram o surgimento da revolução sexual que se ainda ecoam no nosso tempo, pois foram extremamente profícuos em acontecimentos que consolidaram a necessidade de lutar por uma nova ordem social, menos preconceituosa e mais inclusiva.

Segundo Foucault (2019, p. 40), “Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos”. Assim, a partir de escalonamentos destes principais acontecimentos, as saias femininas encurtaram, ousadas e coloridas se tornaram símbolo da resistência e da concepção de as roupas não se restringe a uma etnia, classe social, ou gênero; a quebra do tabu da virgindade que representou a liberdade contra as opressões da doutrina antropocêntrica e a pílula anticoncepcional que se tornou instrumento feminino na luta pelo prazer sexual e pelo controle de seus corpos.

Desta forma, estes acontecimentos fortaleceram as lutas de gênero e se passou a falar abertamente das relações de poder entre homens e mulheres, dando visibilidade aos enunciados de liberdade, igualdade e autonomia sobre a vida e o corpo da mulher, e constituíram a emergência dos discursos identitários que possibilitaram condições de produção do objeto discursivo de empoderamento feminino. As práticas discursivas destes acontecimentos produziram efeitos de saber/poder sobre os enunciados de liberdade e igualdade de gêneros, ressignificando novas maneiras de pensar e agir capazes de confrontar à opressão patriarcal. Para Foucault (2019), poder e liberdade não são opostos, são mutuamente constitutivos das relações de poder e da subjetividade.

Os discursos de transgressão dos movimentos feministas possibilitam a ruptura do poder vigente e transformaram condutas estáveis de dominação em outros modelos de comportamentos aceitáveis. A subjetividade, produzida no e pelo discurso, não é imposta, é assumida e ocupada pelas posições de sujeito dentro de uma constituição sócio/histórica que se utiliza de novas discursividade para a criação de novos sujeitos e modos de existência. Surgem, portanto, novas práticas discursivas do sujeito feminista e sua representatividade na luta e na resistência aos padrões misóginos tradicionalmente imposto as mulheres.

No Brasil, apesar da instauração da ditadura militar em 1964 e à repressão total da luta política legal, foi possível surgirem as primeiras manifestações feministas no início da década de 1970²⁵. Apoiadas principalmente pela I Conferência Internacional da Mulher, em 1975 no México, onde a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher, estimulou os movimentos feministas a se organizarem e a lutarem por temas específicos do universo da mulher como direitos iguais para trabalho igual, liberdade sexual, direito ao prazer, direito a contraceptivos, direito ao aborto, contra a violência sexual em casa e na rua e contra o estereótipo do símbolo sexual.

Estes escalonamentos de acontecimentos possibilitaram incorporar aos movimentos feministas nacionais uma série de enunciados que funcionaram como memória antecipadora dos discursos de empoderamento feminino no país. Então, em meados dos anos 70, surgiram vários grupos organizados em prol da luta feminina, e se constituem em uma sequência de acontecimentos que possibilitaram a emergência dos enunciados sobre gênero e identidade. Conforme podemos observar na série enunciativa abaixo, as novas possibilidades discursivas que emergiram do empoderamento feminino buscaram envolver todo um coletivo, por compreender que a violência contra a mulher é uma forma generalizada de violência contra todas as classes invisibilizadas pela hegemonia social vigente.

1. “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”
Angela Davis
2. “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da cultura, então temos que mudar nossa cultura” Chimamanda Ngozi Adichie
3. “Enquanto a sociedade insistir em julgar os tipos de relações amorosas e de gêneros sexuais, não podemos nos considerar num mundo evoluído” Fernanda Fernandez
4. “As pessoas adoram acreditar que mulheres gordas ou pouco atraentes estão livres de assédio”
Roxane Gay
5. “É crucial que resistamos às forças da censura que prejudicam a possibilidade de viver em uma democracia igualmente comprometida com a liberdade e a igualdade” Judith Butler

Assim, a organização política das mulheres em vários segmentos sociais resultou em importantes conquistas em relação aos seus direitos assegurados por lei no texto da Constituição de 1988 e que possibilitaram a legislações de leis mais recentes, como a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil; poder familiar compartilhado; o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, a lei Maria da Penha; a lei do feminicídio e a regulamentação dos direitos das Trabalhadoras Doméstica. A

²⁵ O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. Karina Janz Woitowicz e Joana Maria Pedro. Dossiê gênero, feminismo e ditaduras. Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009, (43-55) - ISSN 1518-4196. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3574-13089-1-PB.pdf>

organização do *Lobby do Batom*²⁶, também chamado de *lobby* das Meninas ou *Lobby* das Mulheres constituiu importante articulação feminina que garantiram a inclusão de vários direitos das mulheres e de variados grupos sociais na Assembleia Constituinte de 1988.

Os enunciados promovidos durante a segunda onda feminista funcionaram como regularidade das dispersões dos discursos de empoderamento feminino e foram determinantes para a conquista de diversos direitos das mulheres, para a legitimação do próprio movimento e para o surgimento da terceira onda feminista, nos anos 1990, com o propósito de aprofundar nas discussões do papel e da função das mulheres na sociedade. Esse conjunto de formulações que emergem de um campo associado possibilita, também, a (re)atualização de outros enunciados, uma vez que “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (p. 112)

Essa (re)atualização dos enunciados possibilitaram que as feministas da terceira onda se concentrassem na mudança dos estereótipos femininos, tanto na linguagem quanto na imagem retratada pelos meios de comunicação, assim como a busca pelo reconhecimento de diversas identidades femininas baseadas principalmente nos discursos de gênero e sexualidade. Os enunciados da terceira onda rejeitavam quaisquer tentativas de identificação de objetivos comuns, gerais e padronizados, porque não se reconhecia enquanto um movimento coletivo, pois, ao contrário, lutavam para quebrar os modelos de comportamento arraigados ainda associados à mulher. As feministas dos anos 80 e 90 se apropriaram dos estereótipos de condutas e de símbolos de feminilidade impostos e os ressignificaram em defesa da existência individual da mulher e da sua “liberdade de escolha”.

A luta contra as generalizações sociais obrigatórias às mulheres estão estritamente relacionados aos discursos estereotipados que produzem enunciados limitantes e preconceituosos, além de impor padrões discriminatórios e inalcançáveis para a grande maioria como forma de universalizar determinadas características de um grupo ou perpetuar a repetição desses padrões de forma generalizada. Como, por exemplo, os padrões de beleza rígidos impostos às mulheres, baseados na concepção de que a aceitação estética está associada

²⁶ O *Lobby do Batom* foi composto por mulheres de várias profissões, num total de 26 constituintes de variados partidos, ou seja, apenas 5% do total dos membros constituintes eleitos. Entre as principais reivindicações da bancada feminina estavam: a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho, e igualdade jurídica entre homens e mulheres, entre outros.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/lobby-do-batom/>

exclusivamente à pele branca, ao cabelo loiro ou ao corpo magro; a obrigatoriedade de um comportamento submisso vinculado às necessidades do homem e do cuidado doméstico.

As lutas feministas deste momento histórico objetivavam o sujeito mulher de um modo único, propondo formas de ‘desnormalização’ de seus corpos, uma vez que aquelas que não se encaixavam nos padrões preestabelecidos eram marginalizadas. Dentre as generalizações impostas nesta época os movimentos feministas se dirigem especialmente contra os modelos de beleza padronizados, a classificação binária de gênero e as lutas em defesa das classes periféricas. Para Gregori (2017, p. 57):

[...] em meados da década de 80, o movimento social feminista prosseguiu expandindo-se, por meio da luta pelo retorno à democracia do país e através da união com novos movimentos que proclamavam seus direitos específicos dentro da luta geral, tais como, as mulheres lésbicas, pessoas negras e homossexuais.

No cenário brasileiro, acompanhando a tendência mundial, a atuação do movimento feminista se consolidou e se multiplicou em vários segmentos, embora a pauta de luta seja semelhante, esses novos segmentos incluíram e promoveram várias estratégias de ações específicas para atenderem diferentes demandas da condição da mulher em seu espaço social, onde além da lutas pela autonomia e pelos direitos civis, incorporaram políticas para inclusão de mulheres negras, indígenas, quilombolas, além de atuações de acolhimento direcionadas a diversidade de gênero.

Em suma, as lutas feministas se concentraram na consolidação da liberdade, da autonomia e da equidade de gêneros, tendo como base discursiva os direitos e a capacidade destes grupos de produzirem uma tomada de consciência que possibilitaram modificações nas relações de saber/poder que constituíram a sociedade do século XXI. Assim, através das práticas discursivas de empoderamento, os movimentos feministas articularam e mobilizaram as práticas discursivas das lutas das mulheres em diversas áreas, temáticas e enfoques, produzindo resistências para a emergência dos enunciados que objetivaram e subjetivaram os sujeitos envolvidos neste momento histórico, em especial nesta análise as feministas e os LGBTQIAP+.

Atualmente, algumas correntes filosóficas afirmam já existir uma quarta onda do feminismo, caracterizada principalmente pelo uso maciço das redes sociais para organização, conscientização e propagação dos ideais feministas. Tendo como pautas frequentes a cultura do estupro, a representação da mulher na mídia, os abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades, a postura de denúncia e de recusa ao silenciamento. Não se fala em apenas

um feminismo, mas em feminismos, pois subdividiu em vertentes de luta de grupos e coletivos de gêneros de acordo com o lugar de fala, das experiências vividas e da realidade a partir de suas origens que, agora, abrange uma luta ampla do feminismo. Possibilitando vozes às mulheres negras, lésbicas e periféricas busca a equalização e reparação dos efeitos causados pela cultura de uma sociedade machista e patriarcal. As lutas e opressões se resignificaram e ampliaram o movimento.

Popularizado pelas redes sociais, o feminismo se mobilizou para a construção de uma rede de troca de informações e de proteção entre mulheres ao redor do mundo, o que possibilitou grande avanço nas pautas e conquistas do movimento no século XXI. Os discursos sobre empoderamento feminino e resistência foram condições primordiais para avançar também na conquista dos direitos sociais e políticos que garantiram as mulheres autonomia, liberdade, identidade e diversidade, além promoverem ações que legitimam e garantisse os direitos já conquistados, como apontam as séries enunciativas abaixo:

1. “Lei Maria da Penha: violência contra a mulher não tem desculpa. Tem Lei.” Campanha cnj.official
2. “Não é só um Fiu-Fiu: importunação ofensiva ao pudor cabe pena” Campanha do Senado Federal
3. “Combater o feminicídio, tem a ver com todos nós” Campanha da UFMS
4. “Preconceito gera violência. Diga não a homofobia” campanha IFSC
5. “O silêncio acabou” campanha metooBrasil
6. “Igualdade de gênero é dever de casa”. Campanha da CNTC

Os discursos de empoderamento possibilitaram a constituição de novas subjetividades e formas de existência para as mulheres e promoveram um conjunto de ações nos movimentos feministas que fomentaram as lutas contra a desigualdade de gênero imposta pela sociedade hetero(cis)normativa. O empoderamento feminino contribuiu para que as mulheres adquirissem o direito de participar ativamente dos debates sociais, apropriando-se das decisões sobre seu futuro e o fortalecimento da igualdade de gênero. Dentro do segmento LGBTQIAP+, onde as pessoas não cisgêneras ainda sofrem preconceito particularmente intenso, os discursos de empoderamento emergiram como forma de transgressão para suas lutas, possibilitando manifestar sua identidade independente de sua condição sexual.

Em ambos os movimentos, os enunciados de empoderamento são resignificados para modificaram os arraigados valores hetero(cis)normativos que criminaliza o diferente e que não aceita a diversidade de corpos que circulam no atual momento histórico. O discurso de empoderamento concebido como produtor de subjetividade emerge tanto nos movimentos feministas quanto nos movimentos LGBTQIAP+ e constitui uma regularidade discursiva dispersa nestes espaços de exterioridade e se desenvolve em uma rede de lugares distintos, mas

possível de ser definido como sistema comum à sua formação. Segundo Foucault (2008), para se caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática é preciso definir em sua individualidade singular um sistema de formação, assim definido pelo autor:

Por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. (FOUCAULT, 2008, p. 82)

Essas investigações sobre as diferentes abordagens enunciativas e os efeitos de sentidos produzidos nas relações de poder/saber são condizentes com as reflexões de Foucault sobre a historicidade e transformação dos objetos e sua descontinuidade, produzidos e modificados pelo tempo e por determinadas condições sociais e culturais. É possível observar, também, as práticas de subjetivação e as formas de constituições do sujeito feminista e LGBTQIAP+.

Para Foucault (2019), todas as lutas questionam formas de poder e encontram-se no cotidiano dos indivíduos que os transformam em sujeitos; pois as lutas são também contra a sujeição e a submissão. Em todas as relações humanas, o poder está sempre presente, como defende Fernandes (2012, p. 23) “Logo, o poder implica e/ou requer a resistência”. Portanto, a liberdade é condição primordial para a concepção do poder que é somente possível sobre homens livres e se concretizam por meio das relações de saberes. Da mesma forma em Foucault (2008, p. 247), “As formas e os lugares de ‘governo’ dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros”.

Este movimento interdiscursivo de empoderamento feminino possibilita os enunciados de uma nova etapa do processo evolutivo das lutas de gênero, incluído para além das práticas discursivas de “feminismo” e “machismo” que emergiram nos discursos sobre igualdade de gêneros em época e espaços diferentes, para constituir novas formações discursivas sobre outras categorias de gêneros. Diante disso, propomos investigar o campo dos enunciados sobre gênero e diversidade sexual no próximo tópico, a fim de entender sua condição de existência e sua correlação com os enunciados de empoderamento feminino.

Nessa perspectiva, o interdiscurso fornece “formulações constitutivas de uma relação imaginária no momento da enunciação com o domínio da memória” (COURTINE, 1999, p. 20), fazendo com que não exista sujeito no interdiscurso, mas posições do sujeito que são

sócio/histórico constituídos pelos efeitos de verdade que possibilitaram a produção de seus enunciados. O enunciável é exterior ao sujeito, dado que o sujeito inserido nesta formação discursiva a qual pertence reproduz discursos a partir de um já-dito, como se fosse a origem do dizer (COURTINE, 1999). Nesta formação discursiva de empoderamento feminino é importante observar que o campo associado compõe importante elemento para a constituição e funcionamento do objeto enquanto dispositivo de poder, pois organiza a sequência de enunciados dentro da múltipla dispersão dos discursos de empoderamento, embora apresentem diferenças em alguns pontos, são regulares quanto ao objeto. Para Franceschini (2017, p. 89), “dada a dispersão de sujeitos e de suportes, a organização da regularidade enunciativa converge para o objeto, que organiza a sequência de enunciados, e propaga-se para o campo associado, no qual podemos observar a reverberação desses enunciados e dos sujeitos que falam.”.

Todo enunciado retoma outro que reflete uma sucessão de outros enunciados, onde o sentido não está no enunciado, mas na relação que este mantém com quem o produz e suas condições de existência que são marcadas pela repetição do discurso. Assim, os discursos de empoderamento feminino possibilitaram a emergência dos enunciados sobre diversidade de gênero, conforme prescreve Foucault (2008, p. 118):

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. (FOUCAULT, 2008, p. 118)

Diante das condições de produção dos discursos de empoderamento feminino e seus deslocamentos teóricos possibilitaram, também, a emergência dos sujeito LGBTQIAP+ e das novas identidades que foram constituídas pelas relações de saber-poder que surgiram nas revoluções dos movimentos feministas, e que apoiadas pelas teorias preconizadas por Judith Butler sobre gênero reacenderam as discussões sobre diversidade sexual e atçou a sociedade conservadora do século XXI, ao promover os discursos sobre problemas de gênero e a constituição do movimento *Queer*²⁷.

²⁷ A teoria Queer ganha visibilidade nos anos 90 com Butler (2019), ao propor um modelo de pensar o mundo a partir das narrativas fora das normas de gênero, como uma teoria de empoderamento dos corpos transviados que buscam ocupar espaços culturais não marcados biologicamente, ou seja, não binário.

1.3-Gênero e diversidade sexual

Os enunciados de empoderamento feminino que revolucionaram os discursos dos movimentos feministas estão intimamente relacionados com a emergência de novas identidades e com a constituição dos sujeitos LGBTQIAP+ que emergiram no século XXI. Os deslocamentos dos discursos sobre gênero e identidade constituíram uma prática discursiva que possibilitou a emergência de modos outros de subjetividades, pois dos movimentos feministas emergiram os discursos contra a dominação masculina e articulou um campo político que viabilizou o ativismo da homossexualidade, legitimados, principalmente, pelos tratados internacionais sobre a dignidade, a igualdade e a liberdade de todos os sujeitos no exercício dos direitos humanos.

Esses deslocamentos discursivos sobre gênero desencadearam um conjunto de ressignificações das relações humanas e das formas binárias de gêneros que culminaram nos discursos sobre diversidade, identidade, liberdade e igualdade que permitiram ao Movimento LGBTQIAP+ condições de emergência dos discursos não cisgêneros e problematizar as condutas e as normas heterogêneas. Os discursos comuns sobre dominação, submissão e preconceito são fenômenos semelhantes entre os movimentos feminista e LGBTQIAP+, pois têm as mesmas matrizes de subordinação, ou seja, a dominação masculina, o patriarcado e a hetero(cis)normatividade que limitavam a dignidade, a igualdade e a liberdade destes sujeitos.

Os discursos de empoderamento, enquanto promotor da autonomia e do saber, estão constituídos nos discursos feminista a partir das descrições dos enunciados de empoderamento e são semelhantes no sistema de dispersão dos enunciados homossexuais, pois emergiram em uma sociedade que reivindica a participação no mundo social, político e familiar de todos os atores que dela compartilham. Além de assumir uma identidade descentralizada de si próprio e legitimar os novos enunciados dos movimentos LGBTQIAP+, que se modificaram e se ressignificaram por essas práticas, possibilitaram a emergência dos discursos de diversidade de gênero atuais.

Um dos aspectos mais revolucionários da obra de Simone de Beauvoir (1980a), e ainda amplamente discutidos, são as reflexões sobre o corpo da mulher. Para a autora, a corporalidade da mulher é socialmente atribuído e condiciona sua existência, pois a fixa numa determinada identidade, em que a mulher se realiza no mundo como um corpo submetido a tabus de normatização e normalização que servem para legitimar as práticas da conduta machista.

Assim, as discussões de Beauvoir (1980a), constituídas sob uma estética política, propõem uma análise sistemática para se compreender a situação de desigualdade e subordinação as quais a mulheres são submetidas no domínio da hetero(cis)normatividade. A obra de Beauvoir operou de modo decisivo na constituição de um novo fazer do corpo feminino e sua discussão central possibilitou condições de existência para os enunciados que emergiram nos discursos feministas e constituíram possibilidades de produção dos enunciados que circularam sobre o mote “o pessoal é político”, como entendimento do papel do feminismo enquanto movimento político emancipatório, atribuindo ao patriarcado a responsabilidade pela opressão sofrida pelas classes não cisgêneras.

Para Foucault (2019), toda questão política é promotora da própria verdade, ou seja, por efeitos de verdade, entende-se como um conjunto de procedimentos regulados pela lei e pela circulação dos enunciados, pois não se trata de libertar a verdade do sistema de poder, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia que estão em funcionamento. “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem como ‘regime de verdade’, (FOUCAULT, 2019, p.54).

O movimento “o pessoal é político”²⁸ é um acontecimento discursivo que surgiu com a feminista Carol Hanisch, militante do *Women’s Liberation Movement*, ou Movimento pela libertação das Mulheres (MLM), possibilitado historicamente pelas lutas pelos direitos civis e pelo combate ao racismo nos Estados Unidos nos anos 1960; foi um importante *slogan* para a promoção dos discursos sobre as causas da opressão sofrida por mulheres. Para Miranda (2018, 45), “O feminismo radical pode ser considerado como uma vertente do feminismo que utiliza o método dialético e materialista para analisar as origens de opressão contra os corpos femininos”.

Desta forma, o movimento “o pessoal é político” visibilizou as práticas discursivas de resistência e transgressão na busca pela emancipação feminina face ao patriarcado, pois teve como pautas os direitos das mulheres à contracepção, ao aborto, ao planejamento familiar, além dos discursos de enfrentamento contra todas as diferentes formas de opressão e misoginia, bem como reivindicação à igualdade dos direitos morais, sexuais, jurídicos, econômicos e simbólicos. Temática ainda abertamente discutida dentro e fora dos movimentos feministas, como, por exemplo, nos movimentos de militância LGBTQIAP+. Conforme Foucault (2008,

²⁸ O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. Cecilia M. B. Sardenberg. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/98922>

p. 203) “Analisar positivamente é mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas.”

Os movimentos feministas apoiados pela política do “pessoal é político” eliminaram a fronteira entre público e privado, entre desejo e poder, possibilitando os discursos sobre diversidade de gênero e dos espaços de enunciabilidade sobre liberdade e igualdade para todos os sujeitos excluídos dos discursos heteronormativos. Assim, observamos o funcionamento discursivo das práticas de resistência ao sistema patriarcal pelos discursos sobre o corpo feminino, discursos esses que oprimiam as mulheres com o objetivo de controlar a sexualidade e a liberdade foram ressignificados e ‘jogaram luzes’ sobre as formas de dominação e enclausuramento das existências não cisgêneras. Como afirma Miranda (2018, p. 21), “Logo, é na análise do gênero enquanto sistema de opressão hierárquico e ferramenta patriarcal que o feminismo radical discute a opressão sofrida por mulheres”.

Segundo Beauvoir (1980^a), a reprodução e a imposição de estereótipos do gênero feminino limitam as mulheres às conquistas dos seus direitos políticos, sociais e humanos, sendo eles “os gêneros” os responsáveis pela hierarquia sexual existente entre os sexos.

O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1980, p. 10)

Emerge do enunciado da mulher como o ‘outro’ a ideia do gênero como construção social e possibilita desvendar que a diferença entre homens e mulheres não é natural, mas constituída a partir da aliciante evidência de que a palavra “homem” designa tanto a parte masculina da humanidade quanto a humanidade inteira como gênero (BEUAVOIR, 1980). Esse diálogo de Beauvoir sobre a distinção entre sexo e gênero expõe o paradigma da corporalidade que é amplamente explorado pela autora Judith Butler (2019). Para a autora americana, os novos enunciados discursivos devem cingir questões além das problematizações binárias, ou das representações das “identidades femininas”, pois o determinismo do sexo biológico - homem e mulher, masculino e feminino - não mais abrange as demandas da contemporaneidade, que desloca consigo a emergência de novos sujeitos, e novas práticas de representação dos modelos tradicionais.

Até então, o sexo biológico era utilizado como forma natural para estabelecer o gênero

e o ponto fundamental da teoria Butler consiste na desmistificação de sexo e de gênero como algo natural, sendo apenas construções discursivas. Da mesma forma para Foucault (1999) a sexualidade é produzida no discurso e que nem sexualidade e nem sexo seriam verdades essenciais, mas construções históricas, uma estratégia de poder, amparado principalmente pelos saberes científicos, que buscavam produzir efeitos de subjetividade e normatizar condutas e comportamentos em um dado momento sócio/histórico. Conforme Rodrigues:

A ideia fundamental da pensadora [Butler] é a de que o discurso habita o corpo e que, de certo modo, faz esse corpo, confunde-se com ele. Por isso, a diferença entre sexo e gênero não seria mais o caminho para a luta feminista. Mas o respeito aos corpos cuja liberdade depende, em última instância, de serem livres do discurso que os constitui. Ou de simplesmente poderem existir em um mundo que os nega, e que os nega pelo discurso que não é, de modo algum, apenas uma fala qualquer. (RODRIGUES, 2012, p. 56)

Para Butler (2019), o feminismo deve defender todos aqueles que não se enquadram nos discursos que invocam a “natureza” fixa do corpo, e postula o “corpo abjeto”²⁹ como um tipo de diferenciação na qual se confina o excluído, não apenas porque existem muitas pessoas fora da classificação binária de gênero, mas porque é preciso desmontar as classificações para dar lugar à diversidade. Para Butler (2019, p. 65), “Logo, o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; o gênero é também o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ se produzem e estabelecem como ‘pré-discursivos’”, uma vez que a sexualidade é constituída culturalmente nas relações de poder existentes, deve, portanto, operar no interior desse poder para repensar as possibilidades subversivas de uma sexualidade normativa assim como para recriar e repensar novas identificações.

Em outras palavras, a ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de ‘heterossexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘bissexualidade’,

²⁹ Segundo PORTO, Tiago da Silva em **A incômoda performatividade dos corpos abjetos**. Ide, vol.39 no.62 São Paulo ago./dez. 2016.versão impressa ISSN 0101-3106. Corpos abjetos ocupam a ordem do inóspito e do inabitável, enquanto os corpos que importam em sua existência material ocupam os espaços legítimos dentro de um enquadramento, os espaços que de fato importam. [...]é aquele corpo que não pode ser nomeado, porque ronda em diversas formas o lugar na cultura deste sujeito ameaçando sua estabilidade. Os corpos abjetos não são o outro, tão pouco o relativo ou o inessencial. São os corpos que não podem existir e que não fazem sentido em uma determinada matriz cultural. Eles circulam e se transformam na existência e na experiência de cada sujeito, que desesperadamente tenta se apoiar em suas balizas identitárias. Os corpos abjetos são a exceção que estão dentro e, ao mesmo tempo, fora da cultura que ambiciona ser universal

bem como os lugares subversivos de sua convergência e resignificação. (BUTLER, 2019, p. 67).

Para a autora, a heterossexualidade compulsória instaura uma falsa coerência entre gêneros ligados ao sexo biológico, legitimadas principalmente pelo tabu e pelo preconceito. Assim, a marcação binária, sob a constante divisão do normal e do anormal, está submetida a um conjunto de técnicas e instituições para controlar e corrigir as anormalidades através dos dispositivos disciplinares, buscando constantemente modificá-las. Foucault (2014, p. 193), postula que há “Duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas”, pela sociedade disciplinar e pela sociedade de controle. As duas formas de exercício do poder são diferentes, mas não incompatíveis, pois permitem funcionar os mecanismos dualistas de exclusão.

As discussões teóricas de Beauvoir e Butler são acontecimentos discursivos que marcaram os enunciados sobre igualdade e diversidade de gênero, respectivamente, que adentraram no século XXI e possibilitaram os discursos sobre gênero e identidade, além da emergência dos sujeitos discursivos inseridos neste momento sócio/histórico. As teoria propostas pelas autoras possibilitaram a desconstrução dos conceitos arraigados da sociedade conservadora e patriarcal, marcando o que pode e o que deve ser incluído ou excluído nos enunciados sobre identidade de gênero. Butler (2019, p. 74) afirma que “a relação binária entre cultura e natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura, ‘impõe’ significado livremente a natureza, num Outro a ser apropriado [...] conforme o modelo de dominação”. Da mesma forma, Spargo (2017, p. 41), colabora com os discursos de gênero como produção discursiva ao afirmar que Butler “adota o argumento de Foucault de que a ‘sexualidade’ é produzida discursivamente, ampliando-o para incluir o gênero”.

Assim, os movimentos feministas se consolidaram como base discursiva que possibilitaram a emergência de novas identidades, através de uma rede enunciativa que engloba práticas culturais e identitárias, permitindo os deslocamentos das relações de poder/saber que são inerentes à constituição do discurso. Para Fernandes (2007, p. 59-60):

[...] a estruturação do discursivo vai construir a materialidade de uma certa memória social. Esse espaço de memória como condição de funcionamento discursivo constitui um corpo sócio/histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais.

O sujeito discursivo feminista assume, pelos enunciados de empoderamento, uma posição-sujeito, o lugar social de onde fala, como fala e para quem fala e nos permite entender as mudanças decorridas neste espaço social-histórico de embates, de enfrentamento e de poder pelos discursos produzidos. Conforme preconizado por Fernandes (2007, p. 27). “O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico”. As práticas discursivas sobre empoderamento feminino que possibilitaram condições de existência dos enunciados sobre diversidade de gênero são fundantes do sujeito moderno, construído historicamente pelos jogos de saberes que o subjetivaram numa intrínseca dualidade, pois é ao mesmo tempo um sujeito que conhece a si mesmo e enuncia a verdade de si e o outro que é objeto, sobre o qual a verdade é produzida, ou seja, é constantemente objetivado e subjetivado pelos enunciados que circulam em seu momento histórico.

Desta forma, os problemas de gênero apresentados por Butler demonstraram como o poder “opera na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero” (BUTLER, 2019, p. 8). Os enunciados produzidos pelas obras de Beauvoir e Butler possibilitaram condições da prática discursiva identitária e são, portanto, os discursos sobre empoderamento feminino que visibilizaram os discursos de gênero e possibilitaram novas materialidades discursivas e deslocamentos teóricos sobre liberdade e autonomia, bem como a emergência dos enunciados sobre identidade, igualdade e diversidade de gêneros. Assim, as condições de possibilidade destes enunciados regeram o que pôde ser dito sobre as novas práticas de existências dos sujeitos não binários que adentraram a sociedade do século XXI, pois são as práticas discursivas e o conjunto de saberes que autorizam o discurso, o domínio do objeto, a circulação dos enunciados, a posição do sujeito e sua apropriação enunciativa, da mesma forma que possibilitaram condições de existência dos diversos funcionamentos e produção de sentidos das redes discursivas.

Essas redes discursivas visibilizaram o que pode ser enunciado sobre os gêneros e permitiram que as relações de saber e poder dos discursos feministas autorizassem aos sujeitos enunciativos o que falar e o que pôde ser falado, assim como a posição assumida por esses sujeitos. Os deslocamentos teóricos são (re)produzidos pelas regularidades discursivas que afetam os enunciados num jogo discursivo entre o entrecruzamento das práticas enunciativas e o modo de organização e análise do arquivo. Para Foucault (2008, p. 147-148):

Entre a língua que define o sistema de construção das frases possíveis e o corpus que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.

Deste modo, os enunciados de igualdade e diversidade, assim como o objeto discursivo sobre empoderamento feminino é visível nos discursos de gênero dentro dos movimentos feministas e LGBTQTI+, possibilitando a emergência de enunciados discursivos de maior ou menor visibilidade, assim como, também, a produção e o deslocamento de sentidos em sua imanência histórica, cultural e social. Para Fernandes (2007, p. 57):

Os enunciados compreendidos como elementos integrantes das regularidades discursivas, inscrevem-se nas situações que os provocam e, por sua vez, provocam consequências, mas, vinculam-se, também, a enunciados que os procedem e os sucedem. Para analisá-los, buscamos compreender as relações que os engendram na produção de sentidos.

Dentro da análise arqueogenealógica proposta por Foucault (2019) é possível perceber as relações de poder, que não é repressivo, mas produtivo, e as relações de saber através das práticas de corpo disciplinado, vigiado, controlado, normatizado e normalizado pelas práticas de saberes que conduzem os sujeitos discursivos a agir sobre o outro, identificando as diferenças, as normas de governamentalidade e as formas de enfrentamento. Como questiona Prado Filho (2017, p. 42):

Mas como se produz indivíduos em novas sociedade? Pela aplicação, inicialmente, de práticas de separação e individualização de corpos, depois, pelo acionamento de jogos de identificação, que marcam cada indivíduo, ligando-o à sua identidade; em seguida pela aplicação de técnicas de exame, possibilitando a comparação e classificação entre eles.

Nos discursos sobre igualdade e diversidade de gêneros, encontram-se os enunciados de empoderamento como objeto de discurso, possibilitando a produção de saber sobre esse enunciado, que produzido interdiscursivamente, neste processo de identificação e construção identitária pelas práticas de si, possibilitou dizibilidades para os discursos feministas e por similitude os de gêneros. Essa rede discursiva articulou jogos de enunciados que produziram outras subjetividades identitárias e outras condutas de enfrentamento à diversidade de gêneros, além de constituir as técnicas de objetivação e subjetivação destes corpos.

A visibilidade dos discursos sobre gênero e sexualidade que circulam na contemporaneidade, nos mais diversos domínios da sociedade e dos saberes, são possibilitados

historicamente pela as lutas dos sujeitos feministas e LGBTQIAP+, e tem se constituído no jogo entre o individual e o coletivo, uma multiplicidade de corpos que resiste para alcançar os direitos que postula. Assim, as linhas de escape e rupturas dos discursos sobre sexualidade e igualdade dos discursos feministas possibilitaram condições de produção dos enunciados de gêneros dos sujeitos LGBTQIAP+, que ressignificados legitimaram suas práticas de subjetivação e fortaleceram as lutas pelo direito de existirem. E é justamente essa problematização de papéis de gênero que possibilitou a aproximação das lutas feministas com os movimentos de diversidade de gênero, pois falar sobre igualdade é também falar sobre diferenças.

No entanto, os movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ainda precisam lutar contra os discursos de abjeção, de patologização e de ódio comuns ao seu cotidiano. Neste contexto, segundo Spargo (2017, p. 25), ambos os movimentos tinham afiliações sólidas, mas não universais:

Eis a diferença mais evidente entre ‘gay/lésbica’ e categorias anteriores: em vez de serem colocados numa posição passiva de objetos do saber, os sujeitos identificados como lésbicas ou gays estavam visivelmente escolhendo ou reivindicando uma posição. Ser gay ou lésbica era uma questão de orgulho, não de patologia; uma questão de resistência, não de descrição. Assim como a libertação das mulheres desafiou as concepções dominantes da condição da mulher como ser inferior, passivo, secundário, a libertação gay contestou a representação do desejo e das relações entre as pessoas do mesmo sexo como algo não natural, aberrante ou incompleto.

Para Butler (2019), tanto gênero como sexo são constituídos discursivamente e não estão de nenhuma maneira aprisionados entre si, e que inevitavelmente a distinção entre ambos ficará cada vez mais instável à medida que novas demandas não binárias se estabelecem. Para a autora, sexo e gênero não são “substâncias permanentes”, mas condições estabelecidas pela cultura heterossexista pela qual homens e mulheres se veem forçados a assumir, e é assim, coadjuvante com as formulações teóricas de Foucault (1999), que afirma que heterogeneidade sexual é ‘corporificada’ e conduz a adequação de um sexo a um gênero e, destes, a um conjunto de performances unilaterais.

O gênero é (de)limitado por uma estrutura de poder, sobre o qual incide as possibilidades de subversão ao sistema de sexualidade estruturalmente binária, em especial o processo de identificação e diferenciação, que demarca o corpo, pois os conceitos de sexo e gênero são resultados de normas que produzem condutas como inata e naturais, antes de serem submetidas a interdição. Butler (2019, p. 236), afirma que a verdade de gênero é uma fabricação e “que os

gêneros não podem ser nem verdadeiros e nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável”.

Deste modo, os discursos de empoderamento produziram efeitos identitários, pois permitiram a emergência de novas configurações identitárias, sucessivas transformações sociais e a inclusão das classes marginalizadas que, através dos enunciados de autogoverno, angariam vozes para resistir/transgredir aos modos disciplinares de opressão e violência. Os enunciados sobre orientação sexual, que emergiram dos discursos sobre diversidade de gênero, produziram implicações às práticas discursivas da constituição de outros gêneros não binários, pois o discurso, segundo Veyne (2009), é campo para diversas posições subjetivas, marcado pela dispersão e pela negação das perspectivas globalizantes, molda os sujeitos de cada época conforme os dispositivos e os processos de subjetivação no qual estão inseridos.

Como demonstra Butler (2019), tomando como base a política dos movimentos feministas, surgiram os ‘efeitos’ das práticas discursivas da heterossexualidade que facultaram a ressignificação ontológica do conceito de gênero. Segundo a autora (p. 25), “O gênero não é uma substância, mas demonstra ser performático, quer dizer, constituinte da identidade que precede ser. Neste sentido, o gênero é sempre um fazer, embora não um fazer por um sujeito que se poderia dizer que preexiste ao feito”.

Assim, a desconstrução do sujeito hetero(cis)normativo representa importante intervenção para as possibilidades discursivas sobre diversidade sexual e construção de ‘outras’ identidades. Baseado no contexto teórico sobre gênero performático de Butler (2019), o gênero pode se dar em qualquer corpo e desconectado da ideia de que a cada corpo corresponde somente a um gênero. O corpo, para a autora, não é um dado natural, mas uma "superfície politicamente regulada" é tão cultural quanto o gênero.

Assim, não há identidade anterior às normas de gênero, pois se a verdade sobre o gênero é uma fabricação, o gênero é uma fantasia produzida como efeitos de verdade nos discursos de constituição da própria identidade. Para Foucault (2019, p. 28), o poder não se manifesta como essência, mas como prática, pois o poder é um efeito de verdade que constitui formas de subjetivação através de um saber que assegura o exercício de um poder, uma vez que “saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder”.

Deste modo, os movimentos feministas e LGBTQIAP+ se amparam em discursos sobre igualdade para a constituição da identidade e da diversidade dos sujeitos. Emergiram de um momento histórico de transgressão e resistência ao poder que limitava suas condições de

existência, produzindo embates nas relações de poder que normatizavam condutas e marginalizam sujeitos que não se encaixam nos padrões determinados, colocando os às margens da dignidade humana, do acesso à produção e consumo bens, além de cercear oportunidades e direitos das denominadas ‘classes periféricas e minoritárias’, que na verdade compõem a maior parte da sociedade.

Portanto, é possível identificar que os discursos sobre igualdade e diversidade de gêneros produzidos nos movimentos feministas e LGBTQIAP+ são compostos pelos discursos de empoderamento dos sujeitos, tanto para legitimar os diferentes discursos quanto para produzir condições discursivas específicas destes grupos, uma vez que a origem dos preconceitos e estereótipos contra mulheres e homossexuais são produzidos na mesma fonte, ou seja, nas práticas sexistas, que rejeitam todas as condutas que não se encaixam nos discursos impostos pelas regulações falocêntricas.

Desta forma, no segundo capítulo desta pesquisa será discutido a hipótese de constituição do empoderamento enquanto dispositivos de poder, segundo as teorias de Foucault, Deleuze e Agamben. Assim como, também, verificar o processo de subjetivação imposto por esse dispositivo e as relações de poder que estabelece entre os sujeitos feministas e os discursos de gêneros.

2 - O EMPODERAMENTO COMO DISPOSITIVO DE PODER E RESISTÊNCIA DOS DISCURSOS FEMINISTAS

Os discursos dos movimentos feministas foram os propulsores de profundas transformações dos sujeitos contemporâneos em grande parte da sociedade. Sem dúvida, foi através dos enunciados por igualdade de direitos e pela afirmação de uma identidade que as mulheres venceram muitos tabus arraigados na sociedade patriarcal e foram ganhando terreno na conquista de um espaço de existência menos opressor. Apesar de que ainda se precisa avançar muito para se atingir os objetivos de uma convivência social harmônica, é evidente que os discursos de empoderamento promovidos pelos movimentos feministas são os grandes responsáveis pela constituição dos enunciados sobre desigualdade e diversidade que transformaram as relações de gêneros atuais e possibilitaram novas subjetividades para essa atual geração, que, por usufruir das conquistas das gerações anteriores, buscam novas formas de enfrentamento da violência que ainda resiste e persiste no discurso binário de gênero.

O movimento feminista, como movimento político, se modificou ao longo dos anos e apresenta novas formas de discursividade, enquanto as primeiras manifestações lutaram por igualdade de direitos de forma geral, o novo contingente ainda reivindica uma identidade feminista, mas emergiram como um segmento específico dentro do movimento, indicando que o feminismo atual é marcado por uma variedade de identidades políticas, em diferentes categorias institucionais com diversos modos de expressão. As práticas discursivas dos movimentos feministas são transformadas pelos enunciados de empoderamento feminino, que além de delimitar o objeto, subjetivam o sujeito empoderado. Os discursos que marcaram a luta contra a opressão patriarcal são ressignificados e possibilitaram condições de produção discursivas para múltiplas opressões, principalmente daquelas que emergiram das desigualdades raciais, étnicas e sexuais, pois ao enfatizar as diferenças de gêneros conferem legitimidade aos demais atores marginalizados para se identificarem com o movimento.

No final do século XX, o movimento feminista já possuía uma significativa participação de pessoas que reivindicam identidades não hegemônicas, o sujeito feminista emerge diversificado e não se define exclusivamente pela identidade sexual da mulher, mas também por gênero, classe, raça e etnia, marcando uma descontinuidade com o feminismo anterior que se baseava apenas na definição biológica de gênero.

Emergiram materialidades discursivas diversificadas que possibilitaram a existência de novos grupos para reivindicar participação e reconhecimento identitários específicos, tendo

em vista a historicidade e os jogos de poder que circulam dentro deste momento histórico, como as mulheres transexuais, as lésbicas, as negras e as indígenas, colocando a subjetividade e o deslocamento das diferenças entre gênero e sexualidade como características do feminismo contemporâneo, compartilhando princípios como a não-transfobia, a não-homofobia e ao sexismo que marcam os discursos da nova base feminista que se encontra correlata a constituição de um sujeito no qual gênero, sexo, prática sexual e desejo são flutuantes. O corpo, como superfície discursiva, é ressignificado, assume marcas expressivas das mudanças propostas pelo saber e pela subjetivação das formas diversas de existência, que para além da autonomia, é político, reivindica direitos contra a discriminação e para a efetivação das garantias manifestadas nos dispositivos legais conquistados. O ideário neofeminista ultrapassa os abusos da relação de gênero, as ativistas contemporâneas lutam para serem quem elas quiserem ser, sem serem julgadas ou violentadas por suas escolhas. Os corpos surgem diversificados, heterogêneos e visibilizados, materializando-se nos discursos de transgressão pela busca da diferença e da aceitação.

E são estas novas demandas que (in)surgiram dentro dos movimentos feministas que possibilitaram a emergência de outras questões sobre a identidade e seus processos de constituição, atravessados historicamente pelas relações de saber/poder que demarcaram o dispositivo de empoderamento. A questão da identidade é indispensável às próprias questões da contemporaneidade, pois se respalda no campo das experiências sociais e políticas e constitui a subjetividade apoiada pelas técnicas de normatização que regulam condutas. Segundo Prado Filho (2019, p. 116), “A individualidade de cada um é marcada pela identidade, o que confere ao indivíduo certa visibilidade e particularidade, além de permitir sua localização”, e se apoiam em dispositivos de poder diversos.

A questão sobre diversidade e diferença que marcam os movimentos feministas atuais configura transgressão ao discurso identitário e indicam formas diversas de enfrentamento social. Por fim, representa a discussão que trataremos nesta pesquisa sobre a constituição do empoderamento enquanto dispositivo, mobilizada pelas teorias de Foucault, para quem o dispositivo relaciona-se com o poder, e Deleuze, e sua relação com a historicidade e os regimes de enunciação e dizibilidade. Assim como também, na produtividade do conceito de empoderamento, que se forma e se sustenta na articulação dos discursos feminista e LGBTQIAP+ para a constituição da identidade dos sujeitos não cisgêneros.

Buscaremos identificar o empoderamento como um dispositivo de construção identitária, tal como proposto por Foucault (1999), ou seja, um método de investigação das

forças que operam entre os sujeitos e as condições de produção desses enunciados. Dentre as diversas ramificações do discurso de empoderamento, pode-se constatar as transformações dos sujeitos que estão expostos a essas relações de poder e dele se instrumentalizaram para a luta de classes, pois um dispositivo sempre responde a uma urgência histórica, uma demanda que possibilita a emergência de um conjunto articulado de enunciados que respondem os anseios sociais, econômicos ou políticos num dado contexto. Para Foucault (2019, p. 367), “É isso o dispositivo: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentado por eles.”

Assim, a emergência do dispositivo de empoderamento está profundamente associada à necessidade de atender ao desequilíbrio de condições e oportunidades de diferentes grupos sociais vulneráveis. Um dispositivo de poder para desenvolver habilidades específicas e impulsionar o sujeito a romper com sua dependência em diversos setores da sociedade, principalmente o econômico, induzindo o a exercer sobre si próprio e sobre o contexto opressor e excludente poder de autonomia, pois objetiva a constituição de uma subjetividade mediante técnicas de poder engendradas para produção de verdades e submete o sujeito a adoção de determinado comportamento. Logo, os enunciados que emergiram dos discursos sobre igualdade, diversidades e tolerância possibilitaram pensar novas identidades e modificar comportamentos, historicamente constituídos, de forma irreversível. O legado teórico de Foucault (2002) especifica que o poder deve ser concebido não como dominação de um indivíduo sobre outro, mas como múltiplas formas de dominação que se pode exercer dentro do corpo social.

Diferente do dispositivo da sexualidade que articulava o silenciamento do sexo e o comportamento hetero(cis)normativo, o dispositivo de empoderamento promove a diversidade sexual e a liberdade de escolhas proporcionada por uma sociedade heterogênea, tendo como princípio estabelecer a equidade entre os diferentes grupos que a constitui. A noção de empoderamento empregada em vários campos do saber em meio aos jogos de poder possibilitou a ruptura dos discursos tradicionais e dele emergiram os enunciados de resistência, assumindo as diferenças como condição básica das sociedades que se constituíram à luz do colonialismo, dos processos migratórios pós-guerra e, principalmente, da globalização.

Nessa produção de novas formas de existência que emergiram dos discursos de transgressão, não se admite espaço para o binário, o mundo contemporâneo é diversificado e plural, nos gêneros, nas raças e nos corpos. Ao mesmo tempo que é individual, pois o sujeito se reconhece em suas especificidades, mas é também genérico, busca seu local de

pertencimento, se identifica e se projeta nesta noção de identidade. As práticas discursivas de normalização e normatização dos sujeitos feministas são legitimadas pelo dispositivo de empoderamento e seus efeitos de verdade.

2.1-A concepção de dispositivo em Foucault e Deleuze

O caminho para se pensar o empoderamento como dispositivo surge da observação das relações de poder que emergiram deste enunciado, modificando não somente as relações sociais neste momento histórico, mas as condutas de subjetivação e de construção identitária da mulher, fomentando as técnicas de saber e os regimes de poder que foram capazes de romper com o comportamento patriarcal de submissão e dependência. Os enunciados produzidos pelos discursos de empoderamento tem atravessado diversos segmentos da sociedade, sendo utilizados amplamente na produção de sujeitos capazes de promover ações eficientes na luta contra a hegemonia masculina.

O objetivo de verificarmos se o conceito de dispositivo é, de fato, operante para os discursos de empoderamento se sustenta principalmente em sua capacidade de atuar na produção de subjetividade do sujeito e no próprio enunciado, que deve ser visto tanto como produtor do dispositivo como atravessado por ele. Para Agamben (2009, p. 38), os dispositivos “devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito”, colaborando com a teoria Foucaultiana de que a função estratégica do dispositivo sempre se inscreve numa relação de poder, pois se incumbe de controlar, governar e orientar o pensamento e as ações humanas.

Coube então nos perguntar: qual a pertinência de utilizarmos o empoderamento como ferramenta teórica, bem como a percepção de poder, saber e sujeito implicados nessa relação, para compreender o processo de emancipação da mulher nos últimos anos? Como esse dispositivo atua nos enunciados discursivos dos movimentos feministas para a construção identitária das mulheres? Assim como, também, o discurso de empoderamento, enquanto dispositivo, escapa dos enunciados feministas e emerge nos discursos LGBTQIAP+?

Começamos inicialmente aceitando o convite de Agamben (2009) para situarmos o conceito de dispositivo a um contexto mais atual, estendendo-o a outros objetos que detêm a capacidade de atuar na produção de subjetividade, ou sejam capazes de capturar, governar e conduzir a construção de sujeitos. Para o autor:

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, O cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2009, p. 36)

Assim, vislumbramos a fundamentação para constituir o empoderamento como um dos dispositivos do discurso, constituído por ele e consolidada nele, não apenas consolidada como ferramenta discursiva para os enunciados de empoderamento, mas por cumprir sua função de dispositivo na capacidade de determinar, interceptar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e os discursos dos sujeitos capturados por ele, assim como os valores e as condições de possibilidades de produção dos enunciados que se articularam em torno da constituição identitária desses sujeitos.

Para tanto, buscaremos elucidar a relevância da contribuição do dispositivo de empoderamento na produção dos enunciados sobre diversidade de gênero como importante demanda discursiva do século XXI, no limiar das discussões de uma sociedade heterogênea que busca se apropriar dos discursos sobre liberdade e igualdade para constituir sujeitos conscientes de direitos e deveres, atuantes e produtores de verdades, em especial no uso intensivo do enunciado pelos meios de comunicação, tanto nos veículos tradicionais (físicos ou digitais) quanto pelas redes sociais.

O enunciado é um instrumento de controle e vigilância para todas as classes sociais, principalmente depois que o acesso à informação se democratizou pelos meios de produção da notícia através dos *smartphones*, que também é móvel e funciona em rede. Por meio da produção de conteúdo com interesses diversificados conseguem atingir de forma direta ou indireta a maioria da população e tornou se palco, às vezes legítimo outras não, mas sempre válido, de manifestações, reivindicações e divulgações de bens culturais.

E é nesta dispersão discursiva sobre empoderamento feminino, proporcionada pelas redes sociais, que recortaremos as regularidades enunciativas sobre a constituição identitária da mulher empoderada e a noção de dispositivo amparada pelas teorias de Foucault e Deleuze, como exercício de reflexão e apreensão que constituíram o dispositivo de empoderamento e os novos saberes que representam o modo como são instituídas as relações político-sociais neste momento histórico.

Pensar a noção de dispositivo de empoderamento, através dos conceitos teóricos concebidos por Foucault (1999) e Deleuze (1990), como suporte básico para analisar os discursos de empoderamento que passaram a circular em torno das relações de gênero e se intensificaram a partir de 2010, com o termo de publicação da criação ONU Mulheres, conforme já descrito anteriormente. Estatística divulgada pela plataforma Google Trends em 2018 demonstra que as buscas do enunciado de empoderamento começaram a repercutir em 2011, ou seja, logo após o lançamento da ONU Mulheres, e estabeleceram seu pico a partir de 2015.

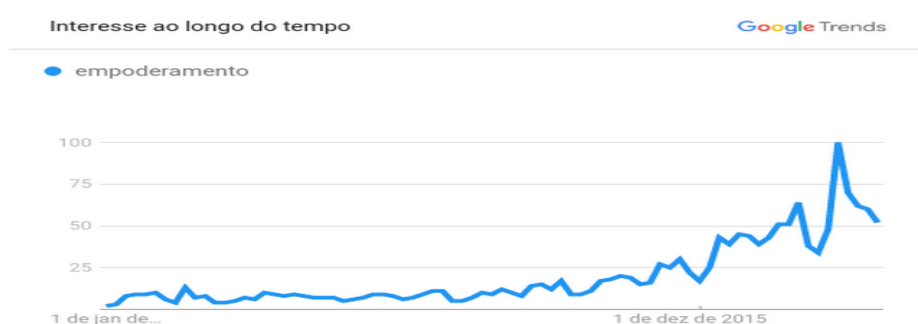


Gráfico de buscas pelo termo 'empoderamento' no google entre janeiro de 2011 e julho de 2017³⁰

Assim, a ampla visibilidade do discurso de empoderamento e suas dizibilidades em determinados campos do saber são os primeiros elementos para se pensá-lo como um dispositivo. No entanto, para esta análise, entendemos como discursos de empoderamento os enunciados que manifestam autonomia e identidade de gêneros, em especial aqueles que refutam o preconceito e a criminalização baseadas na orientação sexual e nas práticas patriarcais socialmente difundidas em nossa sociedade, pois compreende-se a imanência do dispositivo que é ao mesmo tempo discursivo e não discursivo.

Para Deleuze (1996, p. 155) o dispositivo é:

[...] um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variação de direção – pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores.

³⁰ Disponível em: [Trends.google.com.br/trends/explore?q=empoderamento&geo=BR](https://trends.google.com.br/trends/explore?q=empoderamento&geo=BR), acesso em 15/05/2019

Assim, para o autor, as linhas, ou vetores, se entrecruzam operando em um devir de contornos que se desdobram em outros pelas práticas de saber, poder e subjetivação. Desde a acontecimentalização do enunciado em 2010 pela ONU, o enunciado foi abundantemente empregado em quase todos meios de comunicação (visibilidade), sendo inclusive, utilizando em várias materializações discursivas e em vários campos de saber, ultrapassando o campo institucional e específico do qual se originou (enunciação).

Ainda segundo Deleuze (1996), a terceira dimensão do dispositivo são as linhas de forças que atravessam esse território e possibilitam a emergência das redes enunciativas, isto é, constituem a própria prática discursiva do objeto e suas relações de poder. E, por último, surgem as linhas de subjetivação, condição que promove a identificação dos sujeitos que compõem esta jurisdição e as linhas de fuga, escape que permite aos sujeitos novos saberes e os conduzem a novos poderes. Segundo o conceito Deleuziano:

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de forças e linhas subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar umas nas outras, por meio de variações ou mesmo mutação de agenciamento. (DELEUZE, 1996, p. 156)

Essas linhas separam um dispositivo de outro e permitem a emergência de outro objeto, visto que elas dão origem ao discurso em suas derivações, transformações e mutações em vários segmentos sociais, permitindo a emergência de novos enunciados que se distribuem nos diferentes segmentos nos quais se aplicam, legitimadas pela sua origem, mas transformadas em suas derivações. Para Foucault (2019), o dispositivo constitui uma rede multilinear que cartografa seus próprios regimes de enunciação e de estratégias entre seus elementos discursivos e institucionais. Para o autor, o dispositivo é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2019, p. 364).

Deste modo, os enunciados de empoderamento cumprem os principais pontos estratégicos da visibilidade e da enunciação propostos pelos autores, uma vez que se manifesta de forma ampla no campo discursivo de vários segmentos sociais, como demonstraremos no tópico abaixo.

Cabe então, ainda pensarmos o empoderamento como dispositivos em suas linhas de força, como delimitado por Deleuze (1996, p. 157), “é a ‘dimensão do poder’, e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha composta com o saber, tal como o poder”. E, neste enfoque, é possível abstrair como essas linhas de poder, visíveis e invisíveis, atravessaram os pontos de luz e enunciação de uma ponta a outra e entrelaçaram as práticas de saber pela multiplicidade de discursos sobre a constituição de gêneros. Embora estes vetores não sejam homogêneos, nem possuem contornos definidos, eles se desdobram uns em relação aos outros e estabelecem o que é possível ver e dizer sobre o objeto, pois constituem os saberes do próprio dispositivo e articulam as relações de poder entre as práticas de produção dos enunciados de empoderamento e a constituição do sujeito feminista.

Os campos de saber-poder da prática dos discursos de gênero inserem o enunciado num regime de força que faz emergir o que pode ser dito em determinado momento e coloca em jogo sua contínua circulação, ampliação e atualização. Os discursos de empoderamento, enquanto materialidade discursiva, constituem uma regularidade enunciativa dentro dos movimentos feministas e constituem os elementos necessários para articular uma nova ordem discursiva por ele gerada.

Conforme nos indaga Foucault (2008, 36) “[...] que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”, o dispositivo de empoderamento se configura como ferramenta de autonomia para conquista de espaços de liberdade, ressignificando as práticas discursivas sobre gênero que combinam estrategicamente campos de saber, relações de poder, modos de subjetivação e configuraram os elementos sócio/históricos que respondem às demandas da sociedade contemporânea para o enfrentamento da violência de gênero.

Como dispositivo de poder, o empoderamento constitui-se como lugar de produção da subjetividade do feminismo que se volta para si mesmo e afeta a si mesmo. São as regras de governo de si que fornecem novos saberes e organizam novas estruturas de poder. Conforme Deleuze (1996, p. 157), não se poderão invocar dispositivos onde a subjetivação já não passa pela vida aristocrática ou pela existência estetizada do homem livre, mas antes pela existência marginalizada do ‘excluído’. Assim, nas linhas de subjetivação, o dispositivo de empoderamento articula esse processo de individualização dos grupos oprimidos pela hegemonia machista, escapando das relações de poder e dominação do dispositivo patriarcal, pois a produção de subjetividade emerge de um dispositivo para se reinventar noutro.

Nesta tentativa de analisar o empoderamento enquanto dispositivo, avaliaremos as linhas que constituíram e atravessaram os enunciados sobre igualdade e diversidade de gênero

que construíram a base discursiva dos movimentos feministas, e foram pelas linhas de escape e ‘fractura’ para os enunciados dos movimentos LGBTQIAP+. Neste ponto, nos deteremos nas duas importantes consequências concernente ao conceito de dispositivos proposto por Deleuze (1996): i) o dispositivo é uma multiplicidade de processos que operam em devir e é distinto de outros; ii) o dispositivo é uma mudança de orientação que se desvia do tradicional para apreender o novo.

Assim, à medida que refutamos saberes e poderes arraigados e institucionais somos capazes, enquanto sujeito subjetivados pelas práticas discursivas dos dispositivos de poder, de pertencer a um *lócus* específico e constituir nossa identidade. Como determina Deleuze (1996, p. 157), “Pertencemos a dispositivos e neles reagimos”, pois vamos nos transformando em quem somos em devir, no “Outro”, traçando novos caminhos à medida que somos modificados. Foucault (2019, p. 17), reflete que “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que existe exterior possível”, pois o poder não existe, mas sim práticas e relações de poder. Os sujeitos exercem o poder em todas as estruturas sociais, implicam no exercício das próprias lutas e é sempre resistência dentro da própria rede de poder.

Desta forma, tomando como marco as manifestações de empoderamento que emergiram nos discursos institucionais das políticas públicas para promoção da diversidade, faremos a seguir uma análise dos enunciados que possibilitaram pensar o empoderamento enquanto dispositivo de poder que deu visibilidade os discursos de gênero, possibilitou a produção dos sujeitos contemporâneos e ressignificou seus campos de ações.

2.2-Curvas de visibilidade e regime de dizibilidade dos discursos de empoderamento

Como vimos anteriormente, o dispositivo constitui-se em uma rede de enunciados que se constitui através de leis, normas, enunciados científicos, regulações morais e medidas administrativas, e fazem circular os discursos sobre determinado objeto. Para Duarte (2019, p.61), “Tais elementos permitem justificar e ocultar determinadas práticas, compor programas institucionais, assim como dar acesso a um novo campo de racionalidade”, promovendo urgências as instituições em produzir regimes de verdade e legitimidade dos enunciados produzidos por essa nossa ordem do discurso. Como preconizado por Foucault (2014, p.8):

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que

têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade.

Os novos procedimentos discursivos que emergiram da recente demanda por uma sociedade diversificada e inclusiva, interditaram e excluíram os discursos binários de gênero, tornando-se insustentável a manutenção da hierarquia proposta pelo modelo hegemônico masculino. Houve, assim, a necessidade contingente de promoção de uma diferenciação entre gênero e sexo, ao mesmo tempo que garantia igualdade, liberdade e identidade aos sujeitos envolvidos pelas práticas de subjetivação do dispositivo de empoderamento. A acontecimentalização dos enunciados de poder e saber deste dispositivo permitiram possibilidade de produção dos discursos em suas condições de existência e materialidade, pois o enunciado está inserido em um regime de forças e de vontade de verdade que é aplicado em todos os segmentos sociais, assim como também, valoriza, distribui e atribui o que emerge e pode ser dito em determinado momento. Para Foucault (2019, 17), “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”, como podemos observar nas séries discursivas abaixo:

1-Enunciados institucionais:

- unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; Fim da violência contra mulheres e meninas; dentre outras.³¹
- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, doravante denominada Convenção da Mulher, em vigor desde 1981, é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher. São duas as frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte.³²
- Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e

³¹ Objetivos Gerais da ONU Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>

³² CEDAW, 1979. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf

cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.³³

- Como resultado foi elaborada a “Carta de Brasília”, que reforçou princípios básicos, incluindo a não-coerção, a saúde integral da mulher e os direitos sexuais e reprodutivos.³⁴
- Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.³⁵
- A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade.³⁶
- Convoca os Estados a reverem, com prioridade, a extensão na qual eles adotaram e implementaram medidas específicas para incorporar uma perspectiva de gênero em todos os programas e planos de ação para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e convida os Estados a incluírem uma avaliação da eficácia destes programas em planos de ação e em relatórios para órgãos relevantes dos tratados.³⁷

2- Enunciados Jurídicos:

- **Igualdade de direitos:** “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.³⁸

³³ Declaração e Programa de Ação de Viena (1993). Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf

³⁴ Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>

³⁵ Decreto nº 1.973, DE 1º de agosto de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm

³⁶ Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf

³⁷ Declaração e Plano de Ação de Durban – 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/documento-final-conferencia-de-durban>

³⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- **Direitos Trabalhistas:** “Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”.³⁹
- **Direito Familiar:** “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.⁴⁰
- **Direito à propriedade:** “O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.”⁴¹
- **Direito à vida e a dignidade:** “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”.⁴²
- **Direito a educação:** “estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências”.⁴³
- **Direito à saúde:** “3º Será dada especial relevância à Prevenção e Controle do Câncer Ginecológico e de Mama”.⁴⁴

3- Enunciados Pedagógicos:

- Após conquistarem o acesso aos cursos superiores, as mulheres seguiram progredindo no campo da educação, tornando-se mestras e doutoras em diferentes áreas do saber. Durante a segunda metade do século XX, a presença delas cresceu expressivamente na

³⁹ Idem

⁴⁰ Idem

⁴¹ Idem

⁴² Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

⁴³ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

⁴⁴ Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110516.htm

educação, tanto como força de trabalho, quanto na participação em todos os níveis de formação.⁴⁵

- A década de 90 marca a virada das mulheres brasileiras, que ultrapassaram os homens em nível de escolarização. A proporção de pessoas analfabetas já é significativamente menor entre as mulheres do que entre os homens em todos os grupos com até 39 anos de idade. As mulheres também superaram os homens em número médio de anos de estudos e, nas salas de aula, reinam absolutas: 85% dos 1,6 milhão de professores da educação básica em todo o país são do sexo feminino”, diz um levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do ano 2000.⁴⁶
- Observando dados mais atuais, o Censo da Educação Superior de 2016 apontou que as mulheres representavam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação. Já na docência, segundo o mesmo levantamento, elas são 45,5%.⁴⁷
- Entre os professores da educação básica, elas ainda são maioria: representam cerca de 80%, segundo Censo Escolar 2018.⁴⁸
- Segundo a professora Hildete Pereira de Melo, uma das coordenadoras do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE) da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), nesse período [de 1991 a 2015] o tempo de estudo das mulheres passou a ser maior. Conforme a pesquisadora, as mulheres aumentaram em um ano a escolaridade média em relação aos homens. “É a maior conquista das mulheres brasileiras terem conseguido se educar no século 20. Embora, a gente não tenha construído a igualdade, a gente conseguiu realmente uma vitória. Não houve política pública que facilitasse isso. Foram decisões pessoais das mulheres”, afirmou, acrescentando que no Censo 1900 as mulheres eram analfabetas e terminaram o século 20 mais escolarizadas do que os homens.⁴⁹

⁴⁵ FERNANDES, Fernanda, 2019. **A história da educação feminina**. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educ%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso 16/11/2020.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ ÍNDIO DO BRASIL, Cristina. **Mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens, mostra pesquisa: Ano de 1991 marcou perfil feminino no mercado de trabalho**. Publicado em 17/06/2019, Agência Brasil - Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam-escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa#:~:text=Conforme%20a%20pesquisadora%2C%20as%20mulheres,gente%20conseguiu%20realmente%20uma%20v>. Acesso em 16/11/2020.

- A professora Lucilene Morandi destacou que no período analisado, entre 2000 e 2015, além de avaliação de dados de 1991, a renda média da mulher aumentou. “A explicação que a gente tem para isso é que nesse mesmo período, a partir dos anos 80, as mulheres deram um salto em termos de escolaridade média e isso se refletiu no mercado de trabalho. A gente tem também maior participação no mercado de trabalho.”⁵⁰

4- Enunciados Científicos:

- As diferenças entre mulheres e homens provocam discriminações e desigualdades que podem ter consequências negativas para a saúde;⁵¹
- As normas, os papéis e as relações de gênero podem influenciar os resultados de saúde e afetar a obtenção da saúde, do bem-estar mental, físico e social;⁵²
- A desigualdade de gênero limita o acesso aos serviços de saúde de qualidade e contribui para taxas de morbidade e mortalidade evitáveis em mulheres e homens ao longo da vida;⁵³
- Abordar a desigualdade de gênero melhora o acesso e os benefícios dos serviços de saúde;⁵⁴
- As normas, papéis e relações de gênero resultam em diferenças entre homens e mulheres em: exposição a fatores de risco ou vulnerabilidade; investimento doméstico em nutrição, cuidados e educação; acesso e utilização dos serviços de saúde; experiências em contextos de cuidados de saúde; e Impactos sociais em problemas de saúde;⁵⁵
- As normas, relações e papéis de gênero também afetam os resultados de saúde de pessoas com identidades transexuais e intersexuais.⁵⁶

As curvas de visibilidade dos enunciados de gênero fazem “ver” o dispositivo de empoderamento feminino e permitem a emergência dos sujeitos feministas empoderados, dá visibilidade aos discursos de igualdade e faz com que se produza sua positividade. É a luz que

⁵⁰ Idem.

⁵¹ OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) Brasil. **Informativo de gênero**. 2015. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5668:folha-informativa-genero&Itemid=820#:~:text=A%20igualdade%20de%20g%C3%AAnero%20na,se%20beneficiarem%20de%20seus%20resultados. Acesso em 16/11/2020.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

incide sobre sua existência, constituído por um jogo de forças enunciativas, tornando possível e legítimo falar sobre ele. Esse regime de enunciação possibilitou condições de produção dos enunciados de empoderamento enquanto ação de autonomia e poder das práticas discursivas, entraram na ordem do discurso e ultrapassaram as leis de interdição que tangem e definem os limites deste discurso. Como afirma Veyne (2009, p. 59), “O dispositivo mistura, portanto, vivamente, coisas e ideias (entre as quais as de verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais e econômicas, etc”. É um regime intimamente ligado com a vontade de verdade articulados pelo tripé saber-poder-subjetividade que controla a sociedade em determinado momento e constituem os elementos que permitem o funcionamento da produção e circulação destes discursos para promover formas de governo dos sujeitos que o tomam como objeto.

As curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade não se referem aos ditos, às falas proferidas ou escritas, pois são “relâmpagos, reverberações, cintilações” (Deleuze, 1996, p. 156). O que é visível e enunciável só podem ter existência a partir de uma combinação meticulosa entre palavras, frases e proposições que fazem emergir condições específicas dos enunciados que são inerentes ao próprio dispositivo. As curvas de visibilidade e os de regimes de enunciação articulam o poder de nomear e mostrar essa vontade de verdade, para Deleuze (1996, p. 157) “há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável”, e uma certa independência entre ambos, pois o enunciável tem um objeto específico ao qual se refere, “que não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto visível”, e “o visível não é tampouco um sentido mudo, um significado de força que se atualiza na linguagem”.

Os enunciados institucionais e jurídicos destacados nesta série indicam como os discursos sobre igualdade de direitos e garantia dos direitos humanos devem promover a erradicação das desigualdades de gênero e a eliminação da discriminação entre homens e mulheres, elevando as mulheres a condição de sujeitos de direitos e obrigações em todas as esferas de sua vida. Apontando uma conquista do empoderamento feminino sobre a mais antiga e substancial reivindicação dos movimentos feministas.

Os instrumentos legais que emergiram das lutas das mulheres por espaços livres de preconceito e violência garantiram às mulheres poder para a tomada de decisão e autonomia sobre sua vida e seu corpo. O acesso à escolaridade e ao ensino formal superior, como podemos observar nos enunciados pedagógicos e científicos, possibilitaram a construção dos saberes que ampliaram as discussões sobre gênero e modificaram as relações de poder da sociedade patriarcal. Os discursos sobre ‘normas’, ‘papéis’ e ‘desigualdades’ expõem as vulnerabilidades

e os cuidados para promoção da equidade de gênero e do bem-estar de forma individual e coletiva. Esses enunciados são ressignificações das solicitações feministas que na busca da emancipação da mulher, possibilitaram que os discursos de liberdade e dignidade se estendessem a todas as classes marginalizadas

Desta forma, o dispositivo de empoderamento feminino configura-se como uma ação política no combate à discriminação e opressão masculina, tendo por objetivo a desconstrução da cultura patriarcal, a promoção dos direitos das mulheres e a equidade de gênero. Para Duarte (2019, p. 55):

A atualidade de um dispositivo em relação aos dispositivos anteriores é a nossa atualidade, o que somos em devir daquilo que, pouco a pouco, deixamos de ser, separando assim, em todo o dispositivo, as linhas do passado recente das linhas do futuro próximo. Tal processo nos traz o novo, marca a descontinuidade em nossas existências, rompe com o transcendental e problematiza uma identidade temporal determinada no/pelo jogo das distinções. Enquanto máquina de produção de subjetividade, o dispositivo é, também, máquina de governo de corpos.

O dispositivo de empoderamento promove a autonomia das mulheres como protagonistas de sua própria vida e transforma as relações de poder vigentes. Faz emergir os elementos que legitimam a verdade sobre o acontecimento e a posição de diferentes sujeitos que são constituídos pela multiplicidade de enunciados que o constitui. A materialidade dos discursos de empoderamento feminino são condições de possibilidade para a produção de um dispositivo de poder que promove o autogoverno e a emergência de novas subjetividades.

2.3-Relações de poder e subjetivação na constituição do dispositivo de empoderamento

Neste tópico nos deteremos nos enunciados de poder, subjetivação e transgressão que fixam (e cartografam) o empoderamento como dispositivo. São as linhas de forças que atuam como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (Deleuze, 1996, p. 157). Portanto, são elas que delimitam os trajetos que as linhas de visibilidade e enunciação irão percorrer, pois estão estreitamente relacionadas com o poder e atingem todos espaços do dispositivo. Elas estabelecem uma relação mútua e recíproca com o saber e articulam os jogos de poder que se manifestam no dispositivo, assim como, também, condicionam e estabelecem as estratégias que sustentam os tipos de saber destas práticas discursivas que entrecruzaram o dispositivo de empoderamento. Essas linhas de poder “fazem ver” e “fazem falar” sobre o dispositivo enquanto que as linhas de saber disciplinam (educam, normalizam e diferenciam os corpos atravessados por eles.

As condições de possibilidade dos enunciados de empoderamento incide sobre os corpos incitando os a transgressão das condutas, modificando comportamentos e proporcionando um domínio a ser conhecido e desvendado pelas constantes estratégias de confissões. O procedimento da confissão é processo pelo qual o sujeito se torna visível a si mesmo, fala constantemente de si e faz se ver. Para Prado Filho e Teti (2013, p. 50), “A produção de subjetividade talvez seja a principal ‘função’ de um dispositivo, o objetivo central das suas ações e práticas, envolvendo jogos de objetivação e subjetivação”. Por fim, torna-se sujeito de suas práticas discursivas, ressignificando e transformando as em outros discursos. Conforme podemos observar na série sobre empoderamento feminino abaixo, a autogoverno é condição relevante para a produção da subjetividade dos sujeitos que se reconhecem nesta relação de saber-poder e reivindicam lugares de existência livres dos padrões de submissão e inferioridade impostas às mulheres:

1-**Meu empoderamento** vem de **dentro de mim**. Quando **me olho** no espelho, reconheço **quem sou** e a força **que tenho**.⁵⁷ (grifo nosso)

2-Quanto mais forte **me sinto**, mais percebo que **meu empoderamento** estava **dentro de mim** desde o começo⁵⁸ (grifo nosso)

3-**Ninguém é capaz de fazer por mim** aquilo que **só eu posso** fazer.⁵⁹ (grifo nosso)

Uma breve pesquisa sobre empoderamento feminino nas redes sociais, como o google, por exemplo, nos proporciona os mais variados enunciados sobre como o sujeito feminista, através das práticas discursivas de ‘tomar o poder para si’, de autoafirmação e confiança, se constitui nessa relação de poder e resistência para a quebra dos estigmas da mulher frágil, dependente e incapaz. Como é possível observar nos enunciados 1, 2, e 3, o uso de pronomes pessoais em primeira pessoa como “eu”, “me” e “mim”, evocam o poder de mudanças para si, para a capacidade de ser o próprio agente transformador das práticas de objetivação do dispositivo de empoderamento. Da mesma forma, os tempos verbais em primeira pessoa como “me olho”, “que tenho”, “me sinto” e “eu posso”, refletem a mudança de comportamento das mulheres como efeito da subjetividade produzida pelo deslocamento da posição de sujeito dentro desta nova ordem do discurso e sua capacidade de produzir efeitos de sentidos.

A subjetivação que emergiu dos discursos feministas promoveu a constituição identitária da mulher empoderada e a construção de regras e normas para governo de si e sua relação com o outro, provocando deslocamentos, enfrentamentos e rupturas nos corpos

⁵⁷ <https://www.frasesparaface.com.br/meu-empoderamento-vem-de-dentro-de-mim-quando-me/>

⁵⁸ <https://www.circulofeminino.com.br/lista-das-melhores-frases-sobre-empoderamento-feminino/>

⁵⁹ <https://blog.pajaris.com.br/frases-de-empoderamento/>

femininos. Os sujeitos, pelas práticas de saber-poder, por meio dos discursos, tornam-se, assim, sujeitos protagonistas de sua história, como nos atesta Fernandes Junior (2017, p. 59): “Se os discursos ‘cartografam’ o que as pessoas fazem/pensam e são imanentes aos dispositivos, logo, estes atuam na produção/fabricação de sujeitos historicamente situados.”

Nesse sentido, são as linhas de subjetivação, e também as linhas de fuga/fratura, que permitem ao sujeito a possibilidade de criação de espaços onde seja possível a transgressão, a produção de efeitos sobre si mesmo e condição de existência que permitem escapar de um dispositivo para outro. A produção desta descontinuidade indica as linhas de fratura e a contínua elaboração e superação dos próprios enunciados de escape do poder e suas formas de subjetivação. Desta forma, o dispositivo de empoderamento articula a produção de sujeitos que se constituem e se conduzem pelas práticas de empoderamento, pela autonomia, ao mesmo tempo que se modifica e se torna objeto de sua enunciação.

A resignificação de enunciados desloca o sujeito feminista dos discursos de opressão e se fixam em espaços de liberdade e de luta para constituir uma nova identidade, novas esferas de possibilidade de existência, livres do preconceituoso e das imposições historicamente construídas que atribuíram comportamentos limitadores e submissos às mulheres. Observemos os enunciados abaixo:



Figura 1⁶⁰

⁶⁰ http://amulhereasdiversidades.blogspot.com/2012/07/nem-santa-nem-puta- apenas-dona-do-seu_10.html. Acesso em 11/12/2020



Figura 2⁶¹

Nas figuras 1 e 2, pode-se perceber a ressignificação do signo linguístico “puta”. Enquanto a primeira remete à memória de um discurso pejorativo, ou seja, aquela que não tem pudor ou libertina; na segunda, foi empregado como um enunciado hiperbolizante de grande, enorme ou imenso. Configurando um discurso de transgressão ao comportamento imposto pela sociedade machista que impõe padrões de conduta às mulheres e sua forma de existência. A força discursiva dos enunciados de empoderamento possibilitaram a emergência de novos sujeitos identitários, não mais atrelada à existência de submissão e dependência, mas de produção de possibilidades dos discursos de autogoverno legitimados pelas lutas dos movimentos feministas. A mulher se percebe neste espaço de tomada de consciência das limitações impostas pelos processos misóginos, de reinvenção de condutas e subjetividades.

A mulher do século XXI, é uma construção histórica das relações de saber-poder que possibilitou a emergência dos enunciados de empoderamento e a institucionalização dos conceitos sobre equidade de gêneros. Essa mulher não aceita rótulos, se orgulha de ser livre e não se cala diante das ressurgências das práticas de dominação masculina. Essa mulher que se ressignifica como proprietária de sua vida reivindica espaços culturais e sociais para essa nova existência, produzindo vozes para todas as classes vulneráveis, pois compreende que a luta contra o domínio patriarcal é a luta de toda a sociedade. O corpo feminino estigmatizado e controlado torna-se visível, enunciável e fonte de saberes que instrumentalizam as lutas para, não apenas avançar na conquista pelo direito à igualdade, mas também evitar que elas retrocedam. Como nos indica Foucault (1999, p.88), “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”, o poder desloca o saber e as práticas

⁶¹ <https://www.dicasdemulher.com.br/>. Acesso em 11/12/2020

discursivas descontinuamente, é algo produtivo, ou seja, incide diretamente sobre o sujeito e seus corpos.

Esse poder produzido pela vontade de saber das linhas de subjetivação do dispositivo de empoderamento foi amplamente visibilizado no movimento ‘marcha das vadias’, ou *Slutwalk*,⁶² um protesto contra a cultura do estupro e da crença de que as mulheres são responsáveis pela violência sofrida por causa de seu comportamento, em especial, pelo uso de roupas provocantes e sexualizadas. O movimento iniciou-se no Canadá, dentro da Universidade de Toronto, em 2011, quando o policial Michael Sanguinetti, que investigava os diversos casos de estupro que ocorrem dentro da instituição, sugeriu às mulheres que evitassem se vestir como vadias para não serem vítimas. A partir de então, o movimento foi realizado em vários países, como símbolo das lutas contra a culpabilização da vítima nos casos de estupro, defendendo que a forma como uma mulher se veste não é um convite à violência e ou ao abuso sexual. O movimento ganhou força e visibilidade pela retomada da memória discursiva do enunciado ‘vadia’, que emerge com novos significados a partir de novas práticas discursivas e dos efeitos de sentido produzidos por essa discursividade. O mote ‘vadias’ tornou-se o lema deste novo movimento feminista que simboliza a mulher que não se cala diante da violência.

Para demonstrar que o enunciado vadia é mais chocante que o número de violência doméstica cometida contra as mulheres, milhares de protestantes foram às ruas vestidas de forma provocante, usando lingerie, salto alto, transparências e o próprio corpo nu. Uma prática de poder para dar visibilidade e enunciabilidade ao corpo como instrumento discursivo para denunciar que o abuso sexual é uma construção machista e histórica da sexualidade da mulher, uma objetivação sexista do corpo feminino para o prazer masculino. Como nos demonstram as figuras 3 e 4 abaixo, produzidas no movimento da marcha das vadias que ocorreu na cidade de São Paulo, no dia 4 de junho de 2011.

⁶² O movimento de manifestação internacional “slutwalk” ou “marcha das vadias” sob a ótica do “comportamento da vítima” do artigo 59 do Código Penal. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/o-movimento-de-manifestacao-internacional-slutwalk-ou-marcha-das-vadias-sob-a-otica-do-comportamento-da-vitima-do-artigo-59-do-codigo-penal/>



Figura 3⁶³



Figura 4⁶⁴

O corpo (imagens 3 e 4) tem duplo papel na marcha das vadias, pois é objeto de reivindicação da autonomia das mulheres sobre seus corpos e é também o principal instrumento de protesto, ou seja, o suporte enunciativo. É um corpo-bandeira que subverte os enunciados preconceituosos de "vadia" e o reivindica para si e o ressignifica positivamente como empoderamento. Enunciados como "Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias", "meu corpo não é um convite", "puta livre", "útero laico", "sem padrão", são materializados nos próprios corpos para contestarem as normas de gênero e as regras do corpo feminino no espaço público, o mesmo tempo que o particulariza.

O corpo em Foucault (2019) é uma superfície para o exercício das relações de poder, uma prática de subjetivação que atua sobre o corpo do indivíduo por meio de técnicas e tecnologias específicas através dos quais o poder realmente se articula com o corpo. Nesse

⁶³ <http://arquivo.correiodobrasil.com.br/marcha-das-vadias-fecha-avenida-paulista-com-protesto-contr-a-violencia-as-mulheres/>. Acesso em 10/12/2020

⁶⁴ <https://noticias.uol.com.br/album/2012/05/04/marcha-das-vadias-pelo-mundo>. Acesso em 10/12/2020

funcionamento, o corpo, como construção simbólica, inscreve-se como corpos políticos, compõe-se como parte desta materialidade discursiva, produzindo deslocamentos de sentidos pelos discursos de resistência e transgressão.

Como vimos anteriormente, as marchas são atos dos movimentos feministas que se ressignificaram ao longo da história, mas sempre mantendo seu caráter de acontecimentalização, pois reiteradamente emergem como rupturas das velhas práticas discursivas, colocando em evidência os corpos marginalizados para identificar e nomear outras modalidades e diferenças. Como podemos observar nas primeiras imagens (imagens 5 e 6) das marchas gays que surgiram nos Estados Unidos da América, nos anos 70, para enfrentar a onda de violência sobre os grupos de Gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais.

Vistos como a escória da sociedade representavam o comportamento perverso e decadente, por isso eram ‘coisificados’ e marginalizados por causa de suas condutas destoantes do padrão normatizado da época. Nestes movimentos de transgressão o corpo emergiu como materialização dos discursos das diferenças, ‘joga luz’ sobre ele, são pontos de resistência “que representam, nas relações de poder, papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão” (FOUCAULT, 1999, p. 91).



Figura 5 ⁶⁵

⁶⁵<https://www.hypeness.com.br/2016/06/serie-de-fotos-historica-mostra-as-primeiras-paradas-lgbt-dos-eua-na-decada-de-70/>. Acesso em 12/12/2020



Figura 6 ⁶⁶

Assim como nas figuras 3 e 4, as figuras 5 e 6 são marcadas pelo corpo em evidente sexualização como forma de resistência a padronização heteronormativa e de transgressão as normas socialmente impostas pelo binarismo sexista. As relações de poder, como produtoras de subjetividade, marcam as diferenças e singularidades identitárias que se constituíram e se reproduziram pelos discursos. A diferença produz padrões, modelos, regras de ser e de agir, é fruto de relações de poder que determinam como o discurso pode ser falado e como falar de si mesmo, até que se torne objeto de saber. Esses processos de constituição de objetividade do corpo são os limites de atualização do próprio dispositivo de empoderamento, em sua imanência de se refazer e se reproduzir continuamente.

O saber que emerge dos enunciados de empoderamento possibilita interrogar o que se diz sobre o gênero (as instituições, as jurisdições, as ciências, a pedagogia) e questiona o conjunto de práticas do movimento feminista para investigar como o sujeito feminista questiona e examina sua existência. Trata-se de capturar os efeitos de verdade que são produzidos pelos discursos que constituem esses sujeitos feministas e os processos de objetivação discursiva que determinam sua identidade.

São nas linhas de resistência do discurso que emergem as linhas de ruptura e cisão do dispositivo, pois para Foucault (1999, p. 96-97), é necessário questioná-lo em dois níveis: “o de sua produtividade tática”, isto é, das condições de aplicação e de efeitos das manobras de

⁶⁶ Na imagem 5 e 6 Marcha P. Johnson e Sylvia Rivera figuras importantes em Stonewall. Marsha foi uma das ativistas mais radicais dessas lutas. Por sua condição de mulher trans, negra e trabalhadora sexual, Marsha conhecia de perto a injustiça de gênero. Outro nome de destaque, durante a rebelião, foi Sylvia Rivers, transgênero, ativista e bissexual. Disponível em <https://observatoriog.bol.uol.com.br/parada-lgbt/tema-da-parada-lgbti-2019-em-sao-paulo-relembra-o-que-aconteceu-em-stonewall>. Acesso em 12/12/2020.

saber-poder e “o de sua integração estratégica”. Esta diz respeito justamente àquilo pelo qual o poder transgride, ao próprio enunciado e permite ao discurso, em dada conjuntura, reorganizar-se como resposta à produção de uma outra demanda.

Estes enunciados sobre constituição social binária do sexo, atuando na esfera de controle de corpos e nas ressignificações das materialidades discursivas, possibilitaram, assim, a produção de discursos sobre diversidade e igualdade de gênero em outros grupos marginalizados pelo domínio hetero(cis)normativo. São justamente estas características de mobilidade do discurso e a produção de saber que dele advém, proporcionados pelas relações do visível e do enunciável, é que o poder remaneja, redistribui e se atualiza nas relações de saber que atravessaram o dispositivo de empoderamento feminino e lançou ‘luzes’ sobre os discursos de igualdade e diversidade sobre as demais classes marginalizadas.

Ao encadear as linhas de ruptura, dando-lhes significados específicos, o saber ajusta-as em séries enunciativas que fazem convergir a possibilidade efetiva de funcionar em outra esfera de poder e subjetivação. As linhas de brecha, de fissura e fractura, segundo Deleuze (1996, p.157), “se entrecruzam e se misturam, acabando por dar umas nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento”, pois possuem a capacidade de transformação e rompimento das relações de saber que são traçadas pelas linhas de subjetivação na medida em que articulam os pontos de resistência imanentes ao próprio dispositivo. Os discursos de resistência são o que possibilitam a emergência das linhas de transgressão, é a partir delas que são promovidas novas formas de objetivação, subjetivação e constituição de outro sujeito. Os discursos de resistência que emergiram nos enunciados de empoderamento feminino buscam romper com as imposições do dispositivo patriarcal, visibilizando outros corpos, gêneros e comportamentos.

Os discursos de resistência, como instrumento de luta contra os processos de sujeição, promovem a ruptura das formas de subjetivação as quais determinados sujeitos estão impostos, possibilitando a emergência de um novo dispositivo, uma vez que estas linhas rompem com as linhas que cartografam o dispositivo anterior ao expandir seus saberes e construir efeitos de verdades, que ao problematizar a ordem estabelecida, produz novas identidades e formas de outras existências. Para Foucault (1999, p. 89), “o poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamentos que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las”.

Os saberes promovidos pelos movimentos feministas possibilitaram a construção e a fixação de uma identidade de gênero e possibilitou condições para que esses sujeitos reconhecessem e demarcassem um espaço de existência, resistência e luta para garantir liberdade e direitos iguais entre os gêneros. O apelo ao “corpo” é uma regularidade nas ações feministas em diversos lugares do mundo, no presente e no passado, como podemos analisar em Gomes (2017)⁶⁷:

No movimento feminista brasileiro atual, o corpo - isto é, certos discursos e práticas de produção de algo chamado corpo - tem sido mobilizado de várias formas. Há muito que as reivindicações pelo direito ao aborto, ao exercício da sexualidade e a serviços de atenção à saúde da mulher têm sido enquadradas como demandas por “autonomia das mulheres sobre seus corpos”. Mas também fora do campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o corpo tem sido construído e politizado por feministas em seus discursos e protestos.

Para a autora, os vários movimentos feministas atuais como os da mulher negra, da mulher indígena e das trabalhadoras rurais ressignificaram seus corpos como território para transformá-los em artefatos políticos e produzirem efeitos de verdade. Segundo Costa:

Desnudados, encobertos, paramentados ou pintados, fazendo-se presentes nas ruas, em imagens ou em manifestos, os corpos são transformados em artefatos políticos, acionados de diversas formas por ativistas para comunicar diferentes mensagens e produzir efeitos desejados. (COSTA, *apud* GOMES, 2017)⁶⁸.

No entanto, a construção política do corpo não é uma exclusividade dos movimentos feministas, mas foi através das linhas de escape do dispositivo de empoderamento que os movimentos sociais de identidade, em especial os movimentos LGBTQIAP+, politizaram e agregaram o corpo como articulador central das discussões políticas. Como podemos os analisar nas imagens abaixo:

⁶⁷ Carla Castro Gomes. **Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro**. Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro, no.25 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2017. On-line version ISSN 1984-6487 - Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.12.a>.

⁶⁸ Idem.



Figura 7⁶⁹



Figura 8⁷⁰

É possível observar nas imagens 7 e 8, a celebração da sensualidade dos corpos ao mesmo tempo que questiona os padrões de beleza vigentes e reivindicam diferentes formatos, pois o corpo funciona como importante instrumento para criticar as normas de gênero e expressar um modo subjetivo de ‘libertação’ de comportamentos. Este deslocamento de diferenças de gênero e sexualidade é uma característica do feminismo contemporâneo que evoca uma ampla diversidade de expressões coletivas que permite explorar as relações de continuidade e mudanças com os grupos que não se identificam com o feminismo.

Em linhas gerais, é possível concluir que a reivindicação de autonomia das mulheres face às convenções de gêneros possibilitaram um repertório cultural que desafiaram as convicções da oposição binária entre gênero e sexo, serviu de base para a definição do sujeito

⁶⁹ <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/parada-gay-reune-dez-mil-na-via-light-em-nova-iguacu>. Acesso 12/12/2020

⁷⁰ <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/20-imagens-da-parada-lgbt-de-tel-aviv-a-maior-da-asia>. Acesso 12/12/2020

feminista, e confronta a concepção na qual gênero, sexo e prática sexual produzem uma multiplicidade de identidades. Prado Filho (2019, p.115) afirma que:

a modernidade se nutre e se movimenta a partir de uma racionalidade identitária que se estende amplamente por vários campos da experiência social, política, econômica e subjetiva daqueles que compartilham este tempo, governando relações de conhecimento e saber, de poder – como os outros – e relações éticas, do sujeito consigo mesmo.

Tanto produtor como produto de identidades políticas, o dispositivo de empoderamento desloca as fronteiras da diferença, a partir dos grupos feministas, e constitui um discurso fértil para a reelaboração da política identitária contemporânea, como raça, etnia, gênero e sexualidade. Estas práticas identitárias se apoiam em técnicas de normalização e regulação de condutas individuais que permitem a esses sujeitos sua localização.

2.4-O dispositivo de empoderamento e a emergência dos discursos de diversidade de gênero

O dispositivo da sexualidade, para Foucault (1999), é uma estratégia perversa não de repressão, mas de gerenciamento e controle da produção dos corpos e da subjetividade que embrenha nos modos de existência da sexualidade, não para exterminá-la, mas para a manutenção das relações de poder. O modelo de sexualidade que conhecemos atualmente foi produzido por uma série de mudanças nos sistemas de forças que disseminou o saber sobre a sexualidade, através de uma difusão de regimes de verdade sobre o ‘saber do prazer’, ‘prazer do saber’ e ‘prazer-saber’ que “faz dizer a verdade de si e dos outros num jogo em que o prazer se mistura ao involuntário e, o consentimento à inquisição” (FOUCAULT, 1999, p. 75), tornando o um dispositivo de controle dos modos de existência da população ocidental.

Esta ‘lógica do sexo’ determina o que somos em relação ao ‘sexo-história’, e não ao ‘sexo-natureza’, dotado apenas dos mecanismos de reprodução biológicos que conseguiu, (FOUCAULT, 1999, p. 76), “anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, [...], mas sobre tudo colocar-nos inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo”. O sexo como razão de tudo. Assim, o dispositivo da sexualidade tem como razão de ser, “o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”, (FOUCAULT, 1999, p. 101).

No entanto, os discursos de resistência que emergiram das técnicas disciplinares do dispositivo da sexualidade colocaram em evidência as diferenças do que foi designado como normalidade da sexualidade humana, como aponta Foucault (1999, p. 146):

Se por uma inversão tática dos diversos mecanismos da sexualidade, quisermos opor os corpos, os prazeres, os saberes em sua multiplicidade e sua possibilidade de resistência às captações do poder, será com relação a instância do sexo que devemos liberar-nos. Contra o dispositivo da sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres.

Foucault encerra a *História da Sexualidade: a vontade de saber* com uma citação de D.H. Lawrence, escritor inglês polêmico que abordou temas como a sexualidade no século XX, “Hoje, em dia, a compreensão plenamente consciente do instinto sexual importa mais do que o ato sexual” (1999, p. 147). Assim, as lutas de resistência e transgressão que operaram na produção da verdade sobre o sexo, em especial, no final do século XIX, e a produção dos enunciados de constituição histórica de gênero, no final do século XX, nos levaram a entender que a sexualidade não é algo natural e imutável, mas uma construção sócio/histórica sobre os modos de sentir e experimentar o corpo, os desejos e as relações. Essas relações de forças e os regimes de ruptura do dispositivo da sexualidade possibilitaram emergir um dispositivo de poder ligado aos processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos não-binários. Essas novas identidades buscam se reconhecer como sujeito de sua experiência e das práticas discursivas do empoderamento de classes, pois constituíram campos normativos específicos para as condutas de gênero diversificadas que emergiram na sociedade contemporânea.

O dispositivo de empoderamento, que possibilitou a emergência dos discursos de gênero dos movimentos feministas, marcou a descontinuidade de uma identidade temporal constituída pelos jogos das diferenças, em especial, pelos discursos de gênero enquanto construção identitária. Para Duarte:

A ordem do olhar é um dos principais componentes do dispositivo, já que é por meio das linhas de visibilidade que os sujeitos podem enunciar seus discursos, e sabemos a quais interesse tais práticas ‘enchem os olhos’. [...], sendo o próprio sujeito que vê um lugar de visibilidade. (DUARTE, 2019, p. 63)

É preciso compreender os discursos de igualdade e diversidade de gênero das classes vulneráveis como um deslocamento do dispositivo de empoderamento, uma linha de ruptura, uma transgressão em direção a novos modelos de subjetivação que empodera os sujeitos divergentes da norma hetero(cis)normativa.

A visibilidade dos enunciados sobre desigualdade de oportunidade, opressão e preconceito promovidos pelas comunidades LGBTQIAP+, possibilitou problematizar a violência que permeia a existência dos homossexuais e pressionar o poder público para articulação de políticas públicas de proteção e garantia de direitos às classes vulneráveis. Como demonstrado anteriormente, os movimentos homossexuais se ressignificaram a partir dos movimentos feministas que buscavam identidade e novas formas de existência, pois se identificavam com as lutas contra o poder dominante masculino, uma vez que o controle de privilégios e domínios se baseava na superioridade do homem, entendia-se que ele oprimia todos as outras pessoas que não se encaixavam dentro desta atribuição. No entanto, a necessidade de modos de existência singulares promoveu o surgimento da demanda de novas produções identitárias, tão plurais como a própria sociedade pós-moderna.

As reivindicações discursivas de empoderamento como instrumento de autonomia, liberdade e igualdade são mantidas conforme emergiram nos discursos dos movimentos feministas, mas adquirem novos sentidos pela exigência de modos próprios de organização. Os movimentos homossexuais defendem pautas exclusivas da luta dos sujeitos LGBTQIAP+, como controle da reprodução e da saúde da população homossexual, promoção de eventos contra o racismo e a homofobia, articulação de políticas de trabalho, educação e justiça para garantir o acesso a todos os direitos sociais e políticos. E mais recentemente, pela liberdade de orientação sexual livre de preconceito, aprovação do casamento de pessoas do mesmo sexo, leis de adoção de crianças por casais homossexuais e criminalização da homofobia e do racismo.

Estes discursos dos movimentos LGBTQIAP+ foram decisivos para a emergência de vários movimentos de gêneros que buscavam se desvencilhar dos movimentos feministas para reivindicarem uma identidade diversificada. Esses novos movimentos ampliaram as noções de mulher e gênero e emergiram ainda fortes no Brasil a partir da marcha das vadias em 2013, pois embora as mulheres sejam os principais alvos de violência sexual dessas manifestações, todos os gêneros são afetados, como enfatiza uma das bandeiras do movimento conhecido como: "*All genders are welcomed to Slutwalk*". A presença cada vez mais significativa, dentro dos movimentos feministas, de mulheres que reivindicam identidades não hegemônicas e, ainda, de homens que expressam identificação homossexual, incidiu na descontinuidade dos movimentos como entidade pelas lutas generalizadas de gênero e promoveu a emergência de outros movimentos com reivindicações distintas, como o movimento das mulheres negras, o movimento lésbico, o movimento lésbico negro, os movimentos de gays e transgêneros, dentre

outros. Mulheres transexuais, lésbicas, negras, indígenas e gays reivindicaram oficialmente o reconhecimento como grupo identitário específico.

Nesse sentido, é possível demonstrar que os mecanismos das linhas de ruptura do dispositivo de empoderamento,] são constituintes dos enunciados de autonomia que emergiram nos discursos de identidades específicas para as classes marginalizadas, e estão na relação de causa e consequência ligadas a emergência do próprio dispositivo, assim como as condições de possibilidade datadas historicamente. A emergência de grupos identitários específicos está profundamente interligada a um conjunto de condições singulares que são intrínsecas ao dispositivo de empoderamento e partindo destas considerações históricas sobre a constituição dos movimentos periféricos, buscarei demonstrar a positividade do dispositivo de empoderamento na constituição da diversidade de gênero que se consolidou a partir de 2010, com o acontecimento discursivo promovido pela ONU Mulheres.

Os discursos de legitimação e empoderamento sobre gênero e raça estão previstos no estatuto do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)⁷¹, que promoveu “a defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações dos movimentos de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais”⁷², ou seja, está vinculado à promoção da equidade das classes vulneráveis. Esses enunciados pertencem ao dispositivo de empoderamento e promoveram a visibilidade e enunciabilidade dos discursos de poder e saber que constituíram a subjetivação destes sujeitos e seu o domínio de existência.

Abaixo, podemos observar a emergência dos regimes de visibilidade e enunciação que foram possibilitados, aos grupos marginalizados, a partir das linhas de escape do dispositivo de empoderamento feminino:

- **1-Parada do orgulho gay:** promove eventos de ações afirmativas para a comunidade LGBTQIAP+, insere a cultura de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênero na sociedade, fomenta a criminalização contra a homo, trans e bifobia, luta pela articulação de políticas públicas que promovam a igualdade, a liberdade e a integridade de pessoas não cisgêneras. Este evento é realizado em vários países do mundo no mês de julho para comemorar a rebelião de Stonewall.

⁷¹United Nations Development Fund for Women – UNIFEM, é um órgão das Nações Unidas, criado em 1976 com a missão de prover assistência técnica e financeira a programas que contribuam para assegurar os direitos da mulher, sua participação na política e sua segurança econômica. Em julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU criou a ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, e o UNIFEM deixou de existir, sendo incorporado à nova instituição.

⁷² Idem

- **2-Movimento feminino negro:** é um movimento político de mulheres que atuam na esfera da discussão de gênero e na luta antirracista, propondo uma política de mudança social do sexismo, da opressão de classe, da identidade de gênero e do racismo, pois compreende que o corpo negro sofre opressões historicamente diferente das mulheres brancas.
- **3-Movimento Lésbico:** é um movimento cultural de mulheres com orientação homossexual que questionam os papéis e os estereótipos de gêneros. Assim como o feminismo, o feminismo lésbico se caracteriza pela desnaturalização da heterossexualidade e luta pela constituição de uma identidade específica.

As lutas dos movimentos feministas possibilitaram condições de existência dos discursos sobre constituição identitária de gênero e dominação masculina, e inauguraram um campo político para a emergência do ativismo dos grupos minoritários que são igualmente oprimidos e violentados pelo comportamento preconceituoso e machista imposto pela sociedade patriarcal. Assim, a construção de novos saberes e a enunciabilidades dos discursos de empoderamento feminino proporcionaram condições de emergência dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), pois visibilizaram os enunciados sobre diversidade sexual instaurados no campo de novas práticas de existência em variadas formas de manifestações. Discursos sobre diversidade, identidade, gênero, sexualidade, liberdade e igualdade possibilitaram que o Movimento LGBTQIAP+ também pudesse reivindicar mudanças nos pressupostos hetero(cis)normativo a partir das experiências dos movimentos feministas.

À medida que a construção identitária de Gênero serviu para problematizar papéis e normas hegemônicas tidas como naturais ou biológicas, demarca a relação de poder arbitrária que impedia a autonomia e o reconhecimento dos corpos excluídos, pois ambos, corpos femininos e corpos marginalizados, eram violentados pelas mesmas matrizes de subalternização da cisgeneridade. A emergência dos discursos sobre construção social de gênero possibilitou a percepção dos limites da normalidade e suas fronteiras, assim como a possibilidade de formas outras de existência e de materialidade corporal, seja de sujeitos ou de identidade cultural, pois o efeito de sentido dos discursos de empoderamento possibilitaram também a visibilidade dos sujeitos desumanizados.

A interseccionalidade, conceito apresentado pela professora Crenshaw⁷³, em 1989, é uma ferramenta que propõe analisar a discriminação a partir de sua origem para compreender

⁷³ Kimberlé Williams Crenshaw, é uma defensora dos direitos civis americanos e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. É professora na Faculdade de Direito da UCLA e na Columbia Law School, onde se especializa em questões de raça e gênero. Crenshaw é também fundadora do Centro de Interseccionalidade e

as raízes dos problemas e melhor combatê-los. A teoria interseccional⁷⁴ analisa como as diferentes identidades sociais, como a cor, o gênero, a etnia, a classe social e a religião, de uma pessoa, combinadas (ou somadas) resultam em agravantes para a opressão. A autora exemplifica que uma mulher branca sofrerá machismo, uma mulher negra sofre machismo e racismo, um homem gay sofre LGBTfobia e um homem indígena gay sofre LGBTfobia e racismo. Entretanto a intersecção dessas opressões pode se encadear e gerar um novo e mais violento tipo de opressão, como é o caso da mulher, negra e lésbica. Essas identidades sobrepostas (interseccionadas), principalmente em identidades marginalizadas, se relacionam com sistemas e estruturas de opressão, dominação e discriminação, tornando ainda mais vulneráveis determinados grupos sociais, especialmente aqueles cuja identidades foram invisibilizadas pela dominação patriarcal, capitalista e colonialista que edificaram a sociedade ocidental.

Assim, atravessados pelos discursos de vulnerabilidade das classes sociais marginalizadas (Crenshaw, 1989), pela desnaturalização das diferenças e das identidades (Butler, 2019) e pela construção social de gênero (Beauvoir, 1980a), produziram condições de possibilidade dos enunciados de diversidade de gênero e de constituição identitária que permitiram a emergência de vários movimentos que reivindicam novas formas de existência, fortemente demarcados pelas diferenças raciais, de classe, gênero, etnia e/ou sexualidade.

Da mesma forma, o dispositivo de empoderamento atua na produção dos discursos de resistência que atravessam as linhas de subjetividade destes sujeitos, produzindo condições de produção para as classes excluídas questionarem as bases das relações de poder e atuarem nas forças sistêmicas que as oprimem. Conforme Berth (2019, p. 20), ‘o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinado contexto’. Para a autora, o empoderamento não é apenas conceitual, mas prática aplicável aos processos que permitem desvendar os caminhos válidos da própria prática, e até mesmo, a fissuras que permitem o escoamento do sentido real do poder como instrumento emancipatório dentro do sistema de dominação e opressão:

O processo de entendimento e desenvolvimento de cada uma dessas dimensões vai culminar no empoderamento de sujeitos em simbiose com o

Estudos de Política Social da Columbia Law School (CISPS) e do Fórum de Política Afro-Americano (AAPF), bem como do presidente do Centro de Justiça Interseccional (CIJ), com sede em Berlim.

⁷⁴ Crenshaw, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politic.** University of Chicago, Legal Forum, 1989.

empoderamento da coletividade. E esse processo, além de necessário, é indissociável das lutas por emancipação sociopolítica. (BERTH, 2091, p. 66-67)

Os discursos de emancipação possibilitaram a emergência de uma multiplicidade de enunciados em diversos segmentos sociais que promoverem a construção de identidades políticas diferentes e possibilitaram a aquisição de habilidades específicas para as classes periféricas. Em geral, a construção e marcação desta nova identidade passam pela ressignificação de atributos que são específicos de uma cultura. Como podemos notar nos atributos de ‘negritude’ que definem a mulher negra que passa a exibir cabelos crespos, uso de turbantes e adornos que visam construir uma conexão simbólica de sua herança afro-brasileira. Essa ressignificação dos atributos culturais, que marcam discursivamente corpos e identidade, constitui uma regularidade discursivas para marcar a diferença e o empoderamento dessas classes, como podemos perceber nos adornos dos corpos indígenas, com o uso de cocares e rostos pintados; e nos corpos LGBTQIAP+ que adotam roupas e acessórios agêneros.

O conceito operatório de Deleuze (1999), para configuração de um dispositivo, nos aponta a possibilidade de determinar as relações de poder para a produção da subjetividade que permitiram novas formas de configurações desses regimes enunciativos e novas formas de produção desses sujeitos. São práticas que caracterizam o caráter de imprevisibilidade do próprio dispositivo, as linhas de fratura, de fissura, ilustram sua condição estratégica para introduzir a novidade e a diferença que o próprio dispositivo produz. Trata-se de linhas que se bifurcam, de curvas que tangenciam regimes de saberes ligados às configurações de poder para produzirem modos de subjetivação específicos.

Os enunciados de representatividade cumprem com a função de trazer visibilidade às novas existências, demarcar possibilidades de ocuparem posições sociais até então destinadas exclusivamente às classes privilegiadas e com amplo acesso aos bens de produção, visto que a representatividade⁷⁵ tem uma estreita relação com o sistema democrático que a legitima, pois desloca se para além de um direito para avançar nas lutas por reconhecimento e reparações de discriminações. No entanto, a representatividade não é apenas uma organização de grupos buscando que seus interesses sejam representados e garantidos, mas é sobretudo parte da formação do indivíduo que compõe esse grupo. Quando, por exemplo, uma mulher alcança o cargo mais alto do governo de um país – a Presidência da República – se permite criar a

⁷⁵Disponível em: <https://www.politize.com.br/representatividade/>

indesejáveis. Nesta estratégia, o dispositivo insere uma série de acontecimentos prováveis, fixa cálculo de custo e estabelece os limites do aceitável e quais feitos não podem suceder. Para Sousa (2017, p. 143), o dispositivo:

Além de funcionar pelo medo, com exemplos, estimativas, prognósticos e estatísticas, o dispositivo, com base nos mesmos dados, oferece as formas de segurança, os aconselhamentos para a conquistas do bem-estar, da saúde e da tranquilidade. Ao mesmo tempo que se imobiliza pelo medo. Afinal, a ordem é viver, viver e deixar morrer.

Neste ponto, retornamos a Foucault (2019), para quem o dispositivo, para manter suas relações de poder, se sustenta em uma rede de outros dispositivos, que engloba um duplo processo: de um lado processo de ‘sobredeterminação funcional’ e de outro ‘preenchimento estratégico’ (p. 365). Assim, o dispositivo de empoderamento estabelece suas relações de poder/saber ancoradas pelos enunciados de outros dispositivos, dos quais destacamos o dispositivo midiático, pela produção dos discursos de denúncia e visibilidade da violência de gênero; o dispositivo da meritocracia, pela produção dos enunciados de mérito e conquistas alcançadas pelas propostas das ações de autonomia; pelos dispositivos jurídicos, na produção de leis que tipifica e criminaliza atos preconceituosos e homofóbicos; pelos dispositivos médicos e psiquiátricos, nos enunciados de promoção da saúde, do bem-estar e da tranquilidade.

As campanhas pedagógicas são também importante instrumento de controle do dispositivo de empoderamento. Campanhas do Governo Federal, das escolas, da comunidade e dos órgãos privados atuam tanto como normalizador do controle destes corpos quanto para a fixação e constituição destes sujeitos nas esferas de poder. Por fim, como atesta Prado Filho (2017), a sociedade moderna é uma sociedade formada pelas técnicas de individualização que se estabelece pela aplicação de práticas de separação e individualização de corpos e acionam jogos de identificação que marcam sua identidade. Para o autor, a constituição da identidade se concretiza “pela aplicação de técnicas de exame, possibilitando a comparação e classificação entre eles; e ainda pela aplicação do poder da norma, marcando, incluindo ou excluindo, patologizando e corrigindo desvios, normatizando suas condutas individuais.” (PRADO FILHO, 2017. p. 316).

Portanto, é inegável a aplicação do conceito de dispositivo aos discursos de empoderamento, pois se configura como um modelo estratégico de poder que possibilita cartografar sua rede de atuação, assim como suas múltiplas linhas de enunciação e força, os jogos de verdade, os efeitos de subjetividade promovidos pelas práticas de subjetivação e objetivação, bem como, suas linhas de ruptura e fuga. São, portanto, elementos que intervieram

em uma racionalidade, em uma organização que permitiram, (FOUCAULT, 2019, p. 368), “escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que são aceitáveis”. As implicações estratégias de controle das relações de poder que emergiram do dispositivo de empoderamento cumprem com a racionalidade técnica dos modos de articulação e organização operacional das lutas e resistências que são inerentes à mobilidade do próprio poder.

Conforme Foucault (2019), é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos, articulado pelas práticas de resistência, “envolvendo a recusa de formas de individualidade, de identidade e subjetividade, exercendo-se pela afirmação do direito à diferença” (PRADO FILHO, 2019, p. 232). O poder só existe nos sujeitos livres, pois implica possibilidade de resistência e está em um campo de força que sofrem modificações e deslocamentos constantes, assim como produz modificações históricas e sociais que permitem a ruptura da norma dominante para estabelecer outros regimes de verdade.

Para Prado Filho (2017), os dispositivos são fundamentais na política contemporânea, especialmente pelos efeitos normalizadores de objetividade e subjetividade que mobilizam as ações de enfrentamento. Na sociedade do século XXI o binarismo de gênero não afeta apenas transgêneros, mas todas as classes sociais marcadas por essa posição hierárquica, onde o homem cisgênero possui uma infinidade de privilégios que subordina todos os outros grupos de ‘não-homens’. O dispositivo de empoderamento desconstrói a noção de normalidade da perspectiva binária, que fortalece o sexismo e funciona como um regulamentador não somente de identidades, mas dos corpos a partir de uma lógica dicotômica de existência. No entanto, não é possível confinar o gênero em apenas dois modelos, pois corpos e subjetividades não são naturalmente binários. Eles podem ou não compor uma das categorias binárias.

Enfrentar o binarismo de gênero é permitir a construção de novas identidades, possibilitar aos sujeitos das práticas discursivas de empoderamento condições de vivência não patologizadas pelas diferenças que marcam seus corpos. A construção da diferença deslegitima a generalização de que os corpos existem em apenas duas categorias arbitrárias que funcionam como vetor de opressão.

Desta forma, no terceiro e último tópico desta pesquisa, abordaremos as constituições identitárias que emergiram a partir dos enunciados sobre igualdade e diversidade de gêneros, as relações de poder que subjetivam os sujeitos feministas e LGBTQIAP+ e as condições de produção de outras formas de existência.

3-CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE GÊNEROS

Como observamos no capítulo 2 desta pesquisa, os primeiros anos do século XXI marcaram os 100 anos de visibilidade das lutas feministas por direitos, embora alguns avanços já tenham ocorrido no século XIX, devido, principalmente, a conquista de espaços de produção de saberes e de conhecimento, dentre eles o direito de frequentar universidades e de divulgação de novas práticas discursivas, como a criação de jornais e revistas com enunciados direcionados exclusivamente ao universo feminino. Esses acontecimentos possibilitaram a produção do sujeito feminino empoderado e, também, lugares de fala e resistência dos discursos sobre igualdade e liberdade do corpo da mulher. Para a historiadora e doutora em história política Angélica Ferrarez (2019), o processo de empoderamento feminino passa pela educação e pela comunicação.⁷⁸ Como podemos observar na série enunciativa abaixo:

1. **1827 – Meninas são liberadas para frequentarem a escola:** a partir da Lei Geral – promulgada em 15 de outubro – é que mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios e estudassem além da escola primária.
2. **1852: Primeiro jornal feminino:** Editado por mulheres e direcionado para mulheres, surgiu o Jornal das Senhoras, que afirmava que as pessoas do sexo feminino não deveriam executar afazeres do lar. Depois disso, outros jornais foram lançados, como o Bello Sexo, em 1862 e O Sexo Feminino, em 1873.
3. **1879 – Mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades:** O acesso à educação é um dos principais recursos para a emancipação das mulheres, antes resumida à esfera doméstica. Somente em 1879 elas têm acesso às universidades, mas hoje elas são maioria na educação superior brasileira, segundo o Censo da Educação Superior 2018, realizado e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).⁷⁹

Os espaços de produção de conhecimento e de divulgação de saberes que possibilitaram condições de visibilidade e enunciabilidade dos discursos de empoderamento feminino que vigoram no início do século XX produziram os discursos de resistência e transgressão que marcaram definitivamente as novas práticas de existência dos corpos que circulam no século XXI. Conforme nos aponta Foucault (2013), o conhecimento sobre os sujeitos e suas singularidades são construções sócio/históricas que emergem dos discursos de regulação de

⁷⁸ Angélica Ferrarez: Historiadora, Professora, Feminista Negra. Pesquisadora da História e memória das mulheres negras e do Samba. Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia>, 2019

⁷⁹ Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia>

normas e condutas do comportamento do homem dentro da sociedade no século XIX, ou seja, para dizer o que é aceito fala-se também do que não é.

Segundo Foucault (2013, p. 18), “[...]mostrar como se pôde formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais do controle e da vigilância”. As vozes femininas romperam o silenciamento e invadiram ruas, fábricas e espaços políticos para vencer a opressão hetero(cis)normativa da sociedade patriarcal e (de)marcaram lugares de novas práticas de resistência e existência para além dos afazeres domésticos, dos salões de festas e do domínio masculino. Uma reportagem veiculada no Jornal do Commercio (2021),⁸⁰ mostra que a mulher “Nos últimos 100 anos, transgrediram, enfrentaram, afrontaram. Exigiram ser vistas e ouvidas. Da porta de casa para fora. A mulher, enquanto ser social, nasce no século 20”. Como podemos observar na figura 11, várias foram as conquistas realizadas pelos discursos de empoderamento que emergiram dos movimentos feministas no decorrer do século XX e ainda reverberam na atualidade.

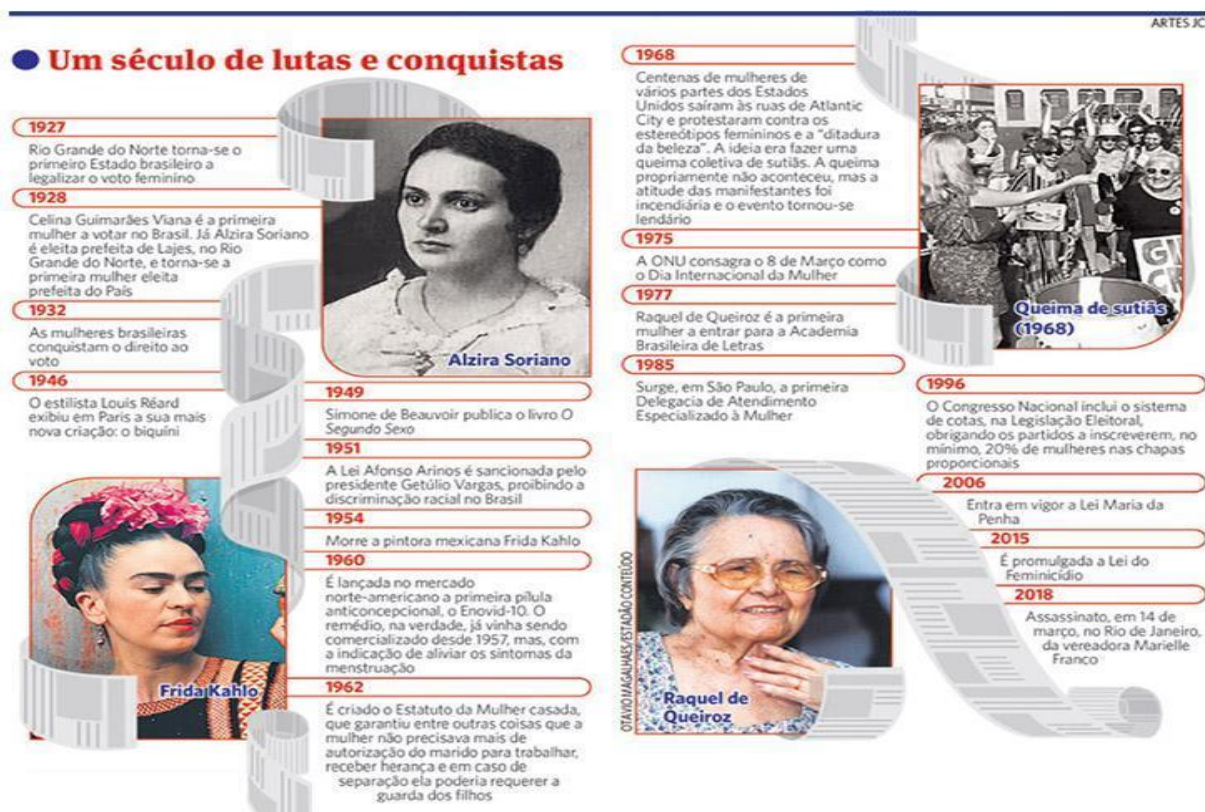


Figura 11⁸¹

⁸⁰ Disponível em: https://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/100anos/post_materias/elas-fizeram-a-revolucao-e-querem-mais/

⁸¹ Idem

Essa tomada de consciência do empoderamento feminino, enquanto capacidade de exercer o poder, conforme postula Foucault (2019), possibilitou a emergência dos enunciados acerca da condição, do comportamento e da liberdade das mulheres como construção social e que condutas impostas pelo viés misógino são limitantes e preconceituosas. Os movimentos feministas promoveram as discussões sobre igualdade de direitos que asseguraram as conquistas das mulheres ao longo da história rumo à identidade e a diversidade de gênero, mas também nos permite perceber o quanto ainda temos a conquistar, pois uma projeção feita pelo Fórum Econômico Mundial em 2018 demonstra que serão necessários mais dois séculos para haver igualdade de gênero no mercado de trabalho, e em outros segmentos, como educação, saúde e política, e as desigualdades entre homens e mulheres precisarão de 108 anos para chegarem ao fim.⁸²

As novas construções discursivas sobre distinção entre sexo e gênero dismantelaram os discursos de binaridade que atrelavam sexo e gênero as condições biológicas de existência e produziram os discursos sobre construção social do sexo. Enquanto os primeiros discursos associavam os aspectos biológicos de sexo e gênero como sendo naturais, os segundos produziram uma perspectiva social de gênero associada à cultura, pois homens e mulheres são produtos de uma organização identitária e não da anatomia de seus corpos. Como demonstra Foucault (2013), são os discursos em suas manifestações materiais que permitem nascer novas regras que possibilitam a emergência de certas formas de subjetividade, certos domínios de objetos e certos tipos de saber em determinada época.

As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade de uma história. (FOUCAULT, 2013, p. 18)

A identidade de gênero é um processo de subjetivação dos efeitos de verdade dos discursos de empoderamento e manifesta-se na forma como o sujeito se percebe, em suas escolhas afetivas e em sua relação com outros gêneros. Assim, A partir da segunda metade do século XX, é possível perceber o impacto dos movimentos feministas sobre os movimentos LGBTQIAP+, principalmente no que convergem no questionamento dos modelos heterossexuais socialmente impostos, na busca pela igualdade de direitos e na crítica da

⁸² Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia>

naturalização dos padrões de gênero e de sexualidade. Neste sentido, as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres, bem como entre heterossexuais e homossexuais são construídas socialmente e, portanto, suscetíveis de ressignificações, transformações e novas práticas de existência.

Foucault (2019) demonstra os diferentes modos pelos quais os indivíduos tornam-se sujeitos, principalmente, através dos processos de objetivação e subjetivação da constituição identitária. Ainda segundo o autor, não existe um sujeito pré-estabelecido, pois os sujeitos são constituídos e produzidos dentro de estratégias de poder que normalizam e normatizam condutas e comportamentos. Este sujeito moderno é antes de tudo constituído pelo saber de seu tempo, uma identidade produzida pelas relações de poder de sua época, objeto de domínio das instituições que o reconhece enquanto fronteira e potência de si mesmo, onde é possível pensar novas formas de subjetividade, novas formas viver hoje.

3.1-Práticas de objetivação e subjetivação dos sujeitos feministas

Como objeto de seu tempo, o empoderamento feminino postula dos princípios de construção identitária constituída pelos saberes dos discursos feministas de gênero e diversidade sexual, pois o movimento feminista se reconhece como produtor e disseminador das práticas de comportamento que foram ressignificadas dentro da sociedade contemporânea. Em especial para as ressignificações dos modos de subjetividades dos discursos de transgressão e de produção de outras existências. Os movimentos feministas denunciam as desigualdades de gêneros que permeadas por relações de poder legitimam determinadas categorias e colocam outras em posição de marginalidade e subordinação.

Os saberes difundidos sobre o comportamento de um sujeito baseado unicamente em sua condição biológica produzem exclusões sociais e perpetuam uma classe dominante que utiliza o sexo como instrumento de subjetivação, pois no escopo da produção de saberes sobre o sujeito, os discursos que fazem circular uma perspectiva biológica do sexo atuam no processo de subjetivação de tal sujeito de modo a fazer circular enunciados de exclusão, perpetuando assim hierarquização dos sexos. Conforme aponta Foucault (1999), o processo de produção de subjetividade emerge da disseminação de saberes e das relações de poder presentes em uma sociedade, impondo técnicas de coerção, de disciplina e vigilância que moldam o comportamento de determinada época.

Desta forma, o movimento feminista tem se ressignificado ao longo dos tempos com a produção de discursos de resistência ao poder hetero(cis)normativo e suas formas de opressão e perpetuação. Dos enunciados de empoderamento feminino emergiram novas estratégias de poder que modificaram as práticas discursivas institucionalizadas e transformaram a constituição histórica de inferiorização das mulheres como sujeitos iguais, objetivados e subjetivados pelos discursos de construção identitária. Coube aos movimentos feministas a produção dos enunciados discursivos sobre igualdade de gênero a partir dos deslocamentos teóricos que modificaram as relações de subjetivação do sujeito feminino e suas relações de enfrentamento.

No entanto, conforme Araújo (2001, p. 111), “O sujeito não é dado definitivamente, nem é o portador da verdade, mas alguém que se constitui no interior da história e é cada vez fundado por ela”, pelas relações de poder e pelas estratégias de luta. Assim os enunciados sobre objetivação e subjetivação do corpo feminino se articulam dentro de um trajeto temático que envolve vários campos do saber e várias instituições da sociedade contemporânea.

Buscaremos investigar a objetivação do empoderamento feminino e os modos como os seres humanos tornam-se sujeitos, conforme Foucault (1995), ou seja, demonstrar a regularidade discursiva pelos quais no nosso tempo é possível uma investigação das transformações dos sujeitos que subverteram o jogo de poder do binarismo de gênero. Foucault (1995) formaliza modos específicos de investigação pelos quais seres humanos tornam-se sujeitos dentro um determinado tempo e em uma dada sociedade.

O primeiro é o modo de investigação onde busca-se atribuir um estatuto de ciências a objetivação do sujeito do discurso pela linguagem. Para tanto, os enunciados do sujeito feminista tomam para si o protagonismo de sua existência, ressignificando condutas de comportamento, produzindo efeito de verdade e possibilitando a circulação do objeto de empoderamento feminino, no qual se produz e se conduz. Na série enunciativa abaixo é possível identificar como o empoderamento feminino possibilita a tomada de decisão para que mulher possa fazer livremente suas escolhas, proporcionando autonomia para modificar os discursos de dependência e fragilidade atrelados a elas:

- 1- Sou Mulher, sou dona do meu corpo / E da minha vontade / Fui eu que descobri poder e liberdade / Sou tudo o que um dia eu sonhei pra mim”⁸³,

⁸³ Samba que Elas Querem, grupo feminino carioca surgido a partir de roda de samba armada no centro da cidade do Rio de Janeiro, que compõe músicas sobre as dificuldades e a importância de um coletivo feminino ocupar espaços no samba, e falam sobre o machismo na sociedade e a conjuntura política atual.

- 2- Meu empoderamento vem de dentro de mim. Quando me olho no espelho, reconheço quem sou e a força que tenho⁸⁴
- 3- Eu sou muito inteligente, muito exigente e muito engenhosa para qualquer pessoa ser capaz de se encarregar de mim inteiramente. Ninguém me conhece ou me ama completamente. Eu apenas tenho a mim mesma. Simone de Beauvoir;

Assim, nos enunciados acima, podemos perceber a fixação de uma identidade autônoma que se reconhece pela diferença e pela produção de uma entidade emancipada. Para Silva (2000, p. 74), é na perspectiva da diversidade que a diferença e a identidade são naturalizadas, pois são tomadas pelos fatos da vida social,

[...] identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente. (SILVA, 2000, p. 74)

Os enunciados “sou mulher”, “sou dona do meu corpo”, produzem o sujeito mulher nesta configuração de objetividade específica que utiliza o empoderamento como prática discursiva de subjetividade que o modifica e o reconfigura. A materialidade discursiva sobre poder e liberdade promovem a construção de verdades sobre seu corpo e legitimam a circulação de uma nova identidade que tem como referência a si própria e possibilita a construção de uma positividade daquilo que é. O empoderamento se efetiva discursivamente nos versos “Fui eu que descobri poder e liberdade”, pois constitui a regularidade do processo de construção da subjetivação do feminismo contemporâneo que manifesta sua subjetividade por meio do discurso e de novas práticas de existência. Como afirma Fernandes (2011, p. 4), são os saberes articulados nos discursos que fazem emergir como “os modos de subjetivação produzem sujeitos singulares e, portanto, mostram, por meio das análises dos discursos, os procedimentos mobilizados para a produção dos sujeitos”.

Ainda em Foucault (1995), outra forma de objetivação do sujeito pode dar-se ainda pelo sujeito produtivo, que trabalha, produz riquezas e movimenta a economia. Para o autor, o Estado moderno que surgiu no século XVIII, é uma entidade sofisticada que atribuiu ao indivíduo um conjunto de modelos de existência muito específicos, pois produziu a individualização do sujeito ao mesmo tempo que o submeteu a processos constantes de padronização e uniformização. São estratégias que fazem funcionar o corpo produtivo através de dispositivos de poder e que necessariamente implicam novas formas de domínio social e cultural de

⁸⁴ <https://www.frasesstop.com/frases-empoderamento/>. Acesso em 03/08/2021.

produção de identidades. Fernandes (2011, p. 7) reforça o conceito foucaultiano de poder como integrante das relações cotidianas entre os sujeitos que se manifestam no discurso, pois “as relações de força são constantes em toda forma de existência de poder, são formas de agir sobre as ações dos outros”. Deste espaço produtivo de bens e mão-de-obra, emergiram novas relações e processos de constituição de sujeitos, pois o campo da atividade econômica se constitui também como campo de produção de significados e formas de existências específicas, como por exemplo, as de classes e de gêneros.

A luta das mulheres por direitos iguais no trabalho e na renda possibilitaram condições de existência específicas dos enunciados sobre o trabalho desenvolvidos pelas mulheres, como a proteção às gestantes e puérperas nas relações de empregabilidade, possibilitando a emergência de uma identidade feminina tanto nas condições de trabalho quanto na produção de bens de consumo. As primeiras reivindicações femininas sobre as relações de trabalho buscavam condições igualitárias de independência financeira e acesso ao emprego, mas os enfrentamentos de poder/saber travados no ambiente corporativo modificaram o comportamento das mulheres trabalhadoras e possibilitaram os discursos de transgressão sobre direitos específicos para a categoria, como licença-maternidade remunerada e garantia de estabilidade no emprego durante e depois da gestação, pois as mulheres compreendem que essas condições próprias do gênero contribuem para manter as desigualdades de acesso ao trabalho e a de ascensão na carreira.

Os movimentos de empoderamento feminino reconhecem a desigualdade dentro das relações de gêneros como forma de manutenção dos privilégios masculinos ao mesmo tempo que percebem as diferenças entre si mesmos, ou seja, é a reivindicação da diferença dentro da diferença. Os enunciados sobre igualdade de direitos possibilitam a emergência de diferenças específicas das mulheres em relação aos homens e suas condições de existência que suscitaram uma tomada de consciência em vários aspectos de sua realidade, não somente no gênero, mas em outras categorias que emergiram das condições de trabalho, como classe, raça e religião. A mulher se reconhece como sujeito coletivo de direitos à igualdade, à liberdade e à dignidade ao mesmo tempo que busca promover as mesmas oportunidades às mulheres que se encontram em desvantagens sócio/histórico/cultural não somente por serem mulheres, mas por serem mulheres negras, mulheres transsexuais ou mulheres indígenas. Para Ribeiro (2021),⁸⁵ “se eu luto contra o machismo, mas ignoro o racismo, eu estou alimentando a mesma estrutura”.

⁸⁵ Djamila Ribeiro, disponível em @mulheres.históricas, 16/01/2021

O movimento feminista se reconhece como promotor de identidades femininas diversas, pois ao produzir discursos sobre as diferenças das condições de existência singulares busca uma representatividade global, ao mesmo tempo que constrói especificidades da vida das mulheres inseridas em ambientes de maior vulnerabilidade econômica. Para a ativista Crenshaw, (2020)⁸⁶, "Se você vê as desigualdades como um problema 'delas' ou 'outro problema infeliz', isso é um problema". O conceito de Interseccionalidade de Crenshaw vem ganhando força, pois eliminar as desigualdades pautadas pelos sistemas de opressão e discriminação é um problema de todos. Pois é preciso compreender como estes sistemas de opressão – raça, classe social e gênero – relacionam-se entre si e se sobrepõem para excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas e demonstram que racismo e sexismo fazem parte das mesmas estruturas patriarcais.

Por isso, o feminismo contemporâneo confronta o sistema de desigualdade entre gêneros no acesso aos meios de formação profissional em diferentes regiões do planeta, além de promover debates acerca da desvalorização do trabalho feminino, da invisibilidade das mulheres não-brancas ou da opressão das mulheres não binárias nas relações de trabalho. Além das pautas de divisão sexual do trabalho, o movimento entende que para se livrar completamente da dominação patriarcal, a sociedade precisa superar suas formas de organização tradicionais, possibilitando o acesso das mulheres às oportunidades de trabalho e inserção ao mercado de trabalho idênticas ao do homem em qualquer circunstância. Além disso, a forma como cada mulher desenvolve sua potencialidade depende primordialmente dos aspectos globais de sua existência e das suas condições de acesso ao trabalho, à saúde e à educação. Desta forma, os movimentos atuais reivindicam cada vez mais espaços de liderança política para mulheres, tanto no cenário local como internacional, como forma de desarticulação da opressão feminina na produção e consumo de bens, na formação profissional e na inserção equitativa ao mundo corporativo.

Observemos a série enunciativa abaixo:

1. "Equidade de gênero além do certo a fazer, gera melhores resultados para a empresa e para a sociedade"⁸⁷
2. "A melhor maneira de obter transformação política de gênero é ter mais mulheres em posições de alto nível para tomada de decisões políticas"⁸⁸

⁸⁶ Kimberlé Crenshaw, advogada, ativista de direitos civis e feminista interseccional, disponível em @onumulheresbr, 28/12/2020

⁸⁷ Mônica de Souza, CEO da Maurício de Sousa Produções.

⁸⁸ Sanna marin, Primeira ministra da Finlândia

3. “Uma mulher que tem poder deve contribuir para empoderar outras mulheres. Mais liderança feminina garantirá um tratamento mais justo e mais oportunidades para todas as mulheres”⁸⁹
4. “Ao romper com as estruturas do patriarcado ocupando espaços no mercado de trabalho é fortalecedor para a luta do empoderamento socioeconômico da mulher”⁹⁰

Enunciados como os apresentados nesta série enunciativa são cada vez mais visibilizados dentro da nossa sociedade, demonstrando a possibilidade de circulação dos discursos de construção de uma sociedade igualitária atrelada a representatividade e tomada de decisão das mulheres em cargos de direção e comando tradicionalmente ocupados por homens. Pois mesmo quando as mulheres possuem competências para assumirem qualquer posto de trabalho estão sempre em condições de submissão e dependência dos profissionais do sexo masculino, além de receberem remuneração mais baixa quando ocupam cargos nas mesmas condições que os homens. Os sujeitos feministas pelas práticas de subjetivação operadas pelo dispositivo de empoderamento feminino possibilitaram a constituição de enunciados sobre protagonismo da mulher em todas as áreas sociais, assim como os procedimentos pelos quais é levado a se observar e se reconhecer como campo de saber possível.

Portanto, a importância de buscar mulheres em situação de liderança é condição indispensável para modificar comportamentos culturalmente reproduzidos que impedem o crescimento igualitário entre homens e mulheres, visto que a desigualdade e a dependência financeira das mulheres perpetuam as condições de submissão e dependência do outro, permitindo abusos e normalização das condutas de violência de gêneros.

As práticas discursivas do empoderamento feminino que problematizam as relações sexistas da divisão do trabalho como forma de dominação de um gênero sobre o outro são discursos de objetivação do sujeito feminista, que aliado aos discursos de objetivação do sujeito produtivo, promovem condições de igualdade entre os gêneros, pois ao produzir riquezas e participar da distribuição igualitária da economia a mulher é capaz de usufruir de forma idêntica do consumo de bens e produtos do capital e se reconhecer como sujeito independente em relação ao outro. Compreender essa diferente forma de subjetivação das mulheres nos permite engendrar nas relações de poder que legitimam os procedimentos e técnicas que atuam no comportamento dos indivíduos e modificam sua maneira de conduzir se a si e o outro, possibilitando estratégias múltiplas de governo pelo o qual o indivíduo se torna sujeito de sua própria história.

⁸⁹ Marlova Noleto, diretora da UNESCO no Brasil

⁹⁰ Ixchel Freire, ativista feminista antirracista

Conforme nos aponta Foucault (1995), compreende-se o modo pelo qual um indivíduo se torna sujeito pela forma como os seres aprendem a se reconhecerem como sujeitos de um determinado objeto e sua relação consigo mesmo e com o outro, pois estamos sempre colocados em relações de poder e de significações específicas que nos leva a evocar um progresso da racionalização em geral. Assim, incentivar a equidade social é garantir a igualdade de oportunidade de trabalho e produção de bens ao mesmo tempo que promove o respeito às diferenças e garante o direito às especificidades da condição da mulher trabalhadora e os direitos inerentes a elas, como gestação, maternidade e amamentação sem perder a estabilidade no mercado de trabalho.

Por fim, em um terceiro momento, Foucault (1995) nos leva a refletir como os processos de existência e percepção do momento histórico nos possibilitam condições de produção de verdades sobre nós mesmos e sobre o outro. As estratégias discursivas validam as relações de poder e promovem novas formas de condutas e comportamentos que são aceitáveis em determinadas épocas, primeiro interditando e excluindo alguns enunciados e depois possibilitando a emergência daqueles que são controlados e delimitados.

As lutas representam formas de exercício de poder e formas de resistência ao poder concomitantemente, pois o que se questiona é o modelo pelo qual o saber se instaura e as questões que investiga, em especial as questões que possibilitam a produção de sujeitos dentro destas lutas de poder. Para Foucault (1995, p. 235), “o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder”. O que caracteriza o jogo das relações de poder é a capacidade que determinados dispositivos possuem para modificar as coisas, a aptidão de inscrever no corpo um conjunto de ações que induzem a instrumentalização de regras de condutas e a investigação de padrões que são aceitáveis em determinado campo do saber. Desta forma, o empoderamento feminino como dispositivo de poder e promotor de estratégias disciplinares atua nos corpos femininos possibilitando novas formas de existência e resistência.

Dentro das práticas de objetivação do corpo feminino podemos perceber os regimes de enunciabilidade e visibilidade que emergiram no campo do saber em várias instituições de nosso tempo, como elas governam os sujeitos femininos e possibilitam que falem de si através da operacionalização do dispositivo de empoderamento feminino. É através dos enunciados produzidos sobre si que emergem a construção identitária do sujeito feminino enquanto efeito das diferentes práticas de objetivação, tendo o corpo como condição de possibilidade do objeto de empoderamento.

Dentre os discursos de empoderamento feminino estão os saberes da medicina sobre o corpo da mulher que possibilitaram autonomia e liberdade, uma vez que desmistificaram os principais estigmas de dependência feminina, como a fragilidade física e emocional, além de derrubarem tabus como menstruação, virgindade, prazer sexual e aborto. As mulheres passaram a falar abertamente das imposições sociais que limitavam seus direitos e as confinavam às condutas de submissão e preconceito, pois, enquanto os discursos machistas incentivam as práticas de liberdade do corpo masculino, produzem o encarceramento dos desejos da mulher. Enquanto ao homem é dado o direito de explorar sua sexualidade e desenvolver sua virilidade, à mulher cabia apenas o papel de casta ou prostituta, mas em ambos os casos, seus corpos eram regulados sob a ótica masculina, para atender seu prazer ou para a manutenção do poder patriarcal.

O fato é que reduzir o corpo feminino às funções reprodutivas é retirar da mulher a autonomia sobre seu corpo e sua liberdade. As práticas discursivas sobre empoderamento feminino possibilitaram condições de emergência dos enunciados sobre desigualdade de gênero e promoveram as lutas por reconhecimento de direitos iguais entre homens e mulheres em relação à exploração de seu corpo e de sua sexualidade. Ao mesmo tempo que postularam o reconhecimento dos direitos das mulheres sobre áreas específicas do corpo feminino, como por exemplo, o direito reprodutivo, o direito ao aborto seguro e a sexualidade. Mas para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres não basta apenas lutar por reconhecimento de direitos é preciso também lutar contra a violência institucionalizada como a cultura do estupro, da violência de gênero e da violência sexual.

As mulheres se reconhecem nesta produção de saberes que legitimam a tomada de poder que possibilita a transformação de sua existência, desatrelando principalmente a imagem coletiva de mulher santa ou pecadora, construindo discursivamente outros espaços e formas de existência que perpassam por novas realidades e regulação de novas condutas. O feminismo, enquanto movimento social de redução das desigualdades entre gêneros, não apenas produz instrumentos de poder contra a supremacia masculina, mas instaura um novo jogo de poder para produção de verdades que promove a igualdade de direitos, a liberdade de existência e a autodeterminação dos corpos para todos os gêneros. Como nos aponta Fernandes (2011, p. 3): “O corpo consiste em enunciado para o discurso, ele promove a construção social de um sujeito e a subjetividade como produto entre virtualidades produzidas, resulta de práticas diversas, advindas de saberes que envolvem uma pluralidade de discursos.”.

Observemos as práticas discursivas dos enunciados sobre autonomia do corpo feminino inscritas no conceito de corpo-bandeira⁹¹, ao apresentar o corpo da mulher como suporte de arte e resistência, nas imagens 12, 13 e 14.



Figura 12⁹²



Figura 12⁹³



Figura 14⁹⁴

⁹¹Conceito de “corpo-bandeira” é introduzido por Carla Gomes e Bila Sorj no artigo “Corpo, Geração e Identidade. A Marcha das Vadias no Brasil.” de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/M3nBJJtyMYm4qd4TQdGpryR/?lang=pt>. Acesso em 21/05/2021.

⁹² <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/servicos/abortolegal/> acesso em 27/07/2021

⁹³ <https://racismoambiental.net.br/2018/08/04/aborto-no-brasil-hora-da-realidade-se-impor/> acesso em 27/07/2021

⁹⁴ <https://www.comover.se/blogposts/2016/4/5/vestida-ou-pelada-quero-ser-respeitada>

Os enunciados de liberdade do corpo feminino emergem como ferramentas de protesto para subversão ao machismo dominante e circulam pelos espaços públicos contra a hegemonia dos padrões de feminilidade, reprodutividade e submissão socialmente impostos. O corpo é apresentado como construção simbólica dos enunciados de resistência para desmistificar a idealização do comportamento da mulher perante a sociedade. A busca por autonomia e liberdade inscrita nos corpos *seminus* escancaram a política de encarceramento do corpo feminino.

O corpo feminino se transforma num corpo político para visibilizar como esse corpo é ainda no século XXI espaço de domínio e controle das práticas machistas. O corpo-bandeira busca enunciar os discursos de objetificação e subjetivação dos domínios de saber e poder que são travados nas lutas pela igualdade de gêneros. Neste espaço de segregação feminina, a mulher desempenha apenas o papel de reprodutora familiar, confinando sua condição de existência baseada na diferença biológica que desvaloriza e inferioriza sua identidade, pois é regida por atos e normas carregados de rótulos culturais imutáveis e limitantes.

O corpo-bandeira é a exterioridade discursiva que atua na produção da subjetividade, pois estabelece efeitos de verdade do corpo feminino desassociado da anatomia humana, pois são produzidos por processos contínuos de reprodução de novos valores e comportamentos. A recusa pela maternidade, o direito ao aborto e a prática sexual desvinculada da reprodução não devem ser causas de preconceito e descaracterização do sujeito feminino. Desconsiderar qualquer outra forma de existência por não seguirem modos de condutas pré-estabelecidas são construções narrativas da sociedade patriarcal para produzir a objetificação do corpo da mulher e sustentar a hegemonia masculina nas relações de poder entre os gêneros.

As práticas de subjetivação são formas de constituição dos sujeitos e Foucault (1995) nos aponta diferentes formas de subjetivação e objetivação destes sujeitos por meio dos discursos que funcionam como mecanismos destinados a constituição da subjetividade, seja por meio da produção do conhecimento, pelos discursos de objetivação de separação de condutas ou pelas maneiras pelas quais os sujeitos se significam diante das concepções culturais. O fato é que os discursos são ferramentas que possibilitam a apreensão dos sujeitos em lugares exteriores a ele através de um jogo de regras de transformações que o remodela e determina novas formas de comportamento e controle de formas de agir. Para Foucault (1993, p. 231), “O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o subjetiva”. O corpo é atravessado por uma materialidade discursiva e se insere no discurso de determinada condição

de produção, sendo um corpo que fala, produz novas discursividades e novas formas de existência.

Os enunciados produzidos pelo empoderamento feminino produziram novas formas de se pensar e agir, uma vez que o sujeito constrói sua subjetividade na relação com o mundo e com os outros sujeitos em um determinado período histórico. Nesse processo de construção da subjetividade são incorporados padrões de comportamento e de valores com relação ao corpo e a identidade. São produções metodológicas de saberes que estabelecem modelos estéticos, éticos e políticos de existência, fixando formas de existências específicas através de um conjunto de procedimentos que preveem estrategicamente a sustentação de um dispositivo de poder. O corpo torna-se objeto passível de consciência crítica e regulações e constitui diferentes modos de subjetivação dos sujeitos, não apenas submetido a práticas de coerção, mas conduzindo-se em novas práticas de existência. O empoderamento feminino possibilitou a constituição de um sujeito que busca deslocar-se das condições impostas pela sociedade patriarcal e encontrar outras formas de verdade. O empoderamento permite que o sujeito seja capaz de tomar decisões e gerenciar sua vida, diminui as desigualdades sociais ao possibilitar a inclusão das classes marginalizadas através das reivindicações de igualdade de gênero, além de buscar espaços de convivência menos opressores e violentos.



Figura 15 ⁹⁵

⁹⁵ <https://semprebem.paguemenos.com.br/posts/mente-e-comportamento/o-empoderamento-feminino-nos-chama-vamos-juntas> Acesso em 27/07/2021

Podemos observar na figura 15 que os enunciados de empoderamento feminino produzem regulações do comportamento da mulher para ampliar seu espaço na sociedade, estipula condutas para a transformação do próprio espaço, tomando o discurso de empoderamento como agente transformador não apenas das relações externas, mas principalmente de força interna, como legitimação deste espaço a ser conquistado. Como dispositivo de poder, o empoderamento define ações e iniciativas que buscam delegar às mulheres à capacidade de realizar, por conta própria, as mudanças necessárias para que possa evoluir e se desenvolver, porque uma mulher empoderada é capaz de transformar a realidade, sobretudo para a promoção da igualdade, da inclusão e da não discriminação.

No Brasil, 37% das mulheres não querem ter filhos apesar da série de pressões sociais e culturais e da ideia de feminilidade relacionada à maternidade. Uma pesquisa global realizada pela farmacêutica Bayer, com apoio da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e do Think about Needs in Contraception (TANCO), no mundo, o índice chega a 72%⁹⁶. A série enunciativa abaixo, apresenta alguns fatos que levaram essas mulheres a optarem em não terem filhos e como lidam com a pressão de uma sociedade que ainda vincula a imagem da mulher aos papéis de mãe, esposa e dona do lar.

1-“A Geração No-Mo, ou Not Mother, é uma geração de mulheres que optaram por não ter filhos e que inclusive lutam contra o sistema social fundamentado na absurda crença de uma mulher tem que dar à luz pelo menos uma vez na vida”.⁹⁷

2-“A maternidade, do jeito que existe hoje em dia, não é o que quero para minha vida. Não ser mãe também é uma possibilidade, e não tem nada de errado nisso”, Caroline Barrueco⁹⁸

3-“Tenho uma vida genial em muitos sentidos precisamente por não ter filhos. É só uma opção” Camerom Diaz⁹⁹

A maternidade está ligada ao papel social da mulher construído pela sociedade e existe ainda muito estigma em torno daquelas que a recusam. Este preconceito é tão enraizado que, segundo um estudo, publicado pela revista Sex Roles¹⁰⁰, em 2017, muitas mulheres que não optaram pela maternidade afirmaram se sentir culpadas e moralmente erradas. No entanto, o que a geração No-Mo reivindica é um espaço de respeito às decisões de uma mulher enquanto pessoa e liberdade para poder tomá-las sem ter de dar explicações. Os enunciados “não é o que quero para vida”, “é só uma opção” ou “optaram por não terem filhos”, evidenciam que esta

⁹⁶ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/interessa/geracao-nomo-no-brasil-37-das-mulheres-nao-querem-ser-maes-1.2392795>

⁹⁷ Idem

⁹⁸ Idem

⁹⁹ Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/23/sociedad/1408813287_310188.html

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/interessa/geracao-nomo-no-brasil-37-das-mulheres-nao-querem-ser-maes-1.2392795>

escolha é uma opção pessoal, uma decisão que a mulher tem o direito de usufruir sem sofrer preconceito ou discriminação por isso. Essa cobrança sobre a mulher de exercer a maternidade ou constituir família até certa idade viabiliza o quanto as práticas machistas ainda norteiam as condutas baseadas no gênero, pois quando um homem escolhe não ser pai ou constituir família, o que recai sobre ele é justamente a ideia de liberdade e independência para tomar tal decisão.

O empoderamento feminino possibilita a discussão sobre igualdade de gêneros e também sua ampliação, como por exemplo, a ressignificação dos enunciados sobre equidade de gênero dentro dos discursos feministas. O discurso de igualdade parte da ideia de que devemos tratar todos iguais, porém, persiste em uma padronização. E partindo do viés feminista atual, nem todas as mulheres são iguais, as oportunidades são diferentes para homens e mulheres, assim como para mulheres que são negras, lésbicas ou economicamente vulneráveis. O movimento feminista atual busca a diversidade, a valorização e a equiparação entre todos os gêneros, assim quando promovem a equidade de gênero buscam oportunidades iguais independentemente do gênero. As novas demandas identitárias oferecem novos desafios à sociedade contemporânea, por isso os discursos estão sempre em constante transformação para atender a pluralidade de sujeitos que circulam neste novo momento histórico.

Para Foucault (1995b, 275):

[...] não basta afirmar que o sujeito é constituído num sistema simbólico. Não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas verdadeiras - práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia da constituição de si que perpassa os sistemas simbólicos ao utilizá-los.

A subjetividade, segundo Foucault (2019) é um processo de subjetivação que proporciona aos sujeitos uma atitude crítica de si através da escuta de si e do cuidado de si. Ela estabelece a normatização de condutas nas quais os sujeitos estão inseridos, ou seja, pensar práticas de liberdades a partir de uma determinada norma, um certo número de regras, de estilos e de convenções que inseridas nestes discursos permitem novas maneiras de se comportar, viver e se (re)organizar.

3.2- Genealogia da ética, o cuidado de si e a sociedade de controle

Ao contrário do senso comum, Foucault (2004) não se preocupa em descrever como os sujeitos devem agir diante de certos princípios éticos ou de como devem comportar se frente aos códigos morais, mas busca investigar como estas duas condições se organizam no processo

de constituição do sujeito. A ética do sujeito investiga como os indivíduos se posicionam em relação a si mesmos, perante os códigos e princípios culturalmente impostos e elabora à sua maneira de ser e de viver diante deles. Para Foucault (2004), a ética é um campo de problematização e não uma fundamentação da ação moral e se utiliza da genealogia para analisar esse campo específico e, para tanto, recua até as civilizações grega, romana e cristã para diagnosticar as formas de agir do sujeito moderno e a importância destas culturas para compreender o tempo presente.

O autor busca encontrar nos pensamentos clássicos os direcionamentos propostos da problematização das condutas da ética dos homens livres e determinar em que momento da história da civilização ocidental o sujeito se constituiu pela normalização da disciplina e do biopoder, assegurados pelos procedimentos de poder do corpo humano transpassados pelos mecanismos de intervenções e regulações sobre a vida da população e do indivíduo (FOUCAULT, 1999). Durante esse percurso histórico, a humanidade evoluiu progressivamente para as formas de uma ‘verdadeira cultura de si’, um preceito amplo, segundo o qual os sujeitos se ocupam de si mesmo. Para Foucault (2019c), o princípio de cuidado de si:

[...] também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletivas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constitui, assim, uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicação e até mesmo instituições, ele proporcionou, enfim, um certo modo de conhecimento e de elaboração de um saber. (FOUCAULT, 2019c, p. 58)

No entanto, a genealogia é uma estratégia que não busca encontrar a origem de um objeto no decorrer da história, mas explicar como este objeto já dado é diagnosticado no processo de constituição dos sujeitos, ou seja, o que hoje é um princípio normativo foi antes um campo problemático cuja análise auxilia na proposição de um diagnóstico do presente. Essas considerações são importantes para compreender que o empoderamento feminino se constituiu sobre uma plataforma de regimes discursivos que produziram condições para visibilizar o poder feminino e legitimar as lutas pelo direito de igualdade e liberdade de existência. Os enunciados de empoderamento possibilitaram a emergência de um processo de libertação dos discursos de opressão através das técnicas do governo e cuidado de si, da política de ocupar-se consigo mesmo e dos cuidados que deve ter com seu próprio ser.

A genealogia da ética foucaultiana não se define nem pelos códigos morais impostos, nem tão pouco pela valoração das condutas em si, mas pela própria ética como constitutivo da moral, pois é pela ética que se pode identificar o real comportamento do agente, na maneira

como conduz se a si mesmo diante destas regras de comportamento impostas. Para Foucault, a moral, enquanto elemento constitutivo da ética, é a maneira pela qual os indivíduos são transformados no seu modo de ser pelo exame de si (FOUCAULT, 2014). Desta forma, o empoderamento feminino instrumentaliza as mulheres com discursos de valorização de suas potencialidades, mas também, percebendo-se como seres de identidades múltiplas, pois a mulher atual não precisa executar todas as demandas que lhes são impostas e isso não deve ser motivo de culpa ou fracasso. Ela se percebe num espaço de possibilidades, ou seja, a mulher pode ‘ser’ e ‘estar’ em ambientes por escolha e não por imposição, sem que estas escolhas sejam julgadas ou delimitadas pela sua condição de mulher.

No mesmo sentido, Candiottto (2013, p. 220), nos aponta que vários elementos se associam para definir determinadas regras de conduta da moral, sendo:

[...] a moralidade dos comportamentos, que é a conduta que se pode medir por aquelas regras e a ética, caracterizada pelas modalidades de relação consigo estabelecidas pelo sujeito moral quando segue uma ou outra regra. Se de um lado a ética, compreendida neste sentido peculiar, é praticamente ignorada, por outro, prevalece a ambiguidade em torno da definição de moral, uma vez que ela oscila entre sua identificação com o código moral e sua equivalência à moralidade dos comportamentos.

A conduta ética possibilita que o sujeito se reconheça como sujeito moral, subjetivado pelos códigos (regras) de seu tempo e estabelece seu modo de agir (governar-se) a partir dos enunciados (normas) que possibilitam sua conduta individual. Para Foucault (2004), o governo de si pela razão e pelas práticas de liberdade são fundante do sujeito moderno, que é construído historicamente pelos jogos de saberes que o subjetiva numa intrínseca dualidade, pois é ao mesmo tempo um sujeito que conhece a si e enuncia uma verdade de si e o outro que é objeto, sobre o qual a verdade é produzida, ou seja, é constantemente objetivado e subjetivado pelos enunciados que circulam em seu contexto social. Para Prado Filho (2017, p. 313)

A genealogia deve ser entendida centralmente como método de análise de práticas microfísicas, de relações moleculares e de produção de corpos concretos, proposto como ferramenta e instrumento para o esboço de uma história do presente, que possibilita, em última instância, uma crítica e a transformação do nosso mundo e daquilo que somos.

Na cultura grega, segundo Foucault (1995), predominava o domínio ativo do sujeito entre o governo de si e o governo dos outros, promovendo a indissociabilidade entre a ética e a política, a cultura romana foi marcada pela experiência do cuidado de si onde este sujeito também ativo promovia a longevidade e o acesso a sabedoria, já na experiência reativa,

característica da cultura cristã, o cuidado de si era centrado nas práticas de confissão e interiorização. Para Prado Filho (2018), a ética moderna dos sujeitos contemporâneos se constitui das experiências de todas as vivências anteriores:

Vale ressaltar a complexidade da experiência ética moderna que engloba elementos de todas as experiências antecedentes – da estética da existência grega, do cuidado de si romano e da hermenêutica confessional cristã – além de introduzir suas próprias invenções: o racionalismo cartesiano, o utilitarismo e o produtivismo capitalista, o individualismo liberal, a moral burguesa, a heteronormatividade sexual, os elementos constitutivos da cultura e da subjetividade moderna. (PRADO FILHO, 2018, p. 94)

O sujeito contemporâneo está em constante produção da estetização da subjetividade, seja pelo cuidado e produção de si mesmo, ou pelas práticas de resistência aos dispositivos de poder que os atravessam. O contexto histórico no qual esse sujeito está inserido é determinante para as práticas de subjetivação e objetivação que envolvem os jogos de saber/poder que o constituem. Para Prado Filho (2018), o século XXI produziu novas tecnologias para categorizar e normatizar estes corpos, principalmente em relação à produção dessa subjetividade. Neste sentido, as redes sociais e a intrínseca rede de divulgação de fatos e notícias compõem um dispositivo de poder de dupla função, pois ao mesmo tempo que promove novos conhecimentos acerca de determinado conteúdo, também age como moderno panóptico das práticas de conduta, punindo e encarcerando determinados comportamentos.

No entanto, são os dispositivos de comunicação modernos, principalmente as redes sociais, que fomentam e promovem as novas práticas de constituição identitária, em especial no que tange os discursos de transgressão e resistência, possibilitando a constituição de um sujeito ativo/reactivo de si mesmo, pois é possível perceber a subjetividade na produção destes corpos, impondo disciplinas e normas de condutas onde ao mesmo tempo se produz e se conduz.

O governo de si e do outro, a vigilância, a confissão, a regulação de condutas e, ainda mais recente, a normatização das possibilidades discursivas são práticas de subjetivação comuns que se desenvolvem sob diferentes vetores de força, podendo se propagar nas transformações de si mesmo ou no exercício de liberdade e linhas de fuga. As redes de comunicação proporcionam visibilidade e condições de produção de enunciados que circulam rapidamente pela sociedade operando identidades, assim como também estabelece igualdades e diferenças, numa diversidade de relações destes sujeitos com a pluralidade, efeito notório da sociedade de controle.

Deleuze (1992) avança no conceito de sociedade disciplinar foucaultiana para a sociedade de controle ao demonstrar que atualmente abandonamos as formas de

encarceramento interno para um controle contínuo e aberto. Para o autor, a sociedade de controle surge justamente da combinação de disciplina e biopolítica, e se apropria da capacidade de produzirmos diferenciação e singularidades na integração de múltiplos corpos, mas atravessados pelas mesmas linhas de captura. As novas redes de enunciados são marcadas pela desterritorialidade, o território não é mais real, mas virtual, produz individualidades confinadas em espaço abertos de pertencimento e/ou exclusão entre as igualdades e as diferenças, dando visibilidade e enunciabilidade a uma gama infinita de grupos identitários, produto final deste processo de controle, onde cada um é vigia de si e dos outros. Para Ribeiro (2017, p. 57), “Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder”.

A vigilância permanente é instituída em todas as esferas sociais, uma espécie de confinamento que é público e privado, mas a subjetividade ainda está vinculada às instituições, pois o aspecto disciplinar, para Deleuze (1992), não desapareceu, apenas mudou seus procedimentos, a disciplina é diluída, invisível e contínua. Todos podem vigiar e ser vigiados e os espaços públicos se tornaram permanentes panópticos morais. Na sociedade de controle o poder é líquido e diligente, a disciplina é determinada virtualmente e a submissão é espontânea. Assim o sujeito é objetivado por esses códigos e nele estabelece seu modo de agir e governar-se, produzindo enunciados normativos de sua própria subjetividade.

As técnicas de disciplinarização do corpo e da conduta da mulher são amplamente amparadas por várias áreas do saber, como podemos observar na imagem 16, o empoderamento fornece uma rede discursiva para mitigação das disparidades sociais e econômicas baseadas no gênero:



Figura 16 ¹⁰¹

Trata-se, portanto, de um processo de disciplinarização do corpo. Sobre esse aspecto, o poder disciplinar se exerce na forma de técnicas e mecanismos que possibilitam o controle do corpo por meio das sujeições dos indivíduos a uma norma social (FOUCAULT, 2019). O biopoder segundo Foucault (2019) é uma técnica específica de exercício do poder do Estado moderno concretizado pela individualização e totalização dos sujeitos a partir das práticas disciplinares que regula o corpo da população pela gestão biológica da espécie humana. As técnicas de disciplina fabricam os indivíduos, pois “ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (Foucault, 2014 p. 167). É um efeito de poder que tem a função de adestrar os corpos numa multiplicidade de elementos individuais, “pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéricas, segmentos combinatórios” (Idem, p. 167).

O poder advém da articulação de uma rede de saberes promovidos por diversos segmentos da sociedade, que apoiadas por diferentes instituições, moldam a maneira de se constituir e se relacionar com o corpo. Para Foucault (2008), essa rede de saberes é constituída por uma textura histórica que só pode ser compreendida se associada às relações de poder que transpassam a produção dos efeitos de verdades que lhes são intrínsecas. Os movimentos de empoderamento feminino produziram intensas mudanças sociais, econômicas e políticas nas primeiras décadas do século XXI, apoiadas principalmente pelos avanços tecnológicos e

¹⁰¹ "Princípios para o empoderamento econômico feminino", da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres e Pacto Global. Disponível em: olhape.com.br/economia/onu-empoderar-a-mulher-e-lucrativo/20207/ Acesso em 27/07/2021

científicos que possibilitaram a emergência de novos modos de subjetivação, que são produzidos e disseminados pelo próprio movimento. Os sujeitos feministas ainda estão submetidos à ação do poder e do controle governamental, mas eles já não são mais tão facilmente capturáveis pelos limites institucionais tradicionais, pois estão transformados pelos discursos de empoderamento e suas técnicas de poder disciplinar.

Para esse tipo de arranjo social, Deleuze (1992) propõe o termo “sociedade de controle”, uma vez que o controle não opera através do confinamento, mas por meio da vigilância contínua da comunicação instantânea. Na sociedade de controle, pressupõe-se a construção de um corpo individual, não por meio de técnicas disciplinares, mas através do controle que se baseia nos modelos de empresa e capital, onde o sujeito difunde-se em instituição para alcançar as metas erigidas pela sociedade. As técnicas de disciplinarização da meritocracia é um exemplo contemporâneo de controle dos corpos que buscam promover a autonomia das classes marginalizadas através do esforço individual e do autoconhecimento. Neste viés o empoderamento feminino é amplamente capturado pelas práticas neoliberais ao colaborar com a ideia de que a liberdade está associada à independência financeira e ao sucesso. Na sociedade de controle contemporânea, essa produção de “tecnologia do eu” ou ‘artes de viver’ são ferramentas básicas de controle da vida, procedimentos acerca dos sujeitos que, por meio das redes de informações amplamente disponíveis atualmente, produzem-se normas segundo as demandas do mercado, aos quais os sujeitos buscam adequar-se (DELEUZE, 1992).

A pauta do empreendedorismo feminino tem colaborado com o conceito de igualdade de gênero para eliminar as disparidades sociais entre homens e mulheres, atribuindo a emancipação da mulher importante elemento para a promoção da liberdade e da autonomia. Tanto que as Nações Unidas instituíram o dia 19 de novembro como o ‘Dia Internacional do Empreendedorismo Feminino’, que em parceria com diversas instituições globais, buscam incentivar às mulheres que criam e comandam seus próprios negócios. Essas instituições promovem um verdadeiro movimento de incentivo e participação para as mulheres conduzirem suas carreiras como um projeto profissional, gerenciarem seu próprio negócio e promoverem lideranças femininas no mercado de trabalho. Como podemos observar na série enunciativa abaixo:

1. “Como mulher preta e mãe acredito na emancipação financeira como um dos caminhos para o enfrentamento da violência contra as mulheres” Ixchel |Freire, @onumulheresbr, 25/11/2020.
2. “Ao ocupar espaços que não foram criados para mim, posso melhorar o caminho para outras” Yasmin, negra transgênero, ocupa o cargo de Associate sucess guide para clientes da américa Latina de uma Multinacional. @marieclairebr, 30/01/2021.
3. Renata Vichi, CEO do Grupo CRM – Copenhagen e Chocolates Cacao Brasil, aumentou o faturamento da empresa de 38 milhões para 1,8 bilhão, atualmente dá palestras sobre liderança estratégica, otimização de resultados e visão de comunicação. @meusuccesso, em 16/05/2021.

4. As empresas devem mitigar as diferenças de gêneros, promovendo o diálogo com mulheres para compreender suas reais necessidades, flexibilidade de horários para conciliar a maternidade. Preservando suas potencialidades, capacidades e pluralidades. @onumulheres
5. As pautas femininas definidas pelo Senado Federal para mulheres empreendedoras têm como objetivos garantir que toda as mulheres podem ser empreendedoras e ter o próprio negócio, ser investidora, ter uma reserva emergencial e ter autonomia financeira.
6. Em 2020, foi firmado o Pacto Global da Nações Unidas pela “Equidade e prioridade”
7. A ONU estabeleceu, em 2021, o tema “mulheres na liderança: alcançando um futuro igualitário num mundo de COVID-19.”

Os discursos de empoderamento financeiro feminino têm circulado em várias instituições como forma de libertação das mulheres dos círculos de violência doméstica e da dependência dos relacionamentos abusivos. Enunciados dos ‘Princípios para o empoderamento econômico feminino’, promovidos pelo ONU Mulheres,¹⁰² se utiliza de um sistema de políticas públicas para atender as mulheres empreendedoras, além de uma rede de proteção e de direitos para mitigar as desigualdades sociais em todas as suas dimensões, principalmente como instrumentos para alcançar a meta de construção de um planeta 50-50 (igualitário) até 2030 - compromisso assumido por mais de 90 países, incluindo o Brasil, para promover a igualdade de gênero, a erradicação da pobreza e o crescimento econômico inclusivo. Apesar das mulheres contribuírem com grande parte da mão de obra produtiva, muito ainda precisa avançar para atingir o compromisso do trabalho e da remuneração igualitária entre homens e mulheres, como por exemplo a equiparação salarial, a distribuição igualitária das tarefas e do cuidado doméstico e a proteção da licença maternal.

Os enunciados sobre ‘emancipação financeira’, “enfrentamento da violência contra as mulheres”, “liderança estratégica” e “mulheres na liderança” promovem uma rede discursiva sobre a necessidade de envolver as mulheres nas tomadas de decisões dos espaços que ocupam. Os discursos de empoderamento possibilitam que as mulheres ocupem postos e lugares anteriormente apenas assumidos por homens, como lideranças, gerenciamento e ainda, o controle do próprio negócio. Esses campos associados sobre empoderamento feminino econômico compõem a constituição dos sujeitos femininos empoderados, que subjetivados pelos discursos de independência econômica, buscam transgredir os limites impostos pelas questões de gêneros para promoverem ambientes livres da opressão e da submissão.

Assim, o controle é mantido pela articulação destes saberes que possibilitam a emergência de uma identidade possível, é pelo caráter produtivo, e não tanto repressivo, que o poder produz e incita, antes de reprimir ou interditar, condutas individuais e coletivas. Na sociedade de controle, as instituições que visam à disciplinarização não possuem um limite

¹⁰² Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/onu-empoderar-a-mulher-e-lucrativo/20207/>. Acesso em 05/08/2021

exclusivamente delimitado, elas se entrecruzam, convivem mutuamente com diferentes formas de controle social, e nem sempre é possível detectar as formas de poder que disciplinam os sujeitos feministas. Desta forma, o controle disciplinar também incide sobre os corpos femininos e LGBTQIAP+, principalmente, na produção da diferenciação das múltiplas identidades que os discursos de gêneros possibilitam. Esse controle é facilmente percebido quando constatamos a infinita gama de produtos e serviços destinados ao público feminino e ao Pink Money.¹⁰³ Dessa forma, compreendemos que a composição dos modos de subjetivação se constitui pela valorização de determinados modos de ser e que as formas de controle são empregadas para capturar sujeitos, e se implementam não apenas pelo controle do corpo, mas buscam, também, capturar as subjetividades e os desejos desses sujeitos.

3.3-Construções Identitárias: Corpo Feminino e LGBTQIAP+

As discussões promovidas pelo empoderamento como dispositivo de poder nos possibilita apontá-lo, também, como um dispositivo de poder disciplinar a partir das relações de produção da subjetividade e técnicas de governo de si, pois submete o corpo a um discurso normativo ao mesmo tempo que produz práticas de resistência, capaz de criar espaços de liberdade. A genealogia proposta por Foucault (2008) é essencialmente “histórias do corpo” ao questionar os processos de normatização do comportamento dos sujeitos em determinado tempo e categorizá-los em determinados padrões, tais como a sexualidade, a insanidade e a criminalidade. A compreensão de corpo implicado nas relações discursivas de poder/saber interliga de forma eficaz os processos de normatização de condutas e comportamentos. O poder moderno opera estratégias de normatização através de determinados discursos que funcionam como produtores de verdades, que segundo Foucault:

[...] essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros tem que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos. (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Os sujeitos implicados nessa relação de produção da subjetividade ressignificam suas condutas e sujeitam-se a esse poder à medida que seus interesses se tornam mecanismos de experimentação e de ‘transformações possíveis’ para uma nova existência. O poder fabrica suas

¹⁰³ Pink Money é o termo usado para descrever o poder de compra das comunidades LGBTQIAP+ e potencial de consumo de diversos produtos e serviços.

engrenagens estratégicas mediante a cultura e os costumes, as instituições e os indivíduos, produzindo um tipo de conhecimento que só pode existir com determinados arranjos de saberes. O empoderamento é uma materialidade discursiva que produz mecanismos de constituição identitária, pois promove enunciados que rompem com a opressão das tradicionais hierarquias dominantes.

Para Berth (2019), é preciso pensar o poder a partir de uma ação coletiva articulada de indivíduos e grupos para a autoafirmação, autovalorização e autoconhecimento de si mesmo e suas habilidades. O prefixo ‘auto’ indica que os processos de empoderamento, embora recebam estímulos externos, é um despertar interno de potencialidades e de estratégias de enfrentamento das práticas de dominação do sistema patriarcal. Para a autora:

O empoderamento consiste em quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade, psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência de poder e a capacidade de se organizar e mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). (BERTH, 2019, p. 32)

Enquanto dispositivo de poder, o empoderamento feminino estabelece um conjunto de enunciados dispersos para isolar um problema específico, a questão das desigualdades sociais promovidas pela dominação hetero(cis)normativa. É possível identificar os elementos de regularidade dos discursos de empoderamento através de várias instituições, leis e enunciados científicos que contribuem para a construção de um dispositivo de poder, que a partir das práticas de saber, poder e subjetivação atua como uma ferramenta multilinear para alicerçar a constituição de um sujeito específico.

Buscamos assim, alicerçados pelos conceitos de empoderamento propostos por Berth (2019) e suas dimensões operárias, aliados às condições específicas de se falar da constituição identitárias dos sujeitos femininos e LGBTQIAP+ que foram possibilitadas pelos dispositivos de poder, visibilizar os jogos estratégicos de poder e de fixação de subjetividades que remeteram a criação de novas enunciabilidades e a produção de identidades outras.

Os saberes promovidos pelas linhas de subjetivação, que produz a subjetividade dos sujeitos feminino e LGBTQIAP+, e as linhas de ruptura, que produzem os discursos de transgressão, que emergirem do dispositivo de empoderamento, são condições primordiais para a constituição de uma sociedade não binária, baseada na compreensão de que sexo e gêneros são construções sociais passíveis de transformações.

Apresentaremos a seguir as séries enunciativas que emergiram em diferentes áreas do conhecimento e possibilitaram a fixação do empoderamento enquanto dispositivo de poder contemporâneo que promoveram saberes e ressignificações de sentidos dos discursos sobre diversidade de gênero e romperam com a dominação e a dependência dos grupos periféricos e marginalizados.

Para Fernandes Junior:

[...] o poder integra relações, é uma forma de conduzir e moldar condutas, o que recai na produção da subjetividade”, pois controla os enunciados que circulam em campos específicos do saber, “voltadas para a condução das condutas e a produção coletiva da subjetividade, visando a mudança socioculturais”. (FERNANDES JUNIOR, 2011, p. 13)

Para demonstrar os regimes de enunciabilidade que constituem o dispositivo de empoderamento, recortamos as seguintes sequências enunciativas retiradas das mídias sociais, em especial o instagram, uma vez que essa plataforma discursiva se democratizou como ferramenta eficaz para a visibilização de conceitos e fatos recorrentes da vida contemporânea, e dentre eles, o empoderamento feminino e suas condições de possibilidade para a emergência dos discursos de igualdade e diversidade de gênero.

1. “Esse país é de todas, todos e todes: o que levantamos há mais de cinco décadas é a bandeira pelo direito de existir”.¹⁰⁴
2. Mulheres exigem espaço no debate LGBTQIAP+¹⁰⁵
3. “A questão racial está mais presente na vida das pessoas. O empoderamento feminino também”¹⁰⁶
4. “Até que enfim! Victoria’s Secret troca ‘angels’ por time de mulheres empoderadas”¹⁰⁷
5. “Nosso trabalho é dobrado por haver uma estrutura social que legitima nossa identidade”¹⁰⁸
6. “Reconhecemos as mulheres em toda a sua diversidade”¹⁰⁹

A atuação dos movimentos de empoderamento feminino oportunizou às mulheres, em sua multiplicidade de vivências, a liberdade de exercer o seu direito de participação política e social na busca por reconhecimento, igualdade e diversidade. Promovendo uma ação coletiva de tomada de consciência, as mulheres vêm atuando em instâncias institucionalizadas para a construção de políticas públicas que atendam suas demandas por direitos e mudanças sociais.

¹⁰⁴ Carlos Tufvesson, coordenador executivo de diversidade sexual na prefeitura do Rio de Janeiro

¹⁰⁵ @projetocelina, a jornalista @t.hayzz, em 29/06/2021

¹⁰⁶ Célia Regina Miranda Dalla Coletta de Matos, foi a primeira mulher (e negra) a entrar na Academia de Culinária da Franca em 2016.

¹⁰⁷ @projetocelina, 20/06/2021.

¹⁰⁸ Duda Salabert, Vereadora trans, eleita pelo PDT/MG

¹⁰⁹ @onumulheresbr, 30/06/2021, em Geração Igualdade, um encontro global para a igualdade de gênero

Para falarem abertamente das questões de sexo e gênero, os movimentos feministas se submeteram a processos constantes de diferenciação, pois ao compartilharem experiências reconhecem o que tem em comum e vão construindo, assim, uma identidade coletiva. As discussões a partir da perspectiva de gênero busca modificar as desigualdades sociais que através do princípio da igualdade de direitos em relação aos homens possibilitou ações coletivas derivadas, mesmo que posições igualitárias tivessem significados distintos para diferentes grupos.

Enunciados como “debate LGBTQIAP+”, “identidade”, “diversidade” e emprego da linguagem neutra como “todes”, asseguram o reconhecimento das demandas específicas das mulheres e dos grupos LGBTQIAP+ dentro dos movimentos de resistência, como os feministas e LGBTQIAP+, e possibilita a emergência de outras vertentes dentro destes próprios movimentos. Grupos distintos buscam se reconhecer pelos processos de identidade e procuram formas de se organizarem a partir de classe social, raça e orientação sexual a qual pertencem. Desta mesma forma, o feminismo interseccional parte do pressuposto de que além das opressões de gênero existem outros fatores que oprimem grupos de mulheres, e é uma vertente que se posiciona levando em consideração raça, classe, gênero e vem sendo reivindicado por mulheres lésbicas, negras e indígenas para chamarem a atenção para a intersecção das opressões que vivenciam.

Nesta demanda discursiva, O feminismo negro, segundo Ribeiro (2017), surge da concepção de que a mulher negra sofre também com o racismo e promove discussões sobre os direitos das mulheres negras relacionadas tanto às questões da mulher quanto da questão racial. O feminismo negro inclui pautas como o genocídio da juventude negra, preconceito contra religiões de matrizes africanas, apropriação cultural e estéticas próprias da condição das mulheres negras. O empoderamento no movimento feminista negro possibilitou condições de produção de uma estética de existência pautadas nas condições deste grupo e suas particularidades identitárias.

O reconhecimento de políticas específicas para o corpo da mulher negra possibilita ainda a criação de movimentos específicos e locais para atender as necessidades urgentes de destas mulheres em vários lugares do mundo. Como, por exemplo, o movimento AfroResistance, uma organização que se centra na Diáspora Negra da região da América Latina e do Caribe e parte da posição de que as mulheres e meninas negras têm direitos humanos fundamentais e que todas as estruturas, instituições e práticas que existem para negar esses

direitos devem ser direcionadas e desmanteladas por meio de nossos próprios esforços no relacionamento e na solidariedade com organizações e indivíduos aliados.

O movimento negro ainda postula direito a identidade afrodescendente, que é uma redefinição das diferentes construções identitárias que propõe contextos sociais específicos e devem ser pensadas em uma perspectiva relacional, ou seja, resultantes das relações que surgem das vivências dos atores sociais. Essa abordagem de construção identitária da mulher negra desloca-se do campo conceitual para o político, pois a identidade é definida como um jogo simbólico, cuja eficácia depende do manejo de elementos culturais. São elementos culturais específicos deste movimento enunciados como: transição capilar, racismo estrutural, diáspora negra, colorismo, Black Money e apropriação cultural. Dados divulgados pelo IBGE (2019) apontam que a média mensal de brancos ainda é 55% maior que de negros e mulheres negras são ainda mais afetadas, recebendo em média menos da metade dos salários de homens brancos.

Foucault (1999) nos oferece um importante investigação sobre as práticas políticas da sexualidade, em especial, como as estratégias de poder classificam e hierarquizam os discursos sobre normalidade ou desvio para produzir formas de existência, mas é, também, pela sexualidade que as classes marginalizadas fogem da captura deste dispositivo e constituem novas subjetividade. Para Butler (2019), a sexualidade e o gênero são as bases para as relações entre vida e política, entre os corpos e as vidas dignas, que valem a pena ser vividas e que são incentivadas e protegidas. A investigação das vidas infames possibilita a produção dos saberes sobre os grupos periféricos e suas condições de existência e deles emergem novas reivindicações e problematização do poder constituído.

É pela investigação destas formas de existência que surgem os movimentos do feminismo lésbico e transfeminismo, que buscam chamar a atenção para as várias opressões que se intersectam e produzem situações de violações específicas. O movimento lésbico¹¹⁰ surgiu da necessidade das mulheres lésbicas e transsexuais não se sentirem representadas nem pelo movimento feminista e nem pelo movimento LGBT e compreenderam a necessidade de se organizarem para reivindicar suas pautas específicas e reivindicar mudanças significativas da opressão enraizada tanto no machismo quanto na LBGTfobia. Dentre as principais demandas apresentadas pelo movimento, estão a prevenção ao abuso de álcool e drogas, prevenção e tratamento da obesidade mórbida, reconhecimento do casal como família por parte do Programa

¹¹⁰ FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. **Movimentos feminista, negro e lgbti no brasil: sujeitos, teias e enquadramentos**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dpGVh8qs3KhmR8pbSkY7Rvx/?lang=pt>

de Saúde da Família, prevenção e tratamento de ISTs, prevenção e tratamento de cânceres, especialmente de colo de útero e mama, presença da companheira no parto e prevenção e combate à violência entre casais de mulheres.

O preconceito deslegitima as pautas das mulheres lésbicas e da comunidade LGBTQIAP+ no acesso às políticas públicas, o discurso conservador abre precedentes para o aumento da violência contra esses corpos nos espaços públicos. E esse tipo de violência direcionada às lésbicas é conhecido como lesbocídio e se caracteriza pelo assassinato de uma mulher motivado pela sua orientação sexual lésbica. Por mais que ambos tenham como alvo as mulheres, o lesbocídio e o feminicídio são crimes distintos, pois o lesbocídio não é somente um ato de machismo, como o feminicídio onde uma mulher é morta em decorrência de seu gênero, mas também de LGBTfobia. Ou seja, sua condição de interseccionalidade de gênero e orientação sexual sujeita estas mulheres a um tipo distinto de violência. Para Franceschini:

Esses sujeitos em suas ações cotidianas, são como pontos de visibilidade tocados pela luz em um dispositivo de resistência à hetero(cis)normatividade, ocupando, neste regime discursivo, diferentes posições-sujeitos que lhes autorizam enunciar sobre as existências infames, suas próprias existências tão duramente rechaçadas pelo conservadorismo. (FRANCESCHINI, 2020, p. 230)

Na busca por igualdade de gênero os movimentos LGBTQIAP+ têm intensificado suas lutas para legitimar suas condições e necessidades específicas de vivência. E como resultado deste engajamento político, muitas normas legais têm sido implantadas para a promoção da dignidade e dos direitos LGBTQIAP+. Em 2016¹¹¹, 576 casais formados pelo mesmo sexo registraram união estável em todo país, em 2020 este número saltou para 2.125 casos, um aumento de 269% que se tornou possível a partir do reconhecimento da união estável e do casamento homoafetivo desde 2010. O registro oficial da união pode ser feito diretamente nos cartórios, sem necessidade de ações judiciais.

Outra vertente dos movimentos feministas é o Feminismo indígena, que apesar de ser uma pauta pouco frequente nos discursos de empoderamento, é de importantíssima urgência legitimar direitos das indígenas brasileiras, pois é fundamental conhecer e apoiar as demandas propostas pelas mulheres indígenas, além de apoiar seus discursos de resistência e luta por igualdade. O movimento de mulheres indígenas começou a ser organizado no Brasil na década de 70 e 80 e não era algo institucionalizado, eram mulheres ganhando voz dentro do movimento

¹¹¹ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/dez-anos-apos-stf-reconhecer-uniao-estavel-de-casais-gays-conheca-historias-de-casamentos-homoafetivos-25009812.html>

indígena e levantando questões relacionadas à gênero. Em 2000, na Assembléia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)¹¹², em Santarém, Pará, foi reivindicada a criação de um espaço específico para as demandas das mulheres indígenas.

A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo¹¹³, a discriminação racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, postulada no Plano de Ação de Dublin incita os Estados a trabalharem com os povos indígenas para estabelecerem e implementarem programas que promovam o acesso a capacitação e a serviços que possam beneficiar o desenvolvimento destas comunidades.

Em um relatório da ONU, de 2013¹¹⁴, mostra que a violência contra as indígenas é intensificada pelo histórico de dominação colonial, exclusão política e econômica e a falta de serviços básicos. Enfrentam ainda negligência, exploração, tráfico humano, trabalho forçado e escravo. Além das diversas violências externas, incluindo estupro e exploração sexual, as mulheres e meninas indígenas enfrentam problemas dentro das próprias comunidades, como violência doméstica, e violências resultantes de hábitos externos introduzidos nas aldeias, como o abuso do álcool.

Os discursos sobre empoderamento articulam o saber-poder e uma série de estratégias discursivas que produzem efeitos diferentes segundo quem fala, pois o discurso é ao mesmo tempo efeito de verdade e poder. Para Foucault (1999, p. 95), “É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e feito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”. Desta forma, foram as lutas políticas que possibilitaram a emergência do objeto de empoderamento, pois são os processos reais de direito à vida, ao corpo, à saúde e à felicidade que instauram novos procedimentos de poder, deslocam o conhecimento e distribuem a norma em determinado momento histórico.

Dentro desta perspectiva, o empoderamento enquanto dispositivo de poder procura assegurar o protagonismo feminino como forma de manutenção dos enunciados de autonomia, promovendo as mulheres à personagens principais de suas vidas e dos lugares onde atuam. É pela liderança de suas ações que chegam onde desejam, segundo seus desejos e tomada de decisão. O “lugar de fala” é um conceito que aparece com frequência entre os militantes de

¹¹² Disponível em: <https://coiab.org.br/>

¹¹³ Idem

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conheca-um-pouco-sobre-feminismo-indigena-no-brasil-e-sua-importancia/>

movimentos feministas, negros ou LGBTQIAP+ e, segundo Ribeiro (2017), representa a busca pelo fim da mediação: a pessoa que sofre preconceito fala por si, como protagonista da própria luta e movimento. É um mecanismo de rompimento do silenciamento das classes marginalizadas e tem sido utilizado por grupos que historicamente têm menos espaço para falar. Os lugares de fala legitimam os discursos, ou sejam os negros falam sobre o racismo, as mulheres sobre o feminismo e os transexuais sobre a transfobia. Para Ribeiro (2017, 32) “As reflexões geradas nessas perspectivas, conseqüentemente, foram sendo moldadas no seio dos movimentos sociais. [...] como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva”.

Os dispositivos produzem em suas linhas de rupturas os discursos de transgressão e resistência a partir do qual questionam as normas impostas. Nos dispositivos de poder, essas linhas se bifurcam e produzem novas configurações de saberes e modos de subjetivação específicos, mas também, formas singulares de resistência e de fuga. O dispositivo não é uma estrutura fechada, cujos elementos estão previamente dados, mas é antes de tudo da ordem do imprevisível, do acontecimento. Um dispositivo é sempre um ponto de partida para a constituição de outros dispositivos, principalmente pela resignificação de enunciados estabelecidos e pela possibilidade de construir novas formas de existências.

Assim, as discussões propostas pelo empoderamento feminino para promoção da igualdade de gênero dos movimentos feministas possibilitaram a emergência dos enunciados de diversidade de gênero nos movimentos homossexuais. Essas novas discursividades sobre gênero constituído socialmente inauguraram uma pluralidade de identidades, que desvinculadas do formalismo biológico, desmantelaram os discursos binários de gênero. Os processos de subjetivação que constituíram e categorizaram a diversidade de gênero também possibilitaram a emergência dos discursos de não binariedade, que é a recusa de determinados sujeitos de se encaixarem em um padrão específico de sexualidade

O termo não-binário refere-se aos sujeitos que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente, o que significa que sua identidade de gênero e expressão de gênero não são limitadas ao masculino e feminino. Elas são chamadas também de *genderqueer*, e se caracterizam tanto na ausência de gênero quanto na mistura entre os gêneros masculinos e femininos. “Não-binário”, “genderqueer” e “gênero não-conformista” são algumas das formas mais comuns das pessoas fora do binário de gênero se identificarem. Dentro da mesma discursividade, podemos incluir “terceiro gênero”, “gênero fluído”, “dois espíritos”, “pangênero” e “agênero” – cada uma com suas próprias inflexões. Ainda podemos incluir nesta

serra de enunciados o gênero neutro¹¹⁵, que é um conceito adotado pela ONU, para as "pessoas que nascem com características sexuais que não se encaixam nas definições típicas do sexo masculino e feminino". Esse aspecto de neutralidade do gênero possibilitou a emergência de um movimento discursivo não sexista, ou linguagem neutra, para promover a inclusão de todas as novas diversidades de gêneros, além de eliminar o viés discriminatório e preconceituoso de um discurso que se constituiu sob os domínios da sociedade machista e patriarcal. Assim é cada vez mais comum nos depararmos com uma nova constituição linguística de enunciados como “amigxs”, “tod@s” ou “todes” para se referir a um grupo diverso de pessoas. Assim como o dispositivo da sexualidade proposto por Foucault (1999), o dispositivo de empoderamento deve ser sempre pensado a partir das técnicas de poder que lhes são contemporâneas, cujas as diferentes estratégias fazem surgir a igualdade e a diversidade de gêneros que organizam e capturam os corpos em sua subjetividade, ao mesmo tempo que se constitui e se conduz por ela.

¹¹⁵ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/np6zGkghWLVbmLtdj3McywJ/?lang=pt&format=pdf>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que os discursos de empoderamento tomaram, nos últimos tempos, proporções globalizantes ao propor um conjunto de normas capazes de instrumentalizar as pessoas a agir de forma proativa nas soluções de problemas, tanto pessoais quanto locais e mundiais. A emergência deste enunciado vem sendo ressignificado ao longo da história e culmina no século XXI com a necessidade de legitimar a fluidez de uma sociedade plural e diversificada em todas as suas vertentes. Os processos de produção de saberes proporcionados pelo desenvolvimento das ciências aliadas às tecnologias das plataformas digitais de comunicação foram campos férteis para a propagação e disseminação de informações e eliminaram as barreiras hierárquicas da produção do conhecimento que tradicionalmente impunham regras de subordinação e dependências entre as classes sociais.

É fato também que a sociedade contemporânea foi constituída pelas regulações do dispositivo da sexualidade que emergiram no século XVIII, subjetivando os sujeitos que nela vivem, normatizando suas necessidades, desejos e possibilidades, além de produzir toda uma técnica de poder de enclausuramento do sexo, ao mesmo tempo que visibilizava o jogo de lícito e ilícito que lançaram luzes para a emergência dos discursos de transgressões. Essa técnica de poder do sexo constituiu quem somos hoje, sujeitos binários, presos aos processos de padronização biológica de gênero e subvertido a um domínio machista para captação e manutenção dos privilégios de uma classe hete(cis)ronormativa. Esse sujeito constituído historicamente por esses jogos de poder e saber que normatizaram as práticas de regulação e controle do corpo atrela a divisão de gêneros apoiadas unicamente aos órgãos sexuais, e sedimentaram os efeitos de verdade deste dispositivo da sexualidade

Também é fato, que as lutas feministas foram as grandes precursoras das mudanças sociais e políticas que garantiram a inclusão da igualdade e da diversidade de gêneros nas pautas discursivas, possibilitando a emergências de novas formas de existências e constituindo a pluralidade identitária atual que modificaram completamente as condutas socialmente aceitáveis. Os discursos de empoderamento, enquanto cuidado de si, permitiram uma tomada de decisão individual e coletiva e asseguraram a ruptura do poder patriarcal opressivo. O empoderamento, enquanto ferramenta discursiva, constituiu um tratado de condutas e práticas que promoveu os discursos sobre igualdade entre homens e mulheres em todos os segmentos

da sociedade, principalmente através de políticas de conscientização sobre gênero que fortaleceram e ampliaram as ações políticas para a igualdade de direitos.

Assim, diante de tais premissas, podemos confirmar que o empoderamento se constitui como um dispositivo de poder, pois através dos processos de objetivação e subjetivação, produz formas outras de subjetividade, possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade pela ética e pelo cuidado de si, ao mesmo tempo que materializam enunciados de resistência aos discursos hetero(cis)normativos sobre sexualidade, sexo e gênero, e que foram, pelos discursos de transgressão, ressignificados pelo movimento LGBTQIAP+ e possibilitaram condições de produção dos enunciados sobre igualdade e diversidade de gênero. O empoderamento promoveu a constituição de sujeitos ativos/reativos de si mesmo, no qual é possível identificar uma produção da subjetividade nestes corpos, impondo disciplinas e normas de condutas, ao mesmo tempo que se produz e se conduz.

E, por fim, embasados pelos conceitos teóricos de Foucault, para quem o dispositivo relaciona-se com o poder, e Deleuze, e sua relação com a historicidade e os regimes de enunciação e dizibilidade, podemos vislumbrar a meta mais ambiciosa deste projeto: a constituição de um novo dispositivo de poder que emergiu a partir dos enunciados de empoderamento e aqui denominado, por nós, de dispositivo de empoderamento. Mas diferente do dispositivo da sexualidade que articulava o silenciamento do sexo e o comportamento hetero(cis)normativo, o dispositivo de empoderamento promove a diversidade sexual e a liberdade de escolhas proporcionada por uma sociedade heterogênea, tendo como princípio estabelecer a equidade entre os diferentes grupos que a constitui.

Enquanto dispositivo de poder, o empoderamento cumpre com a capacidade de determinar, interceptar e controlar as condutas e os discursos dos sujeitos capturados por ele. Assim, possibilitou ressignificar os valores e experiências das práticas afetivas, sexuais e sociais como estratégias de produção de enunciados que se articularam em torno da constituição identitária dos sujeitos feministas e LGBTQIPA+. A ampla enunciabilidade do discurso de empoderamento em vários campos do saber para promoção de novas subjetividades, formam os primeiros princípios para se pensá-lo como um dispositivo, visto que o enunciado foi abundantemente empregado como ideia de autonomia e emancipação que engloba práticas políticas, econômicas e sociais e funcionam como uma estratégia de poder ao viabilizar novas formas de condutas, estabelecendo novas identidades de gêneros legítimas e normais.

O dispositivo de empoderamento também cumpre com as linhas de forças e atravessam um território específico de controle, possibilitando a emergência de uma rede enunciativa sobre

igualdade e diversidade de gêneros, isto é, são as linhas de poder e saber que delimitam espaços de constituição do próprio dispositivo e possibilitam os deslocamentos de força para atuar sobre a subjetividade dos sujeitos feministas e LGBTQIAP+. O empoderamento constitui-se como uma ferramenta para as práticas discursivas de poder e resistência aos discursos hetero(cis)normativos e de enfrentamentos constantes para mitigarem a desigualdade de gêneros. Ele institui uma forma de compreender as relações sociais a partir das relações desenvolvidas entre os sujeitos, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, de cor ou raças distintas, pressupondo sempre que o princípio da igualdade e da liberdade é um direito de todos e deve estar acima dos interesses de uma classe socialmente dominante, pois é preciso pensar a existência a partir dos processos de construção identitárias inclusivas e livre de preconceitos.

E, por último, cumpre também com as linhas de subjetivação, condição que permite aos sujeitos a constituição de novos saberes e os conduzem ao deslocamento do poder. Os discursos de resistência que emergiram das técnicas disciplinares do dispositivo de empoderamento colocaram em evidência que sexo e gênero não são categorias prontas e estáticas, mas são práticas determinadas e impostas socialmente, e, portanto, passíveis de transformações. Como sujeitos somos continuamente constituídos pelos discursos que nos cercam, ou seja, uma construção sócio/histórica sobre os modos de sentir e experimentar o corpo, os desejos e as relações afetivas em dado momento. O dispositivo de empoderamento opera na produção da verdade sobre o gênero como construção social e com a possibilidade de subjetivação a partir das relações políticas, sociais e éticas.

As relações de forças do dispositivo de empoderamento promoveram os regimes de ruptura do dispositivo da sexualidade e possibilitaram emergir um dispositivo de poder ligado aos processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos não-binários. Essas novas identidades buscam se reconhecer como sujeito de sua experiência e das práticas discursivas do empoderamento e constituíram campos normativos específicos para as condutas de gênero diversificadas que emergiram na sociedade contemporânea. O processo de emergência do dispositivo de empoderamento, possibilitado pelos discursos de gênero dos movimentos feministas, marcaram a descontinuidade de uma identidade temporal, constituída pelos jogos das diferenças, em especial, pelos discursos de gênero enquanto construção identitária.

No entanto, resta-nos ainda apontar a que emergência(s) o dispositivo de empoderamento responde para definitivamente configurá-lo como um dispositivo de poder. Em primeiro lugar, a emergência do dispositivo de empoderamento está profundamente associada

à necessidade de atender ao desequilíbrio de condições e oportunidades de diferentes grupos sociais vulneráveis. Um dispositivo de poder que possibilitou que os sujeitos feministas e LGBTQIAP+ romperem com sua dependência em diversos setores da sociedade, principalmente o econômico e social, levando a exercer sobre si próprio e sobre o contexto opressor poder de autonomia. Os enunciados que emergiram dos discursos sobre igualdade, diversidades e tolerância possibilitaram pensar novas identidades e modificar comportamentos arraigados.

Em segundo lugar, o dispositivo de empoderamento e seus enunciados de resistência proporcionaram também a ruptura dos discursos tradicionais, assumindo as diferenças como condição básica de existência. E nesse espaço de constituição de novas e diversificadas existências que emergiram com o empoderamento não se admite o binário, pois os sujeitos que compõem essa nova sociedade são diversificados nos gêneros, nas raças e nos corpos. O dispositivo de empoderamento opera discursivamente sobre esses sujeitos, que assumem suas diferenças e reivindicam uma identidade plural, ao mesmo tempo que demarca um processo coletivo de diversidade e se reconhece em um local específico de pertencimento.

Em terceiro lugar, coube ao dispositivo de empoderamento a construção de novas possibilidades de existência, livre dos sistemas de opressão que perpetuaram as desigualdades, livre da violência institucionalizada e das práticas de controle do corpo regidas pelas desigualdades de gênero. Acima de tudo, é importante que a sociedade reconheça que as diferenças são imprescindíveis para a promoção de políticas públicas de erradicação do preconceito e da exclusão. O empoderamento busca legitimar também a igualdade de direitos e institui um processo de parceria mútua entre todas pessoas para que livre das imposições de gêneros possam desenvolver plenamente suas aptidões e desejos.

Em quarto lugar, as discussões promovidas pelo empoderamento sobre sexualidade, construção identitária de gênero, aceitação do corpo livre de estereótipos e inclusão das diversidades de gêneros possibilitaram que fossem incluídas nas pautas sociais, culturais e educacionais um amplo debate sobre a importância de ressignificar condutas tradicionalmente impostas e da necessidade de promoção do diálogo para a resolução de conflitos. Desta forma as gerações futuras terão a oportunidade de produzirem discursos desmistificados dos conceitos de dominação que instituem a violência, as desigualdades e a legitimação da exploração das classes mais vulneráveis.

E por último, podemos perceber como o dispositivo de empoderamento foi capturado pelo sistema neoliberal, que munido dos discursos sobre diversidade de gêneros busca nesta

especificidade, constituir um mercado consumidor de bens e serviços que atenda a necessidade restrita de determinados grupos identitários. Criando uma demanda diversa para captar lucros e fidelizar um consumidor ávido por produtos que visibilizem suas opções de vida. Pois nesta sociedade de vigilância permanente é importante que o corpo e um estilo de vida estejam condizentes com aquilo que se espera de um determinado grupo ou indivíduo. Ao menor deslize de atitude os sujeitos são presos pelas práticas da cultura do cancelamento, uma resignificação dos suplícios aplicados na idade média.

Desse modo, o dispositivo de empoderamento possibilita a emergência dos discursos normalizadores e normatizadores que interditarão as condutas hetero(cis)normativas e promoveram o empoderamento feminino, e pelas linhas de fractura empoderaram também as classes marginalizadas, sobretudo os LGBTQIAP+, pois é empregado para designar relações de poder e produção de regimes de verdades para conduzir de forma articulada sujeitos e grupos vulneráveis às estratégias de autoafirmação, autovalorização e autoconhecimento de si mesmo e de sua história, principalmente, na compreensão de que como sujeitos somos continuamente (re)constituídos pelos jogos de saber-poder que atuam no meio em que vivemos.

As práticas discursivas promovidas pelo dispositivo de empoderamento possibilitaram distintas construções de sentidos, agregando novos discursos aos enunciados de autonomia, ou seja, ampliou a liberdade de escolhas individuais, possibilitando poder de decisão em todos os aspectos da vida pessoal, desvinculando-se da ideia coletiva de poder centralizador e vertical que funcionava como técnica de submissão e dominação. Esta nova técnica de poder fez emergir uma renovada estrutura social e impôs formas diferentes de se pensar e agir sobre as práticas arraigadas de hierarquização, não apenas de gênero, mas de toda a sociedade. O empoderamento como dispositivos de poder é um processo de resistência e de ruptura que permite que identidades coletivas se tornem sujeitos de sua própria história.

As hipóteses e objetivos propostos por essa pesquisa se confirmam à medida que foi possível constituir uma regularidade discursiva em torno dos enunciados de empoderamento, constituindo, assim, o objeto de empoderamento feminino por nós vislumbrados. Foi possível ainda analisar as relações de poder e resistência a partir do empoderamento feminino como dispositivo de poder e os deslocamentos de enunciados que foram possibilitados sobre igualdade e diversidade de gêneros que intensificaram as lutas dos movimentos feministas e LGBTQIAP+. Desde os primeiros movimentos feministas do início do século XX, passando pelas intensas transformações impostas pelos aportes teóricos de Beauvoir e Butler, os discursos

sobre gênero e performatividade foram ressignificados e visibilizaram novas condutas e corpos que deslegitimaram os conceitos binários atrelados ao sexo biológico.

Assim, o empoderamento, em seus regimes de visibilidade e enunciabilidade, as relações de poder e saber que constitui, a produção de subjetividades pelos discursos de transgressão e deslocamentos que possibilita, autoriza se como um dispositivo de poder.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** O mistério de Ariana. Ed. Vega – passagens. Lisboa, 1996.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault**. Organização Margareth Rago e Adilton L. Martins. Dossiê Foucault. Revista aulas nº 3, 2006/2007.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>. Acesso 24/06/2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, v. I**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a.

]

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, v. II**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b.

BERTH, Joyce. **Empoderamento**. São Paulo; Pólen, 2019. In Feminismos Plurais – coordenação Djamila Ribeiro.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BROWN, Arlene. **Has anyone reading this article met a woman bass play**, International Times, London, p. 13, 27 ago. – 10 set., vol. 1, Issue: 86, 1970.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMILLOTO, Ludmilla Santos de Barros. **TRANSGENERIDADE E DIREITO DE SER: relação entre o reconhecimento de si e o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direitos**. 2019. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11487/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_TransgeneridadeDireitoSer.pdf. Acesso 20/09/2020.

COSTA, Ana Alice. **O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política**. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137> Acesso em: 07 de julho de 2020.

COSTA, Tonia; STOTZ, Eduardo Navaro; GRYNSZPAN Danielle; SOUZA Maria do Carmo Borges de. **Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução**. 2006. <https://www.scielo.org/article/icse/2006.v10n20/363-380/pt/>. Acesso 29/06/2019.

COURTINE, J-J. **O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político.** In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzato, 1999, p. 15-22.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo.** In: Michel Foucault filósofo. Barcelona: Gedisa, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DUARTE, Karinne Regis. **A constituição de um dispositivo da violência: análises dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras de 2013.** In Cartografias do contemporâneo: dispositivo, verdade e processos de subjetivação. (Org). Antônio Fernandes Junior e Bruno Franceschini. São Paulo: Intermeios; Goiânia: FAPEG, 2019.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões interlocutórias.** 2.ed. São Carlos: Claraluz. 2007.

FERNANDES JUNIOR, Antônio. **Dispositivo de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidades e poesia.** In Dispositivo de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade. (Org). Antônio Fernandes Junior e Kátia Menezes de Sousa. Coleção Labor, 2017.

FERNANDES JUNIOR, Cleudemar. **Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault.** Ledif- Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos. Uberlândia-MG: ano 2, artigo nº 1, 2011.

FRANCESCHINI, Bruno. **Cartografias do discurso: a constituição de um dispositivo do TDAH.** Universidade Federal de Uberlândia. 2017. Tese.

FRANCESCHINI, Bruno. **Movimento LGBTQ+ e resistência na contemporaneidade: pink Money, transgressão e práticas de liberdade.** In Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Organização Amanda Braga e Israel de Sá. Campinas: Pontes, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Conscientização.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática de liberdade.** In Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970/Michel Foucault.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Martins Fontes: São Paulo, 2008b

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2019c.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense-Universitário, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho**. In Rabinow, Dreyfus. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

GINER, Salvador, SCARTEZZINI, Ricardo. **Las razones de la universalidad y las de la diferencia em Universalidad y diferencia**. Madrid, Alianza Universidad, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende, et al. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli, et. al. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Rev. Sociol. polit. vol.18 no.36. Curitiba Junho 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003. Acesso em 05/04/2020.

PRADO FILHO, Kleber. **A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder.** In Revista de Ciências Humanas. Florianópolis: V. 51, nº 2. 2017.

PRADO FILHO, Kleber; TATI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais.** Barbarói, Santa cruz do Sul, nº 38, p. 45-59, 2013.

PRADO FILHO, Kleber. **Estetização da subjetividade: formas contemporâneas de cuidado e produção de si mesmo.** Caderno Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 nº 1, p. 92-103, 2018 (ISSN: 2317-1006 – online)

PRADO FILHO, Kleber. **Identidade, normalização e diferença.** In Cartografias do contemporâneo: dispositivo, verdade e processos de subjetivação. Org. Antônio Fernandes Júnior e Bruno Franceschini. São Paulo: Intermeios: Goiânia: FAPEG, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2017.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. *Introdução: dispositivo e discurso.* In: Dispositivo de poder/saber em Michel Foucault: Biopolítica, corpo e subjetividade. Organização Kátia Menezes de Sousa e Humberto Pires da Paixão. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

SCHIAVO, Marcio R. e MOREIRA, Eliesio N. **Glossário Social.** Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer. Seguido de ágape e êxtase: orientações pós-seculares.** Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2017.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

VEYNE, Paul. **Foucault: o pensamento, a pessoa.** Lisboa: edições texto e gráfica, 2009.